



RELATÓRIO
DE GESTÃO
INSTITUCIONAL
2025



MPSC
MINISTÉRIO PÚBLICO
Santa Catarina



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

ENTENDA O MINISTÉRIO PÚBLICO8

OS PILARES ESTRATÉGICOS DO MPSC9

A PRESENÇA DO MPSC EM SANTA CATARINA 10

DE QUE FORMA O MPSC ATUA EM DEFESA DA SOCIEDADE?11

1. SEGURANÇA PÚBLICA E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE13

Atuação do MPSC na área criminal 14

Fundo de Penas Alternativas destina mais de R\$ 3 milhões para projetos na área da segurança pública..... 16

Núcleo de Enfrentamento a Violências e Apoio às Vítimas é reestruturado e expande atuação..... 18

MPSC cria Escritório de Ciência de Dados Criminais 22

GAECO realiza 110 operações em 2025; 23 tiveram foco no combate ao crime organizado 23

Reestruturação do GEFAC fortalece combate às facções criminosas em Santa Catarina 25

2. COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO 27

Programa Qualifica percorre 14 regiões e fortalece atuação de Vereadores em Santa Catarina 28

Atuação do GEAC consolida competência do TJSC para julgar investigações e ações penais contra ex-Prefeitos 30

Revisão de investigações antigas leva GEAC a concluir nove procedimentos 32

3. COMBATE À SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS 33

Em 2025, programa Combate à Sonegação Fiscal recuperou
R\$ 296,6 milhões aos cofres públicos 34

Programa Saúde Fiscal dos Municípios impulsiona
recuperação de tributos 36

4. DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA 37

MPSC institui força-tarefa para viabilizar criação de Serviços
Residenciais Terapêuticos em Santa Catarina 38

Grupo articula diagnósticos que resultaram na instauração
de procedimentos em defesa da população em situação de rua .. 40

5. DEFESA DO MEIO AMBIENTE 43

Programa Legalidade Ambiental e Sustentabilidade fortalece
fiscalização e acompanha 17 novos municípios habilitados
para licenciamento em 2025 44

MPSC contesta dispositivos do Código Ambiental de Santa
Catarina e obtém decisão favorável 46

MPSC amplia uso de tecnologia de mapas para fortalecer
investigações e melhorar serviços à sociedade..... 47

6. CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E COMBATE AO PRECONCEITO 51

MPSC produz diagnóstico sobre rede socioassistencial e de
saúde pública voltada a pessoas em situação de rua 52

MPSC incentiva arrecadação de Fundos Municipais de Direitos
da Pessoa Idosa 54

7. DEFESA DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DIREITO À EDUCAÇÃO 55

Programa de Combate à Evasão Escolar migra para sistema
mais moderno 56

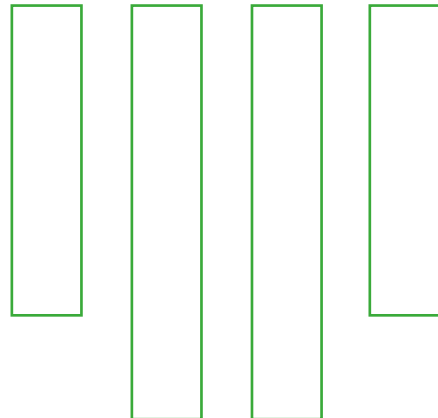
Projeto do MPSC analisa 177 legislações municipais de Santa
Catarina sobre Serviço de Acolhimento Familiar 58

8. DEFESA DO CONSUMIDOR	59
Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal garante segurança alimentar em Santa Catarina	60
De forma inédita, programa Alimento sem Risco realiza 1.028 análises de resíduos de agrotóxicos em alimentos de origem vegetal	63
9. FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	67
CECCON intensifica controle de constitucionalidade e ajuíza 37 ações no Tribunal de Justiça em 2025	68
10. OUTRAS INICIATIVAS COM IMPACTO AO CIDADÃO.....	71
Posto de Atendimento ao Cidadão em Palhoça é destaque entre iniciativas do MPSC	72
FRBL aprova mais de R\$ 1,4 milhão em projetos estratégicos e autoriza 101 perícias para garantir transparência	74
MPSC firma 113 acordos institucionais e cria 11 Promotorias de Justiça	76
Grupo de Atuação Especializado em Educação elabora diagnóstico e fomenta políticas públicas	78
Com foco na resolutividade e no protagonismo regional, MPSC cria programa Prioriza	80
MPSC cria Comissão Permanente de Desburocratização e Eficiência.....	82
Governança da infraestrutura física do MPSC avançou com expansão, modernização e economia de recursos	83
MPSC avançou em racionalização e melhor aproveitamento dos espaços físicos	86
Com foco na inovação, MPSC cria Programa de Difusão de Inteligência Artificial	88
NUPIA apoia Promotorias de Justiça em negociações de alta complexidade	90
Projeto Escola Restaurativa promove vivências de Justiça Restaurativa no ambiente escolar.....	93

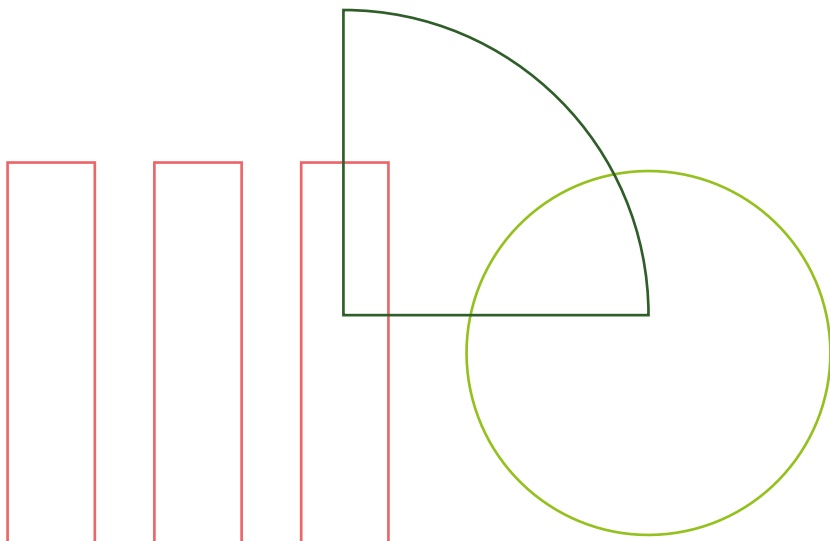
Com foco na proteção de crianças e adolescentes, Grupo de Apoio e Reflexão impacta 117 pessoas em 2025	95
Curso de Ingresso de Promotores de Justiça é reformulado com foco em atuação finalística.....	96
CEAF promove 60 capacitações voltadas ao aprimoramento da atividade finalística	98
MPSC desenvolve plano de ocupação da Casa Bocaiuva e da Casa do Barão	99
Após modernização, Biblioteca Ruy Olympio de Oliveira é reinaugurada em 2025	100
Projeto “Expressões na Biblioteca”	101
MPSC institucionaliza programa Educando Cidadãos e reforça compromisso com a ética desde a infância	102
MPSC desenvolve painel de monitoramento para avaliar atividades relacionadas ao Plano Municipal de Educação	104
MPSC cria Sistema de Acompanhamento de Internações Psiquiátricas	106
Painéis de acompanhamento viabilizam monitoramento do Programa Alimento sem Risco	108
MPSC cria painéis de acompanhamento para crimes violentos letais intencionais	109
MPSC cria painéis de acompanhamento das atividades dos Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência	110
COMSO reorienta estratégia de comunicação e fortalece presença institucional em 2025	111
Desde o ano passado, sala exclusiva de amamentação está disponível na sede do MPSC	115
MP Lidera promove desenvolvimento profissional e bem-estar no trabalho das lideranças do MPSC	117

PESSOAS DO MPSC 119

Estrutura Organizacional	120
--------------------------------	-----



APRESENTAÇÃO



ENTENDA O MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público exerce uma missão essencial à sociedade brasileira: garantir a defesa da ordem jurídica, dos direitos fundamentais e do interesse público. Trata-se de uma instituição autônoma, que atua com independência em relação aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, justamente para assegurar liberdade e imparcialidade no desempenho de suas funções.

Entre suas atribuições está a atuação na área criminal, acompanhando investigações, requisitando diligências e, quando houver elementos suficientes, promovendo perante a Justiça a responsabilização daqueles que praticam crimes. Sua função não se limita à acusação: o Ministério Público atua para assegurar que a lei seja aplicada de forma justa e equilibrada.

A instituição também desempenha papel relevante na proteção de interesses que pertencem à coletividade, como a preservação do meio ambiente, a defesa do patrimônio público, a fiscalização dos serviços de saúde e a tutela dos direitos do consumidor.

Nessas áreas, busca impedir abusos, corrigir irregularidades e promover medidas que beneficiem toda a sociedade.

Além disso, o Ministério Público tem atuação voltada à proteção das pessoas em condição de vulnerabilidade, como crianças, adolescentes, idosos e pessoas incapazes, intervindo em situações que envolvam direitos familiares, sucessórios e outras matérias sensíveis que demandem proteção especial do Estado.

Também cabe ao Ministério Público defender direitos fundamentais indisponíveis, como a vida, a liberdade, a dignidade e a saúde. A instituição exerce ainda importante papel na preservação do regime democrático, na fiscalização do processo eleitoral e no controle da constitucionalidade das leis, questionando normas incompatíveis com a Constituição Federal ou com as Constituições Estaduais, em defesa da supremacia constitucional e do Estado Democrático de Direito.

OS PILARES ESTRATÉGICOS DO MPSC

MISSÃO

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

VISÃO

Ser uma instituição com atuação resolutiva na defesa da sociedade, no combate à corrupção e à criminalidade e na garantia da implementação de políticas públicas.

VALORES

Resolutividade
Transparência
Produtividade
Inovação
Cooperação

A PRESENÇA DO MPSC EM SANTA CATARINA

O MPSC desenvolve ações em diferentes áreas para assegurar a proteção dos direitos da população catarinense. Com o apoio de projetos institucionais e iniciativas realizadas em parceria com diversos setores da sociedade, amplia sua capacidade de atuação e fortalece os resultados entregues à comunidade. Confira, a seguir, alguns indicadores que demonstram o alcance desse trabalho:

95.7 mil km²

área territorial

8 milhões

de pessoas

421

Promotorias de Justiça

81

Procuradorias de Justiça

113

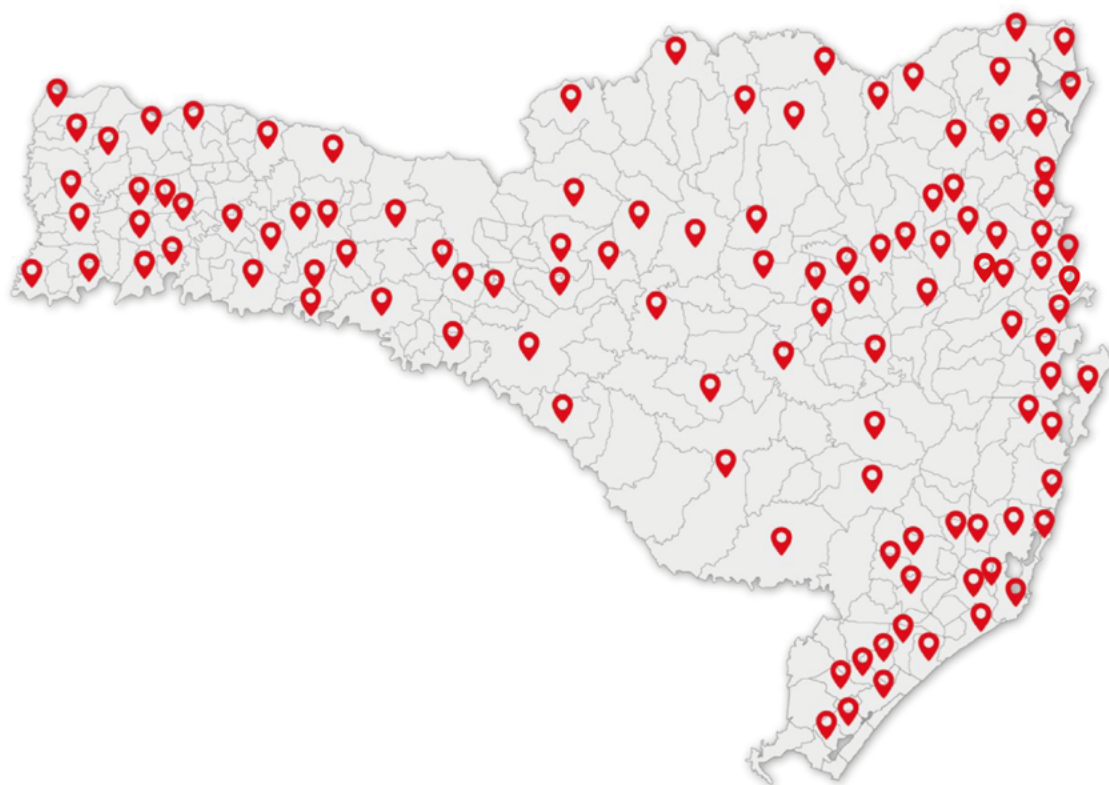
Comarcas

295

municípios

5.459

colaboradores



DE QUE FORMA O MPSC ATUA EM DEFESA DA SOCIEDADE?

A atuação do Ministério Público de Santa Catarina é exercida por Promotores de Justiça e Procuradores de Justiça, cada qual com funções próprias dentro da estrutura institucional. Os Promotores de Justiça atuam nas comarcas, próximos da realidade local e em contato direto com a população. Já os Procuradores de Justiça exercem suas atribuições perante o Tribunal de Justiça, acompanhando processos em grau recursal e atuando em matérias submetidas à apreciação dos tribunais.

Quando decisões judiciais são questionadas por meio de recursos, os Procuradores de Justiça passam a atuar perante o Tribunal de Justiça. Em determinadas situações, os casos também podem ser levados aos tribunais superiores, como o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, especialmente quando envolvem questões constitucionais ou interpretação da legislação federal.

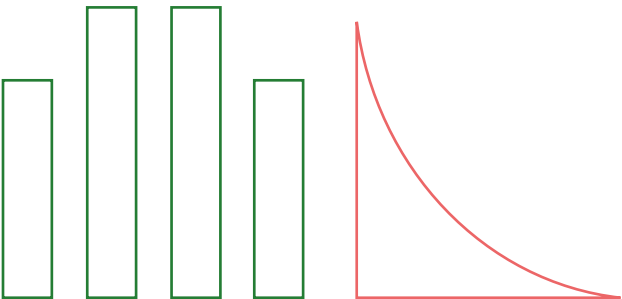
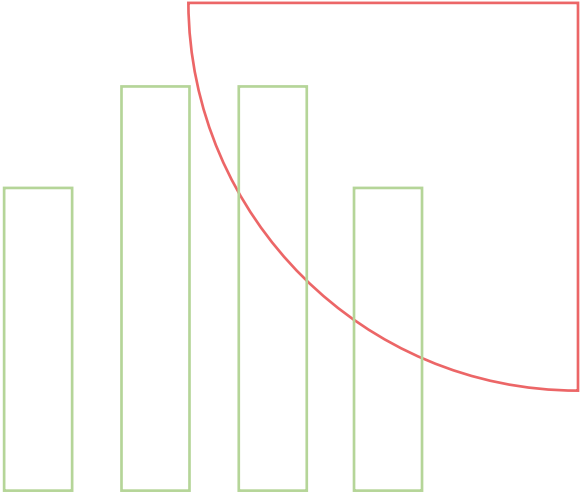
A atuação do Promotor de Justiça pode ocorrer tanto de maneira extrajudicial quanto judicial. Na esfera extrajudicial, busca-se solucionar conflitos sem a necessidade de ajuizamento de ações, privilegiando o

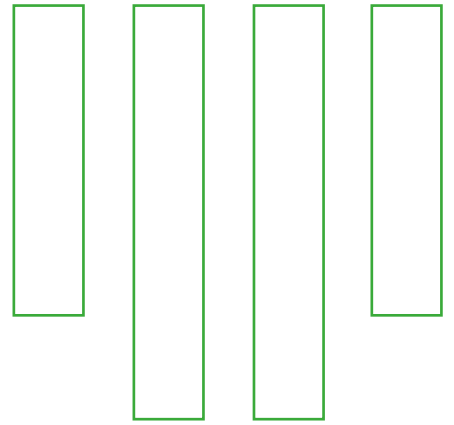
diálogo, a mediação e a construção de soluções consensuais. Para isso, o Ministério Público pode promover audiências públicas, expedir recomendações, instaurar procedimentos investigatórios e firmar termos de ajustamento de conduta.

Quando a intervenção judicial se torna necessária, o Ministério Público leva a questão ao Poder Judiciário, requerendo a adoção das medidas cabíveis para proteção dos direitos envolvidos. Nesse contexto, destacam-se dois importantes instrumentos de atuação: a ação civil pública e a ação penal pública.

A ação civil pública é utilizada para a defesa de interesses coletivos e sociais, permitindo, por exemplo, exigir a reparação de danos ambientais, proteger consumidores, assegurar melhorias em serviços públicos essenciais e buscar a recuperação de recursos desviados do patrimônio público. Já a ação penal pública tem como finalidade promover a responsabilização criminal de autores de infrações penais, abrangendo crimes como homicídio, tráfico de drogas, corrupção, roubo, estelionato e violência sexual.



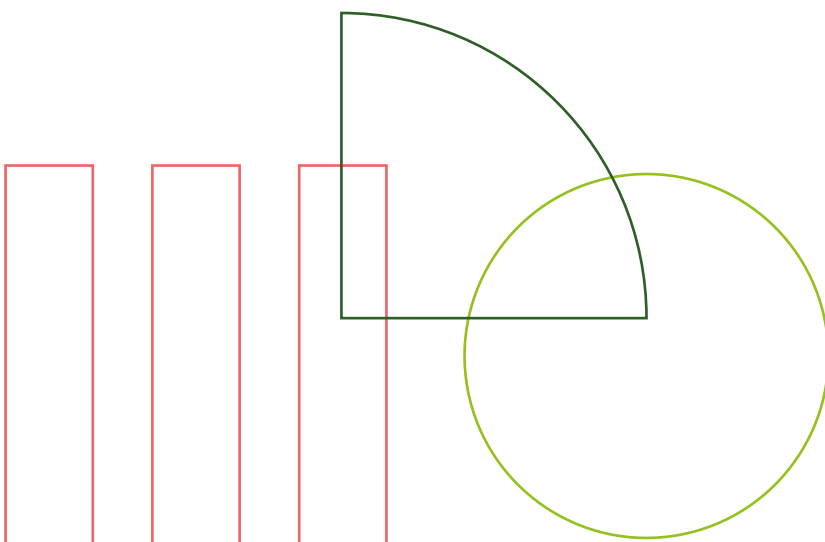




1. SEGURANÇA PÚBLICA E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE

A promoção da segurança pública e o enfrentamento à criminalidade constituem áreas estratégicas de atuação do Ministério Público de Santa Catarina. Na esfera criminal, o MPSC atua na apuração de infrações penais, na responsabilização de autores de crimes e no acompanhamento de processos judiciais, contribuindo para a correta aplicação da lei e para a proteção da sociedade.

A atuação institucional alcança diferentes frentes, incluindo o combate às organizações criminosas, ao tráfico de drogas, à corrupção, à violência doméstica e a outras práticas ilícitas que afetam diretamente a vida da população catarinense. Além da atuação repressiva, o Ministério Público também desenvolve iniciativas voltadas à prevenção da violência, ao fortalecimento das redes de proteção e à conscientização da sociedade, buscando reduzir fatores de risco e promover ambientes mais seguros para todos.





ATUAÇÃO DO MPSC NA ÁREA CRIMINAL

Garantir a segurança da sociedade e responsabilizar quem comete crimes está entre as principais atribuições do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). Na área criminal, a atuação envolve investigação, fiscalização da atividade policial, acompanhamento de processos judiciais e denúncia de crimes que impactam diretamente a vida da população catarinense.

Em 2025, o MPSC registrou 1.920.247 movimentações entre entradas e saídas de processos e procedimentos na área criminal, demonstrando a intensidade do trabalho realizado em todas as regiões do estado. Entre os crimes denunciados, destacam-se os crimes contra a pessoa, com 16.687 casos, seguidos pelos crimes contra o patrimônio (10.990), tráfico ilícito e uso indevido de drogas (6.537), crimes contra a dignidade sexual (3.210) e crimes contra a administração pública (2.980).

Os números refletem uma atuação firme no combate à violência, à criminalidade organizada, à corrupção e às violações de direitos, sempre com foco na proteção da sociedade, na promoção da justiça e na defesa da ordem pública.

ENTRADAS E SAÍDAS DE
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS
NA ÁREA CRIMINAL

1.920.247

PRINCIPAIS CRIMES DENUNCIADOS:

CRIMES
CONTRA
PESSOA

16.687

CRIMES CONTRA
ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

3.210

CRIMES
CONTRA O
PATRIMÔNIO

10.990

CRIMES DE
TRÁFICO ILÍCITO E USO
INDEVIDO DE DROGAS

6.537

CRIMES CONTRA
DIGNIDADE
SEXUAL

3.210

JÚRIS
NO ANO

16.687

JÚRIS COM
PARTICIPAÇÃO
NO GEJURI

28



FUNDO DE PENAS ALTERNATIVAS DESTINA MAIS DE R\$ 3 MILHÕES PARA PROJETOS NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Em 2025, foram beneficiados projetos das Polícias Civil, Militar e Científica de Santa Catarina, além do Corpo de Bombeiros Militar.

O Fundo de Penas Alternativas, oriundo de projeto do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública (CCR) do Ministério Público de Santa Catarina, foi criado para transformar recursos provenientes de acordos realizados na Justiça em benefícios diretos para a sociedade.

Os valores pagos em medidas alternativas aplicadas em casos de menor potencial ofensivo são destinados ao fortalecimento da segurança pública em Santa Catarina. Os recursos podem ser utilizados por instituições como as Polícias Militar, Civil e Científica e pelo Corpo de Bombeiros Militar, especialmente nas comunidades onde ocorreram os fatos que deram origem às medidas.

Com esses investimentos, é possível melhorar a estrutura dos órgãos de segurança pública, adquirir equipamentos e ampliar

a qualidade dos serviços prestados à população. Somente no último ano, o Fundo destinou mais de R\$ 3 milhões para projetos e iniciativas voltados ao fortalecimento da segurança pública no Estado.

Em 2025, o Corpo de Bombeiros recebeu mais de R\$ 524 mil. Com esse valor foram adquiridas viaturas de resgate destinadas a atendimento pré-hospitalar, suporte básico de vida, salvamento e transporte de vítimas. Além disso, diversas unidades do órgão receberam câmeras de imagem térmica. O equipamento é essencial para atuação em ambientes com baixa visibilidade devido à fumaça, para aumentar a segurança e a eficiência em operações de alto risco. Também foram adquiridos e distribuídos coletes salva-vidas, compressor torácico automático, equipamentos de proteção individuais para o combate a incêndio, materiais de

mergulho e sacos de resgate. Os materiais ampliam a segurança e o sucesso das operações de busca e salvamento a vítimas.

Já a Polícia Militar investiu mais de R\$ 991 mil em dispositivos elétricos incapacitantes, sprays de pimenta de última geração, armamentos de alta precisão e drones. Esses tipos de equipamentos viabilizam uma atuação policial com superioridade técnica e minimização do uso da força, permitindo a resolução de conflitos com maior preservação da integridade física e da vida. A Polícia Civil recebeu mais de R\$ 928 mil, adquiriu e entregou para diversas delegacias kits de arrombamento e coletes balísticos Stand Alone Nível III+. A compra reforça a proteção e a capacidade operacional em ações de alto risco, a exemplo do enfrentamento a facções criminosas.

Com o financiamento de mais de R\$ 560 mil do Fundo, a Polícia Científica adquiriu um total de 168 equipamentos, contemplando áreas como criminalística e medicina legal. Os materiais são voltados à realização de perícias em homicídios, crimes sexuais, lesão corporal e de trânsito. Também foram comprados computadores diversos, que conferem maior celeridade e qualidade às análises técnicas, aprimorando o atendimento das demandas da população.



neavit

Núcleo de Enfrentamento a
Violências e Apoio às Vítimas

NÚCLEO DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIAS E APOIO ÀS VÍTIMAS É REESTRUTURADO E EXPANDE ATUAÇÃO

Ao longo de 2025, oito unidades do NEAVIT prestaram 2.958 atendimentos a vítimas em diversas regiões catarinenses.

O Núcleo de Enfrentamento a Violências e Apoio às Vítimas (NEAVIT) é uma estrutura do Ministério Público de Santa Catarina voltada ao atendimento de pessoas vítimas de violências. O NEAVIT acolhe aqueles que sofreram violência doméstica, crimes sexuais, racismo, intolerância religiosa, violência no esporte e outras formas de ataque que envolvam grave ameaça ou violação de direitos. Os serviços oferecidos pelo núcleo incluem:

- acolhimento e escuta qualificada;
- orientação jurídica sobre direitos e processos;
- encaminhamento direto para serviços de saúde, assistência social e segurança pública;
- inclusão em programas sociais;
- apoio psicológico e social;
- esclarecimentos sobre o andamento de processos;
- acompanhamento contínuo, quando necessário.

A iniciativa conta com o apoio de equipes multidisciplinares e parcerias com órgãos públicos, universidades, coletivos e serviços municipais para oferecer acolhimento e proteção às vítimas antes que as

violências se agravem. Atualmente o NEAVIT possui 11 pontos de atendimento, em Florianópolis, Joinville, Chapecó, Criciúma, Lages, Itajaí, Blumenau, Rio do Sul, Brusque, Tubarão e Joaçaba.

Reestruturação

Em 2025, o NEAVIT passou por uma reestruturação. Ele surgiu a partir da unificação de três frentes que já trabalhavam com finalidades complementares: o NEAVID – Núcleo de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica –, voltado ao acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar; o NAVIT – Núcleo de Atendimento às Vítimas –, responsável por oferecer suporte jurídico e psicossocial a vítimas de crimes em geral; e o NECRIM – Núcleo de Enfrentamento ao Racismo e Intolerância.

Com a criação do NEAVIT, essas iniciativas foram integradas em uma única estrutura, que amplia o alcance e a efetividade do atendimento às vítimas em todo o estado e auxilia na produção de dados qualificados, fundamentais para a formulação de políticas públicas que impactem diretamente na vida das pessoas, e na articulação com outras instituições para fortalecer ações de prevenção, responsabilização e reparação.



Protocolo “Não é não”

Por meio do NEAVIT, o Ministério Público catarinense implementou o protocolo “Não é não” em diversos espaços e setores. A iniciativa, criada pela Lei Federal n. 14.786/2023, estabelece diretrizes nacionais para a prevenção e o enfrentamento ao assédio e à violência contra mulheres em ambientes de grande circulação de pessoas.

O documento define como deve ser o primeiro atendimento a mulheres e meninas vítimas de assédio ou violência em ambientes de grande circulação – estádios, arenas, casas de show, bares, eventos culturais e esportivos. O propósito é garantir acolhimento imediato, espaço seguro, informação qualificada e encaminhamento ágil aos serviços essenciais necessários.

As movimentações do protocolo começaram em 28 de agosto de 2025. Na ocasião, o MPSC e a SCClubes firmaram uma parceria para a implementação do protocolo “Não é não” nos estádios de futebol em Santa Catarina. As instituições assinaram um termo de cooperação técnica que estabelece o protocolo como instrumento de prevenção e resposta rápida a casos de assédio e violência contra mulheres nesses espaços.

A Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC) também aderiu ao protocolo em 18 de novembro, durante o lançamento da campanha “Aqui não”, promovida pelas duas instituições.

Cartilha

Em 2025, o NEAVIT também desenvolveu a cartilha “20 questões essenciais que toda mulher em situação de violência precisa saber”. O material responde de forma clara e acolhedora às dúvidas mais comuns de mulheres vítimas de violência. As principais orientações são referentes aos tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha – por exemplo, como se estabelece o ciclo da violência, os caminhos de denúncia, como funcionam as medidas protetivas e quais são os serviços públicos disponíveis para acolhimento e proteção.

Lançado em agosto de 2025, durante o Quarto Ciclo de Diálogos da Lei Maria da Penha promovido pelo MPSC, o material conta com versões em português, francês, espanhol e crioulo haitiano, ampliando seu alcance a mulheres imigrantes e fortalecendo a difusão de informações sobre direitos e medidas protetivas.

As “20 questões essenciais que toda mulher em situação de violência precisa saber” foram elaboradas a partir de uma parceria entre o MPSC, por meio do NEAVIT, a Ouvidoria Nacional do Ministério Público, a Corregedoria Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional do Ministério Público. As versões em português, espanhol e francês podem ser solicitadas por qualquer pessoa ou instituição que tiver interesse pelo e-mail neavit@mpsc.mp.br.

Participação em eventos

Em parceria com a Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE), o NEAVIT desenvolveu atividades nos Jogos Abertos de Santa Catarina 2025, realizados no mês de novembro em Chapecó, com o objetivo de orientar atletas sobre prevenção de violências e canais de apoio, mediante palestra e distribuição de materiais informativos.



Em Itajaí, foi ministrada uma palestra no Centro de Referência de Assistência Social Itaipava, durante o Agosto Lilás, para sensibilizar os participantes sobre violência doméstica, difundir a rede de proteção e fortalecer mecanismos de denúncia. Em Joinville, em um evento realizado pelo Conselho Municipal das Mulheres, o NEAVIT apresentou as palestras “A mulher pode estar onde quiser – com segurança” e “Acolher para transformar: atendimento humanizado às vítimas de crimes”.

Reconhecimento

A atuação contundente do MPSC em defesa das mulheres, feita por meio do NEAVIT, foi reconhecida em 2025 com a entrega do selo “Respeito e Inclusão no Combate ao Feminicídio” na categoria ouro, o mais alto grau de reconhecimento nacional. A certificação, entregue pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), destaca iniciativas que ampliam a proteção das mulheres e fortalecem a atuação institucional contra a violência de gênero, uma das mais recorrentes e letais do país.

Em uma cerimônia em dezembro de 2025, em Brasília, a Procuradora-Geral de Justiça, Vanessa Wendhausen Cavallazzi, recebeu o certificado e o troféu – este, concedido apenas às unidades que cumpriram integralmente as metas estabelecidas pela Corregedoria Nacional, relacionadas à capacitação, ao monitoramento das medidas protetivas e à articulação com a rede de proteção e enfrentamento.

São parceiros do NEAVIT a FESPORTE, a FACISC, o SCClubes e instituições jurídicas, psicossociais e de saúde que compõem a rede de atendimento a vítimas em cada região.



MPSC CRIA ESCRITÓRIO DE CIÊNCIA DE DADOS CRIMINAIS

Órgão é responsável pela coordenação e estruturação de dados do sistema de justiça criminal, incluindo informações das áreas policial, judicial e penitenciária.

Criado em julho de 2025 com o Ato 868/2025, o Escritório de Ciência de Dados Criminais (EDC) do Ministério Público de Santa Catarina é responsável pela coordenação e estruturação de dados do sistema de justiça criminal, incluindo informações das áreas policial, judicial e penitenciária.

O objetivo do EDC é estruturar bancos de dados que permitam subsidiar o trabalho do Ministério Público na esfera da segurança pública. A partir da atuação do Escritório, haverá a divulgação de relatórios com informações fidedignas, que possibilitem a reflexão sobre o fenômeno da violência e, conseqüentemente, promovam melhorias no enfrentamento do crime.

O EDC poderá atuar de forma isolada ou em conjunto com outros órgãos do MPSC, além de firmar acordos de cooperação com outras entidades do sistema de justiça criminal para promover o intercâmbio e acesso a dados e informações. Também será responsável pela elaboração de

diagnósticos criminais e relatórios, com o intuito de subsidiar a atuação ministerial. Além disso, o Escritório desenvolverá painéis interativos que serão disponibilizados para o público externo.

O principal grande projeto do EDC foi a estruturação do banco de dados que permitiu a elaboração do Mapa do Femicídio. Foram compiladas as informações acerca de todas as mortes violentas intencionais consumadas de mulheres em Santa Catarina. O Mapa do Femicídio apresenta um retrato das causas e circunstâncias envolvendo a morte de mulheres no estado. Fruto de análise minuciosa de dados entre 2020 e 2024, indica regiões de maior incidência, perfis de vítimas e agressores, bem como apresenta informações sobre a atuação do sistema de justiça criminal em relação aos feminicídios. O objetivo é, a partir de então, fomentar a criação e a análise crítica das políticas públicas de segurança e proteção à mulher.



**GAECO REALIZA 110 OPERAÇÕES EM 2025;
23 TIVERAM FOCO NO COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO**

Atuação ao longo do ano teve foco em facções criminosas, corrupção e desmantelamento do braço econômico de organizações criminosas em Santa Catarina.

O Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) teve um ano intenso em 2025, marcado por operações em diferentes regiões de Santa Catarina. Foram deflagradas 110 operações, 23 voltadas ao enfrentamento do crime organizado em suas mais diversas frentes.

A atuação do GAECO em Santa Catarina ao longo de 2025 foi marcada pela consolidação de uma estratégia integrada e coordenada de enfrentamento às organizações criminosas, especialmente às facções criminosas responsáveis pela criminalidade violenta e pelo domínio territorial em diversas regiões do país. As ações tiveram como objetivo proteger Santa Catarina da expansão desse fenômeno, com foco no combate às estruturas organizadas e hierarquizadas do crime.

As investigações priorizaram o aspecto econômico do crime organizado, com o fortalecimento de apurações financeiras e adoção de medidas de sequestro de bens, confisco clássico e confisco alargado, voltadas à descapitalização das organizações criminosas. Paralelamente, houve ampliação do uso de inteligência criminal e análise de dados, com atuação integrada entre o Ministério Público e os órgãos de segurança pública.

O MPSC também investiu na capacitação contínua de seus membros e das forças policiais que integram a força-tarefa, buscando maior celeridade, eficiência e qualificação das investigações. Os resultados alcançados ao longo do ano evidenciam o comprometimento institucional do GAECO com uma atuação estratégica, eficaz e orientada a resultados no enfrentamento ao crime organizado em Santa Catarina.

Resultados

Os números refletem a dimensão do trabalho desenvolvido pelo GAECO ao longo do ano. Foram cumpridos 187 mandados de prisão e 879 de busca e apreensão, e 198 pessoas foram presas. Apenas nas operações com foco no combate às organizações criminosas foram cumpridos 269 mandados de busca e apreensão e 74 de prisão.

No âmbito patrimonial, as investigações levaram à apreensão e ao pedido de bloqueio de mais de R\$ 23 milhões, incluindo dinheiro em espécie, cheques e valores bloqueados judicialmente. Também foram apreendidos bens móveis avaliados em mais de R\$ 6,5 milhões, além de 80 veículos.

A repressão ao braço armado das organizações criminosas resultou na apreensão de 62 armas de fogo e mais de 7 mil munições, retirando de circulação instrumentos utilizados na prática de crimes violentos.

CyberGAECO

Das 110 operações realizadas desde abril, 19 envolveram o CyberGAECO, uma força-tarefa especializada em identificar, prevenir e reprimir infrações penais praticadas em ambientes virtuais. Entre os destaques está a Operação Override, conduzida com a Polícia Civil para combater fraudes eletrônicas efetuadas contra uma das gigantes plataformas de e-commerce.



Grupo Estadual de Apoio ao
Enfrentamento a Facções Criminosas

REESTRUTURAÇÃO DO GEFAC FORTALECE COMBATE ÀS FACÇÕES CRIMINOSAS EM SANTA CATARINA

Parcerias institucionais, capacitações e ampliação da estrutura permitiram o avanço de investigações e ações contra organizações criminosas no estado.

Em 2025, o MPSC reestruturou o Grupo Estadual de Apoio no Enfrentamento a Facções Criminosas (GEFAC), com o objetivo de reforçar o combate às organizações criminosas diante de um cenário cada vez mais complexo, marcado pela atuação de múltiplas facções com origem dentro e fora do estado e pela utilização de métodos cada vez mais sofisticados.

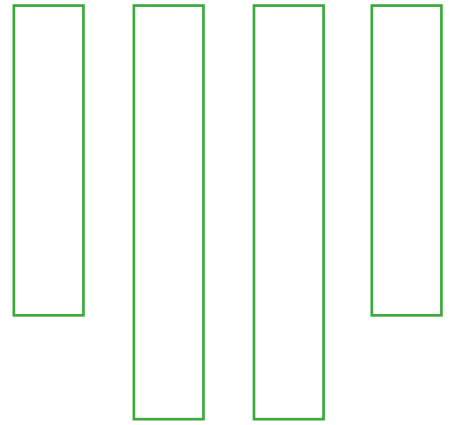
Durante o ano, o GEFAC estabeleceu contatos e parcerias com diversos órgãos envolvidos no enfrentamento ao crime organizado, entre eles o Ministério Público do Rio Grande do Sul, o Ministério Público Federal, o Batalhão de Operações Policiais Especiais, a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado e a Vara de Execução de Organizações Criminosas.

Também foram feitas capacitações com Promotores de Justiça e visitas técnicas

sobre o tema, ampliando o compartilhamento de conhecimentos e estratégias de atuação. No âmbito estrutural, foi organizado no prédio da Procuradoria-Geral de Justiça um espaço físico destinado à sede do GEFAC, além da contratação de novos residentes e da previsão de lotação de um servidor efetivo em futuro concurso do Ministério Público.

A partir dessas e de outras medidas, o grupo conseguiu fomentar a instauração de inúmeras novas investigações por meio de procedimentos investigatórios criminais em face das principais facções criminosas que atuam em Santa Catarina. As apurações mais avançadas, conduzidas em parceria com o GAECO, resultaram em prisões preventivas e na apreensão de drogas e armamentos.

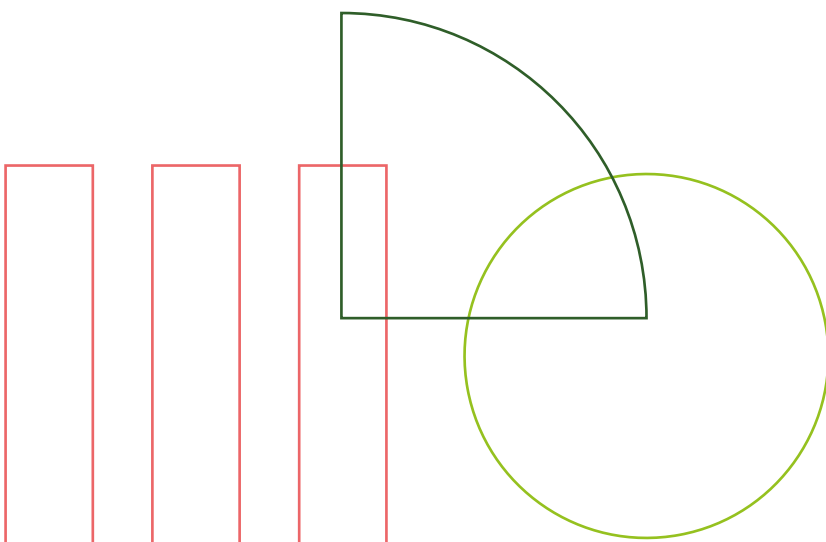




2. COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

O Ministério Público de Santa Catarina atua de forma permanente na proteção do patrimônio público, na fiscalização da correta aplicação dos recursos públicos e no combate à corrupção. A atuação busca assegurar maior transparência, eficiência e integridade na administração pública, responsabilizando agentes que pratiquem atos ilícitos e promovendo medidas voltadas à prevenção de irregularidades.

Nesse contexto, o MPSC desenvolve investigações, ajuíza ações judiciais e acompanha procedimentos relacionados a atos de improbidade administrativa, desvios de recursos públicos, fraudes em licitações e outras condutas lesivas ao interesse coletivo. Também atua de forma estratégica para aprimorar mecanismos de controle, fortalecer a atuação institucional e garantir maior efetividade na responsabilização por ilícitos contra a administração pública.





PROGRAMA QUALIFICA PERCORRE 14 REGIÕES E FORTALECE ATUAÇÃO DE VEREADORES EM SANTA CATARINA

Iniciativa capacitou legisladores e servidores municipais em temas como elaboração de leis, orçamento público, planejamento de mandato e transparência.



O programa Qualifica – Legislativo em Ação passou por 14 regiões de Santa Catarina e promoveu o aprimoramento da atuação dos legisladores locais, com foco na moralidade administrativa e na qualificação técnica. A iniciativa resultou no fortalecimento da elaboração legislativa, no incentivo ao planejamento estratégico de mandato e na ampliação do conhecimento sobre orçamento público e mecanismos de transparência.

O projeto, desenvolvido no âmbito da Escola do Legislativo, integrou o programa Qualifica, que tem como objetivo capacitar Vereadores, servidores das câmaras municipais, agentes políticos e a sociedade em geral. A proposta foi contribuir para uma atuação parlamentar mais técnica, responsável e alinhada aos princípios da administração pública.

Ao longo das etapas regionais, foram abordados temas essenciais para a boa governança, como técnica legislativa, organização do mandato, fiscalização do Executivo, execução orçamentária e instrumentos de controle e transparência. A formação buscou oferecer ferramentas para que os parlamentares municipais atuem com maior eficiência e segurança jurídica.

O programa Qualifica é realizado em parceria entre o Ministério Público de Santa Catarina, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, a Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina, a União dos Vereadores de Santa Catarina e associações de municípios.



GRUPO ESPECIAL
ANTICORRUPÇÃO

ATUAÇÃO DO GEAC CONSOLIDA COMPETÊNCIA DO TJSC PARA JULGAR INVESTIGAÇÕES E AÇÕES PENAIIS CONTRA EX-PREFEITOS

Após 61 recursos apresentados pelo grupo, entendimento passou a prevalecer no STF e no TJSC, permitindo a retomada de investigações e processos relacionados a crimes cometidos no exercício da função pública.

A atuação do Grupo Especial Anticorrupção (GEAC) do Ministério Público de Santa Catarina contribuiu para fixar de forma definitiva a competência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) para conduzir investigações, medidas cautelares e ações penais movidas contra ex-Prefeitos por crimes relacionados ao exercício da função pública.

A definição do entendimento ocorreu após uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) proferida em março no Habeas Corpus n. 232.627, que reconheceu a prerrogativa de foro para ex-agentes políticos em casos de crimes praticados em razão do cargo.

Com o objetivo de garantir segurança jurídica e permitir o andamento regular dos processos, o GEAC atuou para consolidar a competência do TJSC. Ao todo foram ajuizados 61 recursos, entre embargos de declaração, agravos internos e recursos extraordinários.

A tese defendida pelo MPSC passou a prevalecer nas instâncias superiores. Todos

os recursos extraordinários analisados pelo STF foram providos, e a 2ª Vice-Presidência do TJSC passou a conceder efeito suspensivo aos recursos extraordinários apresentados, determinando que a competência para análise desses casos permaneça no Tribunal de Justiça.

Com a consolidação do entendimento, Desembargadores das câmaras criminais do TJSC também passaram a reconhecer a competência do Tribunal para julgar investigações e ações penais contra ex-Prefeitos quando os crimes apurados estiverem relacionados às funções públicas exercidas.

A definição do órgão competente permitiu a retomada da tramitação de diversas investigações e processos que aguardavam definição sobre a competência para julgamento. Com isso, a maioria dos procedimentos voltou a ter movimentação regular, contribuindo para a prestação jurisdicional em prazo razoável.

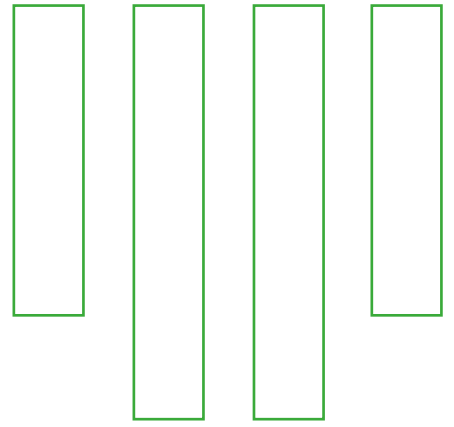
REVISÃO DE INVESTIGAÇÕES ANTIGAS LEVA GEAC A CONCLUIR NOVE PROCEDIMENTOS

Revisão de casos com mais de dois anos permitiu concluir investigações e direcionar esforços para apurações mais recentes e complexas.

O Grupo Especial Anticorrupção (GEAC) do Ministério Público de Santa Catarina fez um trabalho de revisão do acervo de investigações que estavam em andamento há mais de dois anos, com o objetivo de otimizar a atuação investigativa e direcionar recursos para casos mais recentes ou de maior complexidade.

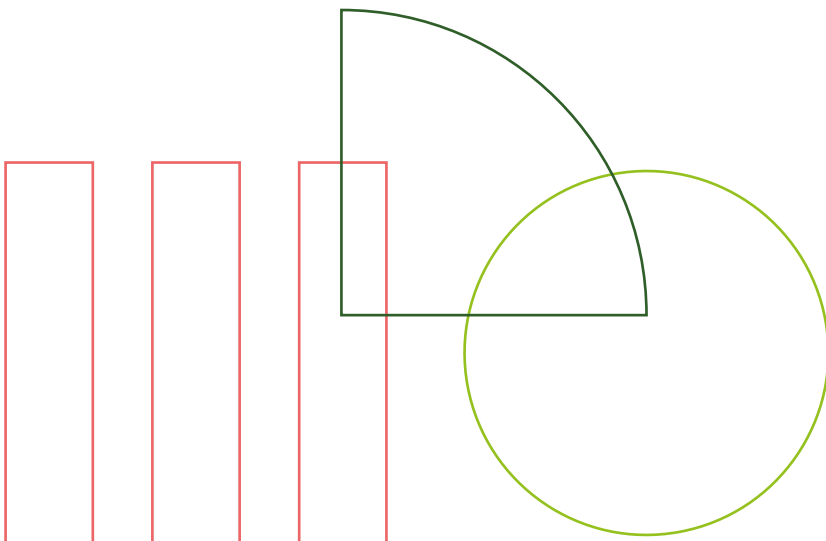
Após a análise dos procedimentos mais antigos, foram selecionadas 18 investigações, sendo 17 procedimentos investigatórios criminais e um inquérito policial. Os casos estavam distribuídos entre os Núcleos Regionais, a Coordenação-Geral e a Coordenação Estadual do grupo.

Como resultado da revisão, nove procedimentos foram finalizados, com encaminhamentos que incluíram oferecimento de denúncias, promoção de arquivamento e declínio de atribuição para o primeiro grau e para o Ministério Público Federal. A iniciativa buscou reduzir o número de investigações antigas em tramitação.



3. COMBATE À SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS

O combate à sonegação fiscal é uma das frentes de atuação do Ministério Público de Santa Catarina para proteger os recursos públicos e assegurar investimentos em áreas essenciais para a população. Para isso, o MPSC conta com Promotorias Regionais especializadas em crimes contra a ordem tributária, além da atuação das Promotorias de Justiça em todas as comarcas do estado. Em parceria com outros órgãos de fiscalização e controle, o Ministério Público investiga fraudes fiscais, busca a responsabilização dos envolvidos e atua para recuperar valores desviados dos cofres públicos.





**EM 2025, PROGRAMA COMBATE À SONEGAÇÃO
FISCAL RECUPEROU R\$ 296,6 MILHÕES AOS
COFRES PÚBLICOS**

*Atuação conjunta com a Secretaria da Fazenda ampliou investigações,
aumentou ações penais e fortaleceu defesa da ordem tributária em
Santa Catarina.*

O programa Combate à Sonegação Fiscal, voltado à defesa da ordem tributária, alcançou resultados expressivos em 2025, com a recuperação de R\$ 296.681.736,41 aos cofres públicos – valor aproximadamente 10% superior ao registrado em 2024. A iniciativa é desenvolvida pelo Ministério Público de Santa Catarina, em parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, com foco no enfrentamento de crimes tributários e na garantia de recursos para a execução de políticas públicas.

Além da recuperação direta de valores, os parcelamentos tributários aderidos a partir da atuação do MPSC e que permaneciam ativos ao final de 2025 somaram R\$ 738.124.276,48. O resultado evidencia o impacto da iniciativa tanto na responsabilização dos infratores quanto na recomposição do erário.

No campo investigativo, foram instaurados 3.623 procedimentos destinados a apurar ilícitos tributários – um aumento de 62% em relação ao ano anterior. A intensificação das apurações resultou, ainda, na propo-

ra de 2.848 ações penais pelas Promotorias de Justiça com atuação na área, envolvendo o montante de R\$ 1.108.573.000,00.

O programa tem como objetivo não apenas recuperar tributos sonegados, mas também assegurar um ambiente de livre e justa concorrência empresarial, coibindo práticas ilícitas que prejudicam o mercado e a sociedade. A atuação integrada reforça o compromisso institucional com a proteção do patrimônio público e o fortalecimento das políticas públicas em Santa Catarina.



PROGRAMA SAÚDE FISCAL DOS MUNICÍPIOS IMPULSIONA RECUPERAÇÃO DE TRIBUTOS

Só em 2025, a atuação conjunta do MPSC com Secretarias Municipais de Fazenda resultou em ações penais, recuperação de valores e parcelamentos que somam mais de R\$ 26 milhões.

SAÚDE FISCAL DOS MUNICÍPIOS

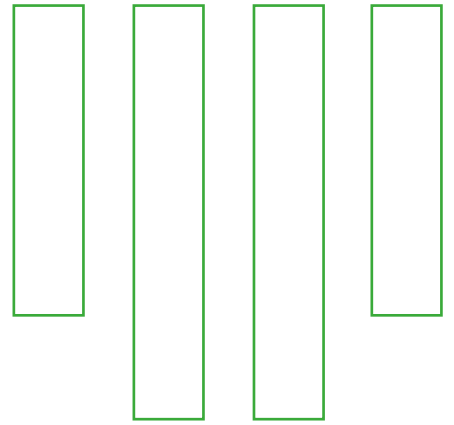


O programa Saúde Fiscal dos Municípios consolidou, em 2025, a atuação voltada ao fortalecimento da ordem tributária no âmbito municipal. Desenvolvida por meio de cooperação técnica entre o Ministério Público de Santa Catarina e as Secretarias Municipais de Fazenda, a iniciativa busca combater crimes de sonegação e apropriação de tributos municipais, recuperar valores desviados e auxiliar os gestores na execução de políticas públicas essenciais.

Ao longo do ano, as ações penais propostas pela prática de crimes tributários municipais envolveram o montante aproximado de R\$ 11.807.000,00. Além disso, o enfrentamento à sonegação possibilitou a recuperação de R\$ 1.202.000,00, já reintegrados aos cofres das administrações locais.

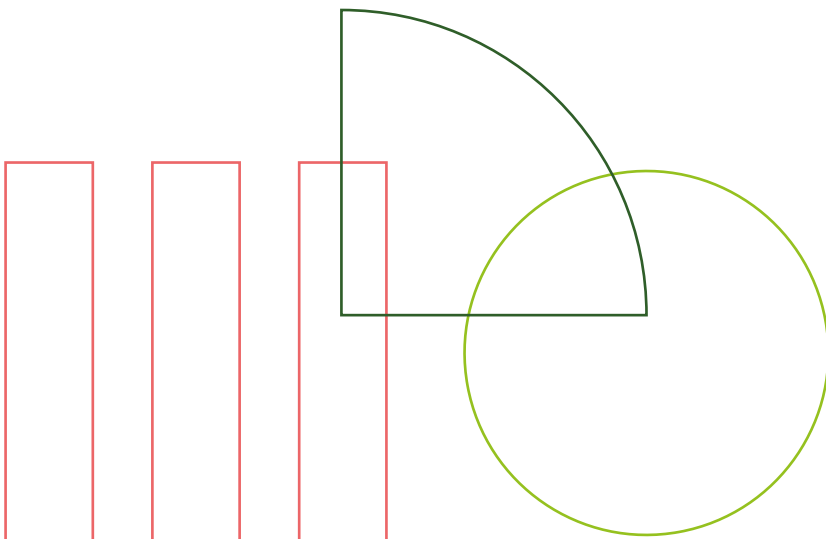
As ações também estimularam a regularização tributária por parte dos contribuintes. Em 2025, cerca de R\$ 13.250.000,00 foram parcelados junto às administrações públicas municipais após a intervenção do MPSC, permitindo a recomposição do erário sem prejuízo à continuidade das atividades econômicas.

Com foco na cooperação institucional e no fortalecimento das finanças públicas municipais, o programa contribui para assegurar recursos indispensáveis à implementação de serviços e políticas públicas em benefício da população catarinense.



4. DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

O MPSC trabalha para garantir que a população tenha acesso adequado e igualitário aos serviços de saúde, fiscalizando políticas públicas, acompanhando a qualidade do atendimento e buscando soluções para demandas coletivas e individuais. A atuação dos Promotores de Justiça também inclui medidas para assegurar o fornecimento de medicamentos, tratamentos e procedimentos médicos, além da proteção dos direitos dos pacientes. Com ações judiciais e extrajudiciais, o Ministério Público contribui para o fortalecimento do sistema público de saúde e para a melhoria da qualidade de vida da população catarinense.





MPSC INSTITUI FORÇA-TAREFA PARA VIABILIZAR CRIAÇÃO DE SERVIÇOS RESIDENCIAIS TERAPÊUTICOS EM SANTA CATARINA

Iniciativa buscou equacionar a demanda reprimida pelo serviço, contribuir para a desinstitucionalização de pessoas em vulnerabilidade psicossocial e promover autonomia, cidadania e reinserção social, além de fortalecer a política antimanicomial no estado.



Em 2025, o Ministério Público de Santa Catarina instituiu uma força-tarefa para viabilizar a criação de Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) no estado. A decisão foi tomada a partir da análise do déficit estruturado nos serviços estaduais e da existência de decisões judiciais não cumpridas em diversas comarcas.

A iniciativa reuniu Promotores de Justiça de Chapecó, Itajaí, São José, Capital, Tubarão e Gaspar. Eles avaliaram conjuntamente cinco ações civis públicas com sentença transitada em julgado e sem execução efetiva, além de um processo da Defensoria Pública. O grupo elaborou um levantamento estadual e identificou 57 comarcas com demanda por SRTs. Além disso, foram identificados 236 pacientes que necessitavam do serviço, o que corresponde à necessidade mínima de 27 novas unidades no estado.

Como resultado direto, a Justiça acautou o pedido de integrantes da força-tarefa para o sequestro judicial de R\$ 2.684.563,20

das contas do Estado de Santa Catarina e do Município de Florianópolis. O valor deve ser utilizado para a implantação de dois SRTs destinados ao acolhimento de egressos do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico que necessitarem dessa modalidade de atendimento.

Ademais, a força-tarefa impulsionou diversos procedimentos, incluindo a instauração do Inquérito Civil n. 06.2025.00004031-0 na 15ª Promotoria de Justiça de Joinville para apurar a implantação de Serviços Residenciais Terapêuticos e Unidade de Acolhimento.

Início dos trabalhos

Os trabalhos do grupo começaram em abril do ano passado, a partir de uma reunião com a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais em que se identificou a urgência em garantir alternativas de moradia assistida a egressos de longas internações psiquiátricas e custodiados sem suporte familiar.

Ao longo do ano, a força-tarefa avaliou soluções intermunicipais, uniformizou estratégias e forneceu fundamentação técnica às Promotorias de Justiça, reduzindo a fragmentação das atuações e fortalecendo a política pública de desinstitucionalização. O trabalho consolidou informações estaduais, análises jurídicas e diretrizes operacionais, permitindo ao MPSC avançar de forma mais coordenada na implementação efetiva dos SRTs e no cumprimento de decisões judiciais pendentes.

GRUPO ARTICULA DIAGNÓSTICOS QUE RESULTARAM NA INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS EM DEFESA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A iniciativa subsidiou a atuação das Promotorias de Justiça. Dessa forma, em 2025, foram instaurados 14 procedimentos voltados ao controle e aprimoramento das políticas públicas destinadas a essa população.

Em 2025, o Grupo de Defesa dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua, coordenado pelo Ministério Público de Santa Catarina, estruturou uma atuação que resultou na instauração de 14 procedimentos voltados ao controle e aprimoramento de políticas públicas destinadas à população em situação de rua no estado.

A partir dos diagnósticos produzidos pelo Centros de Apoio Operacional da Saúde Pública (CSP) e dos Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH), foram instaurados os seguintes procedimentos:

- Inquérito Policial n. 06.2025.00002685-1 (14ª PJ da Capital), para apurar irregularidades na emissão de documentação civil;
- Notícia de Fato n. 01.2025.00037943-0 (5ª PJ de Joinville), para verificar a implantação do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III;
- Notícia de Fato n. 01.2025.00043565-0 (4ª PJ de Tubarão), sobre a implementação de serviços voltados à população em situação de rua;
- Processo Administrativo n. 09.2025.00004274-0 (11ª PJ de São José) e Processo Administrativo n. 09.2025.00006714-2 (6ª PJ da Capital), ambos relacionados ao Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada e à atenção à saúde no sistema prisional;
- Processo Administrativo n. 09.2025.00007706-2 (2ª PJ de Joazeiro), para apurar a execução da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional;
- Processo Administrativo n. 09.2025.00007453-2 (10ª PJ de Tubarão), também referente ao Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada;
- Notícia de Fato n. 01.2025.0000255-2 (30ª PJ da Capital), para apurar abordagem municipal;
- Inquérito Civil n. 06.2025.00002310-0 (40ª PJ da Capital), para fiscalização da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 976;
- Notícia de Fato n. 01.2025.00047435-3 e Ação de Fazer n. 5031408-05.2025.8.24.0033 (13ª PJ de Itajaí), que resultaram no restabelecimento do Centro POP;
- Processo Administrativo n. 09.2025.00009656-0 (PJ de Forquilha), sobre a estruturação do Centro de Atenção Psicossocial e da assistência social;

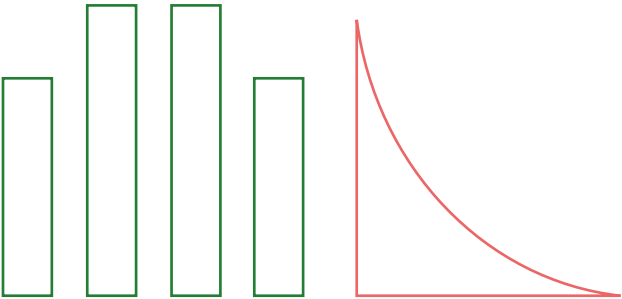
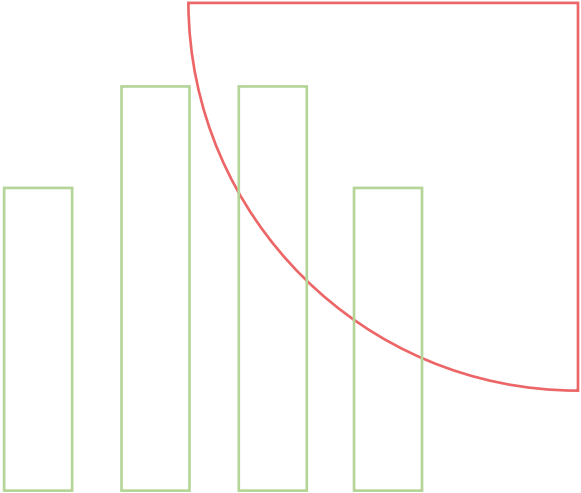


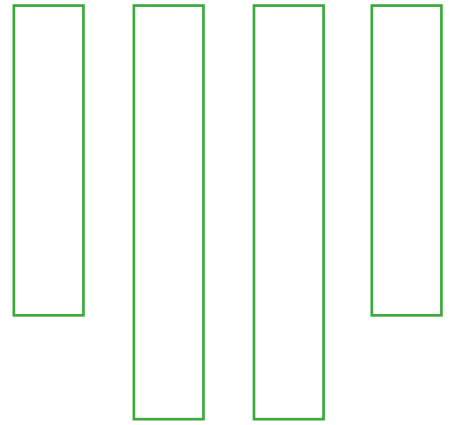
- Atendimento n. 05.2026.00000428-3 (30ª PJ), para tratar das recomendações do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Além do impulso procedimental, o grupo produziu estudos técnicos, como a análise de inconstitucionalidade do Decreto 28.550/2025 de Florianópolis. O decreto restringia os locais de entrega de marmitas para pessoas em situação de rua, que passaram a ser permitidas apenas em espaços previamente autorizados, como a Passarela da Cidadania, sedes de organizações não governamentais ou centros comunitários. O grupo

também subsidiou manifestações judiciais, participou de audiência pública e realizou vistorias e visitas institucionais, incluindo a verificação do Centro POP de Florianópolis.

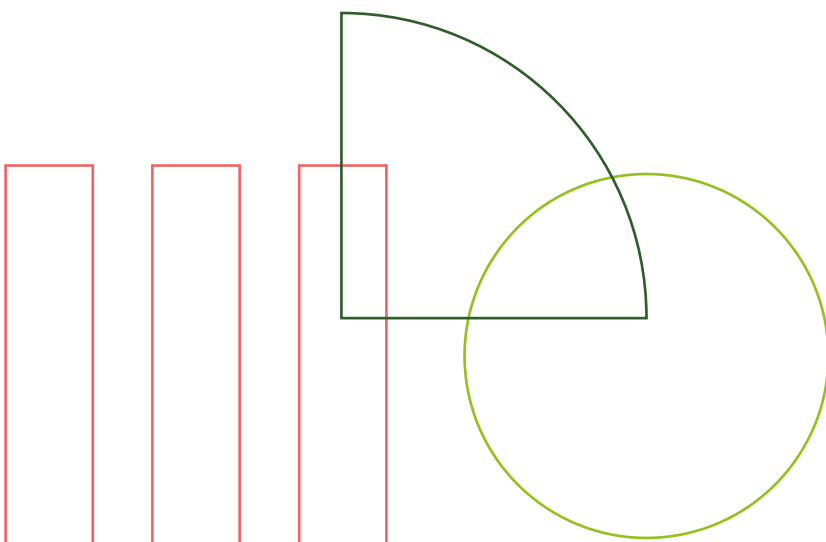
A Pastoral do Povo de Rua, a Federação Catarinense de Município, as Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social e a Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do Conselho Nacional dos Direitos Humanos foram parceiras da iniciativa.





5. DEFESA DO MEIO AMBIENTE

A proteção do meio ambiente e da qualidade de vida da população catarinense integra a atuação permanente do Ministério Público de Santa Catarina. O MPSC atua na defesa dos recursos naturais, do patrimônio histórico, cultural e paisagístico, além da preservação da ordem urbanística, buscando conciliar desenvolvimento sustentável e conservação ambiental.





PROGRAMA LEGALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE FORTALECE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHA 17 NOVOS MUNICÍPIOS HABILITADOS PARA LICENCIAMENTO EM 2025

Iniciativa já percorreu mais de 27 mil quilômetros desde 2018 e contribui para garantir estrutura adequada aos órgãos ambientais municipais em Santa Catarina.

O programa Legalidade Ambiental e Sustentabilidade intensificou, ao longo de 2025, o acompanhamento das condições estruturais e legais dos municípios catarinenses habilitados para o exercício do licenciamento ambiental. A iniciativa visa verificar se as administrações municipais atendem aos requisitos mínimos previstos nas normativas vigentes, assegurando o uso adequado dos instrumentos de licenciamento e fiscalização ambiental na proteção da qualidade do meio ambiente.

No último ano, foram realizadas visitas técnicas, em conjunto com os Promotores de Justiça locais, a 17 novos municípios habilitados para o exercício do licenciamento ambiental. Também houve uma segunda visita a outros seis municípios, a pedido dos respectivos órgãos de execução, para uma reavaliação das condições estruturais e administrativas.

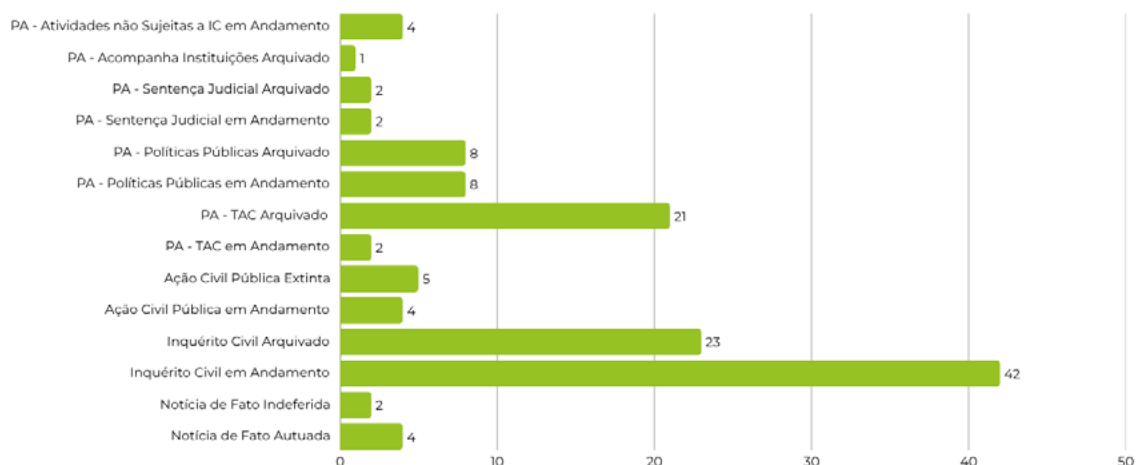
Além das Prefeituras, o programa acompanhou consórcios intermunicipais que desempenham papel relevante na gestão ambiental. Foram visitados o CIMAM – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da AMNOROESTE, o CODEPLAN – Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto

Norte e o CISAMAVI – Consórcio Público Interfederativo de Saúde e Multifinalitário do Alto Vale do Itajaí, que atuam em diferentes municípios catarinenses.

As visitas têm como foco a verificação da estrutura do órgão ambiental municipal – incluindo equipe técnica, infraestrutura e arranjo legal –, bem como a efetividade do funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente e do Fundo Municipal de Meio Ambiente. O objetivo é assegurar que os municípios estejam plenamente aptos a exercer o licenciamento ambiental com responsabilidade técnica e respaldo institucional.

Somente em 2025, a equipe percorreu 4.635 quilômetros. Desde o início do projeto, em 2018, já foram rodados 27.290 quilômetros em ações de acompanhamento e fiscalização. Ao final de 2025, 167 municípios catarinenses estavam reconhecidos pelo CONSEMA para o exercício do licenciamento ambiental, o equivalente a 57% do total de municípios do estado. Destes, 147 já foram visitados pelo programa, com relatórios de constatações encaminhados – ou em fase de envio – às respectivas Promotorias de Justiça, subsidiando a atuação dos órgãos de execução na defesa do meio ambiente.

Processos e Procedimentos decorrentes do Programa Legalidade Ambiental e Sustentabilidade (2018-2025)



MPSC CONTESTA DISPOSITIVOS DO CÓDIGO AMBIENTAL DE SANTA CATARINA E OBTÉM DECISÃO FAVORÁVEL

Duas ações diretas de inconstitucionalidade questionaram trechos da Lei Estadual n. 14.675/2009 por suposta flexibilização indevida da proteção ambiental.

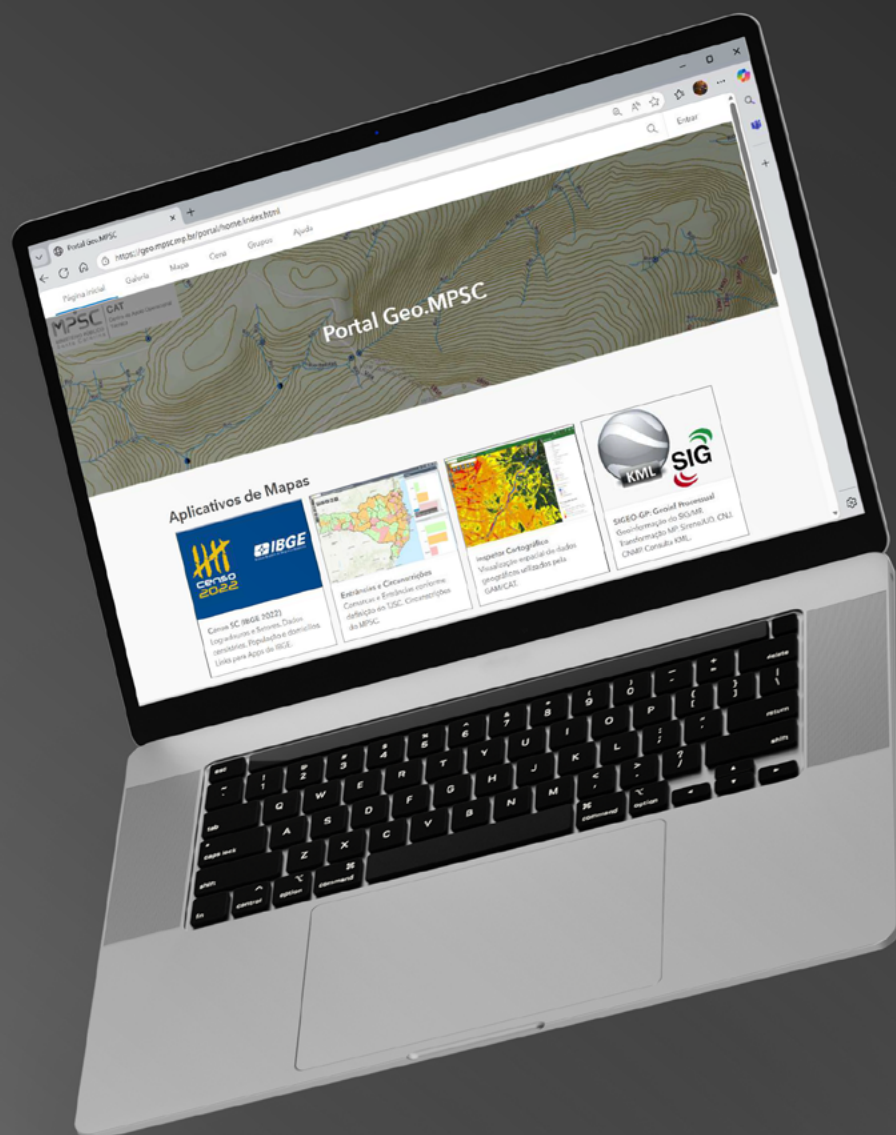
A atuação voltada ao controle de constitucionalidade do Código Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina resultou, em 2025, na propositura de duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) contra dispositivos da Lei Estadual n. 14.675/2009. A iniciativa teve como objetivo assegurar que a legislação estadual estivesse em conformidade com as normas federais, os princípios constitucionais e os compromissos ambientais assumidos pelo país.

Na primeira ação, o Tribunal de Justiça declarou a inconstitucionalidade do artigo 119-A, § 4º, que autorizava a utilização de áreas de preservação permanente (APPs) para o cumprimento dos percentuais mínimos de vegetação nativa exigidos pela Lei Federal n. 11.428/2006, conhecida como Lei da Mata Atlântica.

O entendimento foi de que a norma estadual promovia uma flexibilização indevida

da proteção ambiental ao permitir o cômputo das APPs nesses percentuais, contrariando o regime jurídico diferenciado estabelecido pela legislação federal para as áreas protegidas e para a vegetação do bioma. A corte reafirmou que, no exercício da competência legislativa concorrente, os Estados devem observar obrigatoriamente as normas gerais federais, não podendo editar regras menos protetivas. A ação foi julgada procedente.

Paralelamente foi proposta uma nova ADI, ainda pendente de julgamento, contra o artigo 57-A, §§ 8º e 11, incluídos pela Lei Estadual n. 19.314/2025. O dispositivo questionado prevê a possibilidade de regularização do corte de vegetação feito sem autorização prévia mediante compensação ambiental em outra área. Segundo a ação, a medida representaria uma nova flexibilização incompatível com o arcabouço federal de proteção ambiental.



MPSC AMPLIA USO DE TECNOLOGIA DE MAPAS PARA FORTALECER INVESTIGAÇÕES E MELHORAR SERVIÇOS À SOCIEDADE

Iniciativa ajuda o Ministério Público de Santa Catarina a compreender melhor situações que afetam diretamente a população, como ocupações em áreas de risco, desmatamento, intervenções em áreas de preservação, distribuição de equipamentos públicos, dados educacionais, limites territoriais e outros fenômenos com impacto social.

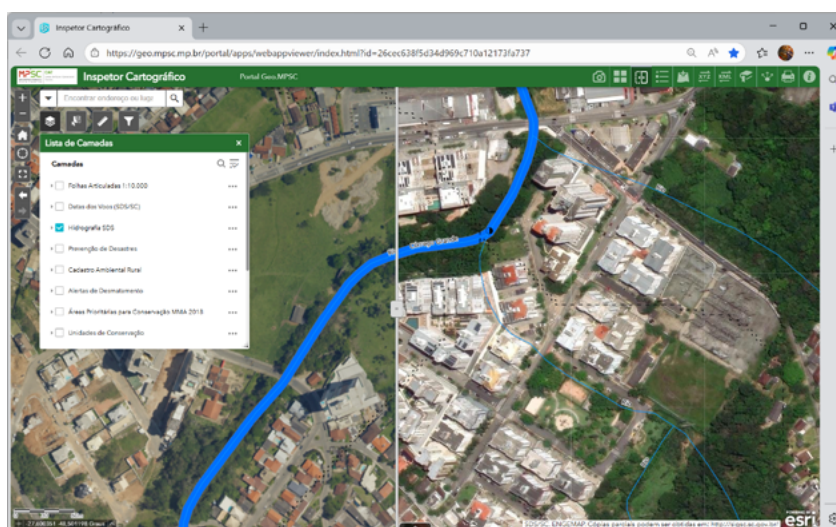
O Centro de Apoio Operacional Técnico (CAT) presta auxílio às Promotorias de Justiça na atuação ministerial. Entre as diversas ferramentas utilizadas para essa finalidade está o portal Geo.MPSC, uma plataforma tecnológica que contribui para tornar investigações e análises mais precisas em diferentes áreas, como meio ambiente, cidadania, segurança pública, patrimônio público e planejamento urbano. A ferramenta permite consultar, organizar e cruzar informações geográficas e territoriais para apoiar a atuação.

O Geo.MPSC possibilita que o membro ou servidor tenha acesso a informações sobre temas diversos aplicáveis a procedimentos investigatórios, além de permitir a elaboração de mapas dinâmicos e aplicativos de mapas interativos on-line para ilustrar fenômenos de interesse institucional. Na prática, a iniciativa ajuda o MPSC a compreender melhor situações que afetam diretamente a população, como ocupações em áreas de risco, desmatamento, intervenções em áreas de preservação, distribuição de equipamentos públicos, dados educacionais, limites territoriais e outros fenômenos com impacto social.

Com o uso da plataforma, é possível reunir em um mesmo ambiente imagens aéreas e orbitais, informações coletadas em vistorias de campo e bases públicas de dados georreferenciados. Esse cruzamento

permite localizar com maior exatidão problemas investigados, dimensionar seus impactos e produzir análises visuais que qualificam a tomada de decisão. O uso desse tipo de tecnologia representa um ganho concreto para a sociedade porque contribui para:

- investigações mais rápidas e qualificadas, com melhor identificação de fatos e de seus impactos;
- maior precisão na proteção do meio ambiente e do ordenamento urbano, com apoio técnico para localização de áreas degradadas, áreas de preservação e zonas de risco;
- aperfeiçoamento do controle sobre políticas públicas, ao possibilitar a análise territorial de informações sobre escolas, população, equipamentos e serviços;
- mais eficiência na atuação institucional, com decisões baseadas em evidências e dados espacialmente organizados;
- melhor visualização de problemas complexos, facilitando a compreensão de fenômenos que exigem resposta articulada do poder público.



Mais funcionalidades

A ferramenta também permite a elaboração de mapas dinâmicos e aplicações interativas, que tornam mais clara a representação de situações investigadas e auxiliam na identificação de padrões e prioridades de atuação. Entre os dados utilizados estão informações sobre hidrografia, áreas de preservação permanente, unidades de conservação, áreas de risco, relevo, limites municipais e de comarcas, além de dados públicos como o Censo 2022 do IBGE e informações da área educacional.

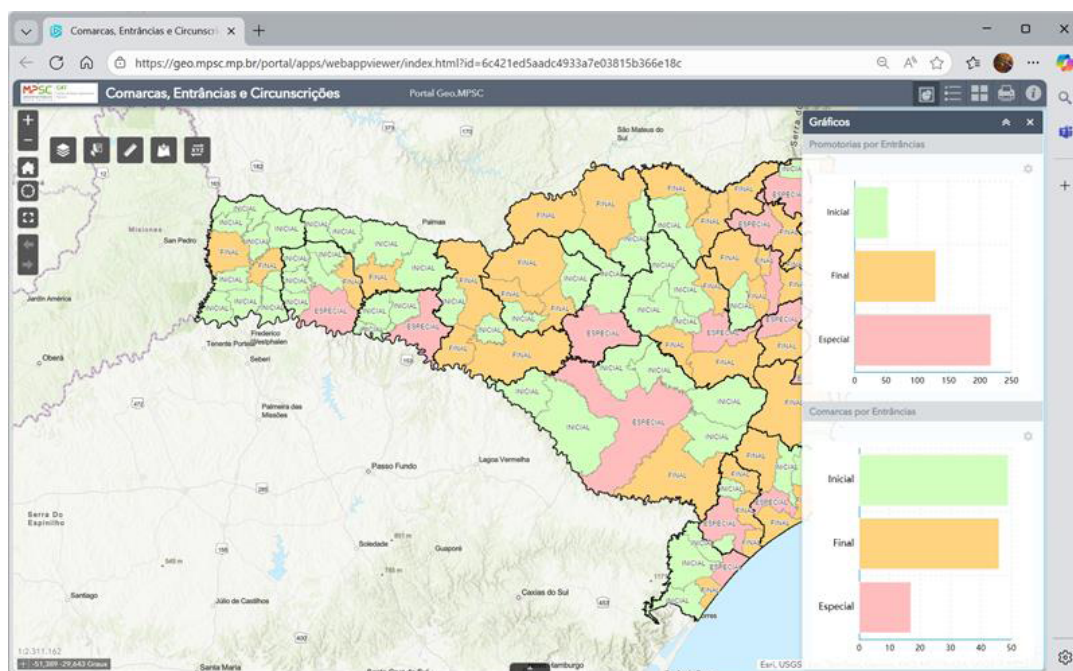
Em 2025, a plataforma passou a contar também com aplicações desenvolvidas para finalidades específicas, como o SIGEO-GP, que permite visualizar geograficamente processos ambientais cadastrados no sistema do MPSC. A medida fortalece o acompanhamento de casos e contribui para uma atuação mais integrada, eficiente e alinhada às diretrizes nacionais de modernização e gestão da informação.

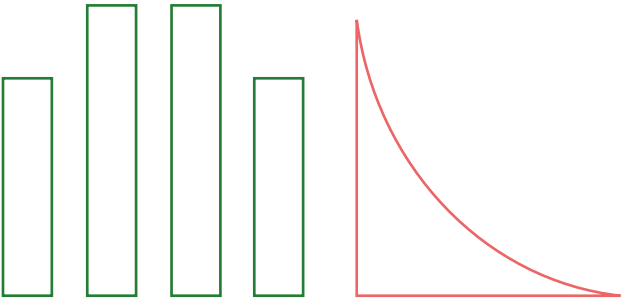
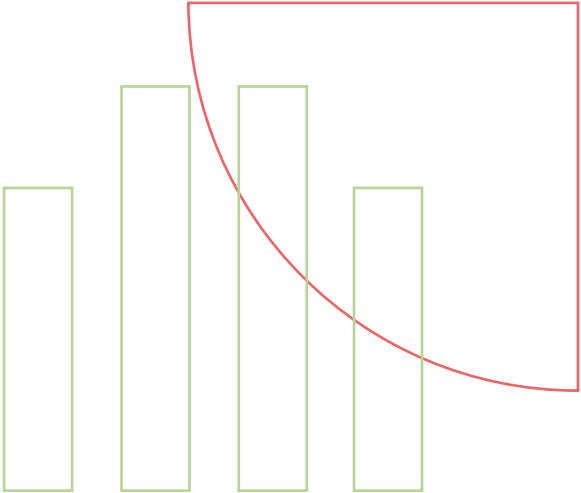
Com iniciativas como essa, o MPSC reforça o uso da tecnologia como aliada da defesa dos direitos da população, da proteção do território e da melhoria da resposta institucional às demandas sociais.

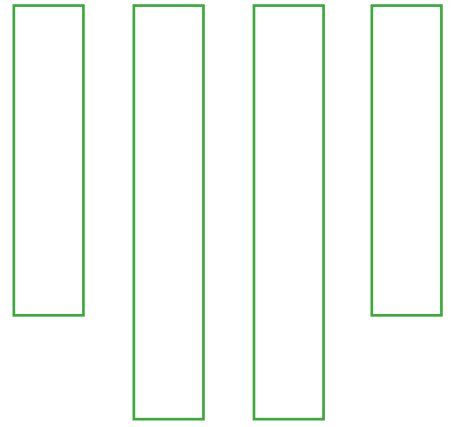
Histórico

Para atingir os objetivos aos quais se propõe, a plataforma utiliza os Sistemas de Informações Geográficas (GIS). Nesse cenário, o Ministério Público catarinense tem um histórico de investimentos e aplicações elaboradas sobre a plataforma Esri ArcGIS, líder mundial do mercado desse tipo de software. De forma pioneira, em meados de 2006, a Instituição adquiriu as licenças Esri ArcGIS para aplicação em projetos ambientais da 4ª Promotoria de Justiça de Palhoça. Desde então, por meio do CAT, o serviço foi ampliado às demais Promotorias de Justiça e a Instituição contratou servidores e residentes com dedicação exclusiva ao tema.

O CAT também ampliou o número de licenças e capacitou analistas de outras áreas no uso da plataforma. Contando com tal disponibilidade tecnológica, o centro de apoio operacional passou a utilizar a plataforma ArcGIS Enterprise para organizar e compartilhar as bases de dados geoespaciais mais utilizadas, disponibilizando-as ao público interno na rede privada virtual (VPN) institucional, por meio do portal Geo.MPSC.

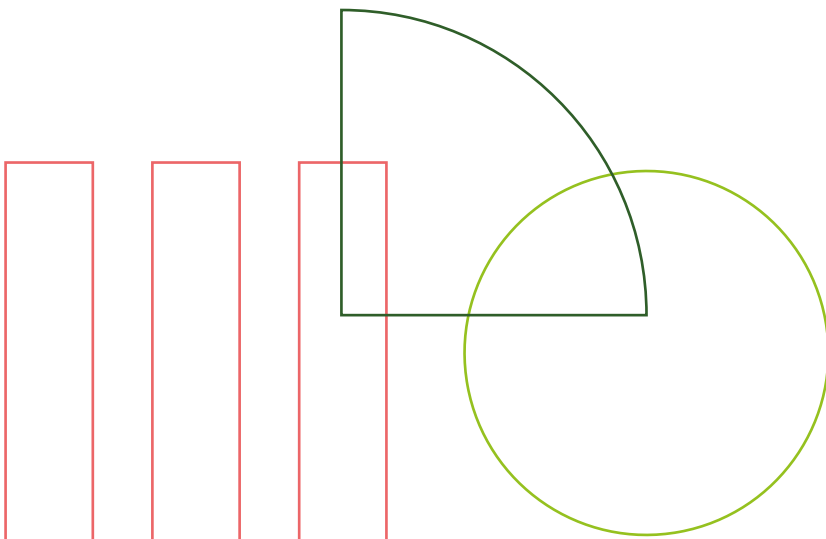


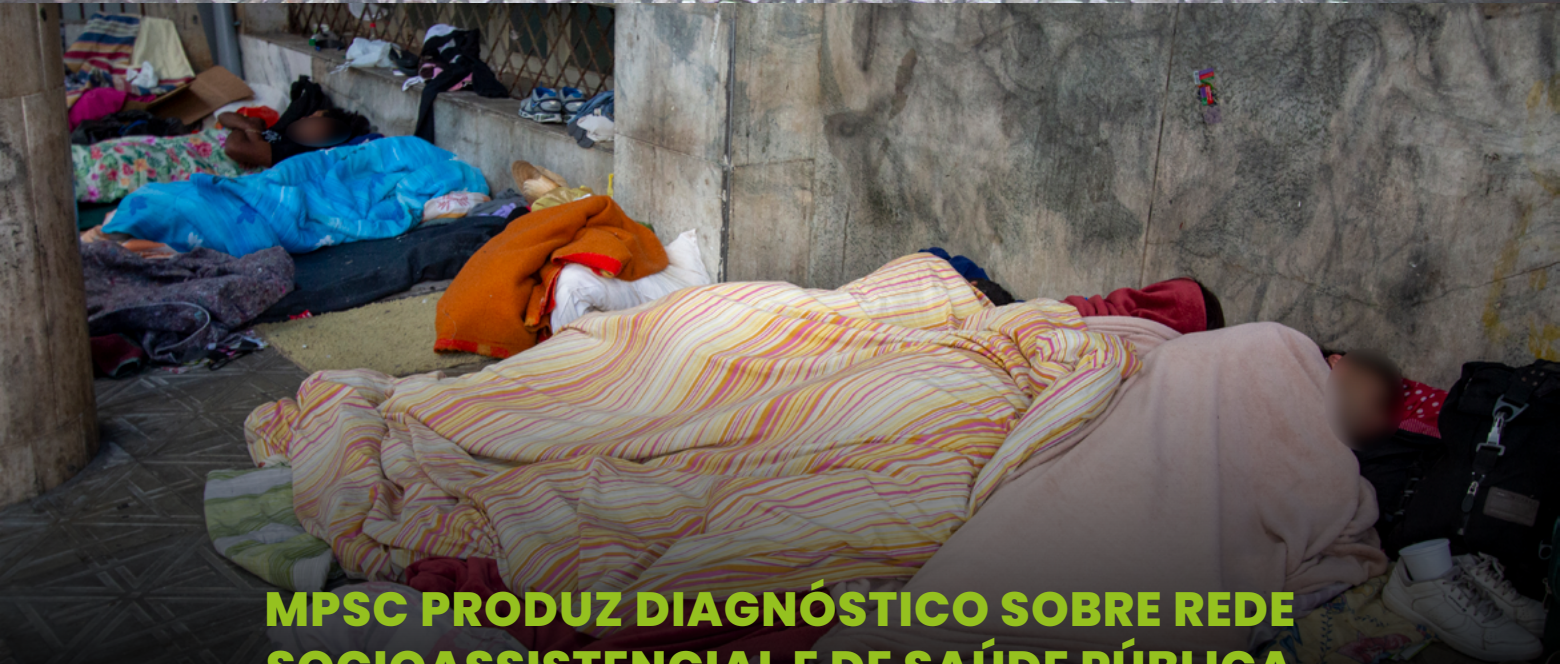




6. CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E COMBATE AO PRECONCEITO

A promoção da cidadania, da inclusão e dos direitos humanos está entre os compromissos institucionais do Ministério Público de Santa Catarina. O MPSC atua na defesa dos direitos das pessoas idosas, das pessoas com deficiência e de outros grupos em situação de vulnerabilidade, acompanhando políticas públicas e buscando assegurar o acesso a direitos fundamentais e à assistência social.





MPSC PRODUZ DIAGNÓSTICO SOBRE REDE SOCIOASSISTENCIAL E DE SAÚDE PÚBLICA VOLTADA A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Iniciativa foi realizada por grupo de trabalho e alcançou as 13 cidades catarinenses com maior incidência de pessoas em situação de rua. O objetivo foi diagnosticar os cenários locais e construir conjuntamente ações para mitigar lesões aos direitos humanos dessa população.

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH) fez um diagnóstico sobre a rede socioassistencial e de saúde pública voltada às pessoas em situação de rua. O intuito da iniciativa foi avaliar os cenários locais e construir conjuntamente ações para mitigar lesões aos direitos humanos dessa população. O foco foram as 13 cidades catarinenses com maior incidência de pessoas em situação de rua. Os diagnósticos e o material de apoio correlato foram enviados para as respectivas Promotorias de Justiça para providências. Como resultado, 12 procedimentos foram instaurados.

Com o apoio do CDH, foram instaurados procedimentos na 14ª e 40ª Promotorias de Justiça da Capital. O primeiro caso tratou da emissão da segunda via de certidões de nascimento e outros documentos para pessoas em situação de rua. Já o segundo abordou o acompanhamento das ações da segurança pública estadual em cumprimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 976. Tratou-se especialmente do deslocamento forçado e da apreensão de bens.

As atividades foram desenvolvidas por meio de um grupo de trabalho capitaneado pelo CDH que conta com a participação dos 11 Promotores de Justiça com atribuição nas comarcas com maior incidência de pessoas em situação de rua.

Mais iniciativas

Durante o levantamento, o CDH também identificou as iniciativas bem-sucedidas nos principais municípios e compartilhou as ideias com os demais membros do MPSC para atuação local. Além disso, o centro de apoio elaborou um estudo sobre a inconstitucionalidade do Decreto 28.550/2025 do Município de Florianópolis, que regulamenta a distribuição voluntária e não onerosa de alimentos em logradouros públicos. O parecer subsidiou a atuação da 33ª Promotoria de Justiça da Capital nos autos da Ação Popular n. 506093532.2025-8.24.0023.

Por fim, a partir do recebimento do relatório da missão realizada pela Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, o centro de apoio consolidou, em pareceres, as irregularidades apontadas e os encaminhou aos quatro municípios vistoriados, junto a sugestões de atuação.

São parceiros da atuação do CDH a Federação Catarinense de Municípios, a Pastoral do Povo da Rua, a Prefeitura de Florianópolis e a Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.





MPSC INCENTIVA ARRECADAÇÃO DE FUNDOS MUNICIPAIS DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA

No total, mais de R\$ 10 milhões foram arrecadados em Santa Catarina em 2025.

Diante do crescimento dos índices de envelhecimento da população, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH) está incentivando a criação e arrecadação dos Fundos Municipais de Direitos da Pessoa Idosa nas cidades catarinenses. O trabalho é desenvolvido em conjunto com os Promotores de Justiça, que, subsidiados com material de apoio fornecido pelo CDH, têm atuado para o fortalecimento e a expansão dos fundos nas respectivas comarcas.

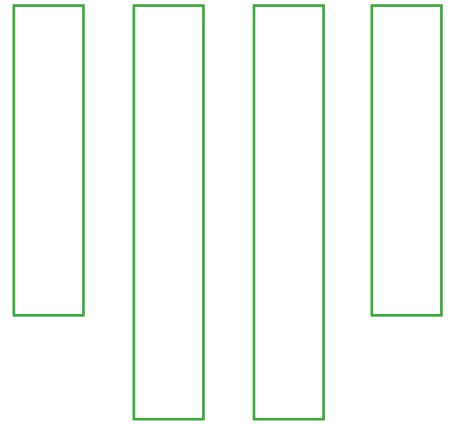
Em 2025, 83% dos municípios catarinenses possuíam fundos instituídos, para obtenção de recursos. O fundo arrecada valores por meio de doações feitas pela população na declaração do Imposto de Renda. Com o

incentivo de campanhas de divulgação, houve um incremento de 47% no número de doações efetuadas por meio do Imposto de Renda de 2025. No total, mais de R\$ 10 milhões foram arrecadados em Santa Catarina.

Com o recurso, os municípios podem investir em editais de chamamento públicos para a captação de projetos que promovam a defesa e a garantia dos direitos da pessoa idosa. Portanto, esse é um instrumento significativo para efetivar políticas públicas voltadas a essa população.

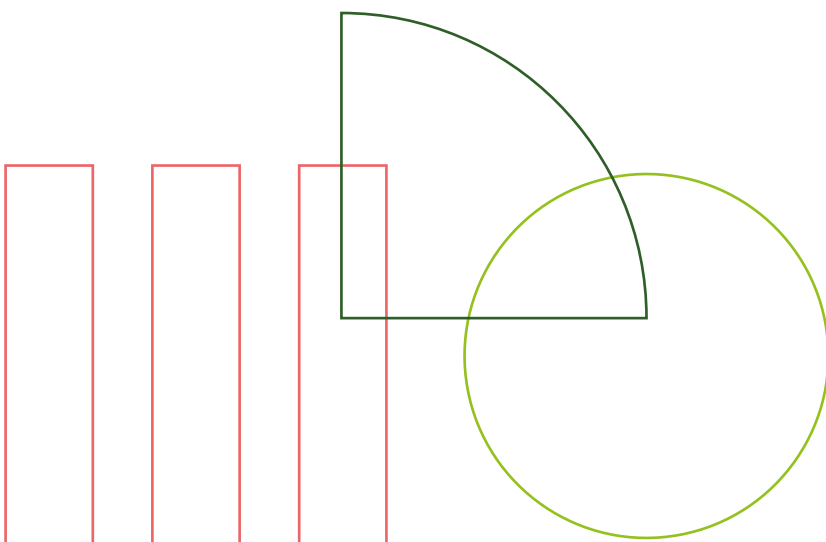
A Federação Catarinense de Municípios, o Conselho Estadual de Contadores e a Receita Federal são parceiros da iniciativa.





7. DEFESA DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DIREITO À EDUCAÇÃO

A proteção integral de crianças e adolescentes e a garantia do direito à educação são prioridades da atuação do Ministério Público de Santa Catarina. Os Promotores de Justiça atuam para assegurar que crianças e adolescentes tenham seus direitos respeitados e protegidos, intervindo sempre que houver situações de violência, abuso, negligência ou qualquer forma de ameaça à sua integridade e ao seu desenvolvimento. O MPSC também acompanha políticas públicas, fiscaliza instituições de ensino e programas de atendimento, além de adotar medidas legais voltadas à proteção de adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade.





PROGRAMA DE COMBATE À EVASÃO ESCOLAR MIGRA PARA SISTEMA MAIS MODERNO

Com a modernização da infraestrutura de informática, a gestão dos registros se tornou mais intuitiva e estratégica.

O Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA) visa ao regresso de crianças e adolescentes dos 4 aos 18 anos incompletos à escola, para que concluam a educação básica. A iniciativa também atua preventivamente para garantir a permanência dos alunos na escola, a fim de melhorar a qualidade de ensino e aperfeiçoar políticas públicas voltadas à educação.

Em 2025, o APOIA avançou na sua proposta de modernização da infraestrutura de informática com a migração para um novo sistema, tornando a gestão dos registros mais intuitiva e estratégica. Essa evolução visou permitir que Promotorias de Justiça, Conselhos Tutelares e unidades escolares fizessem um monitoramento e combate mais efetivos da infrequência escolar. O novo sistema tem interface amigável e intuitiva e maior segurança, com login via Gov.br e registros das ações de cada usuário.

Além disso, o novo convênio do sistema traz a obrigatoriedade da busca ativa pelas escolas. Com isso, objetiva-se, por exemplo, garantir a localização do(a) estudante e o efetivo conhecimento de sua realidade. Outra premissa da nova fase do programa é a atuação intersetorial: as instituições devem trabalhar para elaborar soluções conjuntas. O foco passa a ser o combate às causas da evasão – sejam elas sociais, econômicas ou de outra natureza. No novo sistema, isso se reflete na obrigatoriedade de o Conselho

Tutelar enviar atas de reuniões intersetoriais para o MPSC.

A partir de então, a atuação do MP catarinense tende a tornar-se menos burocrática e mais resolutiva – convocando, sempre que necessário, a rede de proteção a continuar a agir nos casos de infrequência. Esse foco na atuação da rede foi reforçado com a implementação da contrarreferência do MPSC para o Conselho Tutelar no novo sistema.

Por fim, mais uma marca da nova fase do programa foi a instalação do Comitê Gestor do APOIA, composto por representantes de todas as instituições signatárias (Ministério Público, Estado, Municípios e Conselheiros Tutelares). O objetivo é deliberar e encaminhar novos avanços para o APOIA.

A renovação tecnológica e conceitual do programa reflete a missão constitucional do MPSC e das demais instituições da rede na proteção integral da infância, assegurando que afastamentos temporários da sala de aula não se transformem em evasão escolar. São parceiros do APOIA a Secretaria de Estado da Educação, a Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares, a Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação em Santa Catarina.

PROJETO DO MPSC ANALISA 177 LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS DE SANTA CATARINA SOBRE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Projeto “Panorama das Leis Municipais do Serviço de Acolhimento Familiar” promoveu o primeiro diagnóstico do gênero no âmbito estadual. O estudo gerou um panorama novo, que oferece subsídios para que gestores municipais, Vereadores e equipes técnicas melhorem a legislação de seus territórios.

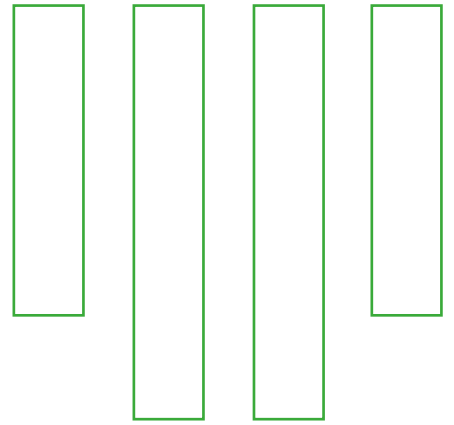
O intuito do projeto “Panorama das Leis Municipais do Serviço de Acolhimento Familiar” foi diagnosticar o cenário atual do acolhimento familiar no Estado de Santa Catarina. Além disso, a iniciativa buscou servir como uma ferramenta concreta de apoio a Vereadores e gestores públicos na formulação de legislações mais completas, técnicas e eficazes.

Em 2025, o projeto inovou ao criar o primeiro diagnóstico, em todo o estado, sobre a regulamentação da política de Serviço de Acolhimento Familiar em Santa Catarina, analisando 177 legislações municipais. O levantamento, realizado pelo Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação (CIAJE) do Ministério Público de Santa Catarina em parceria com a Comissão Estadual Judiciária de Adoção de Santa Catarina do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acolhimento, comparou as leis de cada Município com os critérios ideais para atendimento e buscou entender as lacunas normativas, permitindo comparar cada lei com a minuta produzida pelo Grupo Interinstitucional de Acolhimento.

A análise mostrou que grande parte das normas municipais ainda não contemplava requisitos básicos previstos nas diretrizes nacionais, como avaliação psicossocial, processo de formação, critérios claros de seleção, previsão de guarda judicial provisória, reavaliação trimestral da medida e mecanismos de monitoramento e controle social. Também foram identificadas inconsistências quanto aos critérios de moradia, documentação, subsídio financeiro e composição da equipe técnica. Por outro lado, observou-se evolução em temas como exigência de anuência familiar, disponibilidade afetiva e emocional, emissão de parecer psicossocial e previsão de acompanhamento técnico.

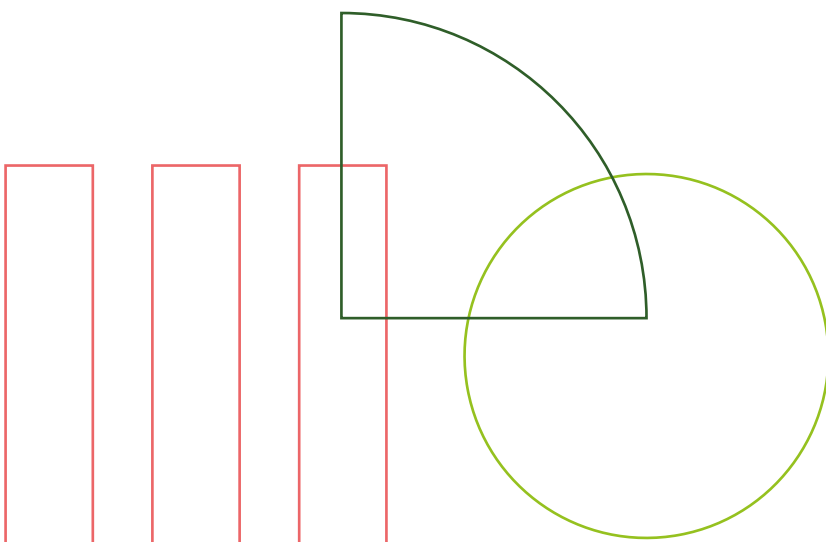
O estudo gerou um panorama novo, que oferece subsídios para que gestores municipais, Vereadores e equipes técnicas melhorem as legislações de seus territórios. A iniciativa torna o sistema de garantia de direitos mais forte, porque serve como um norte para a implementação de serviços de acolhimento com mais estrutura e, portanto, mais qualificados, contribuindo para garantir proteção integral e convivência familiar a crianças e adolescentes.





8. DEFESA DO CONSUMIDOR

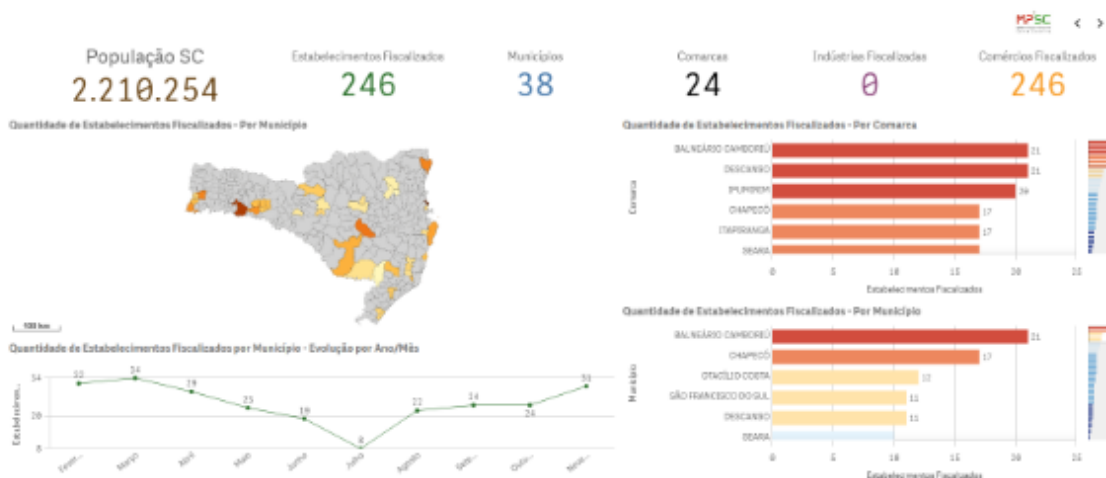
A defesa dos direitos do consumidor é uma das áreas de atuação do Ministério Público de Santa Catarina voltada à proteção da cidadania e ao equilíbrio nas relações de consumo. Os Promotores de Justiça atuam na apuração de práticas abusivas, propaganda enganosa e outras violações que afetem consumidores de forma coletiva. Além da responsabilização de empresas e da busca pela reparação de danos, o MPSC também acompanha e incentiva a implementação de políticas públicas e medidas de orientação que fortaleçam a proteção e a defesa do consumidor.



**PROGRAMA DE PROTEÇÃO JURÍDICO-SANITÁRIA
DOS CONSUMIDORES DE PRODUTOS DE ORIGEM
ANIMAL GARANTE SEGURANÇA ALIMENTAR EM
SANTA CATARINA**

No ano passado, cerca de 15 toneladas de produtos impróprios para o consumo humano foram apreendidos e inutilizados. Programa é coordenado pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor. limites territoriais e outros fenômenos com impacto social.

Em 2025, o Ministério Público de Santa Catarina, por meio do Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal (POA), apreendeu e inutilizou cerca de 15 toneladas de produtos impróprios para o consumo humano. Os alimentos foram apreendidos em 246 estabelecimentos. No total, foram realizadas ações de fiscalização em 38 municípios catarinenses, abrangendo 24 comarcas. O programa é coordenado pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor do MPSC.



A iniciativa tem por objetivo proteger a saúde dos consumidores, coibindo a produção e a comercialização de alimentos que não atendam às normas sanitárias. Além disso, orienta manipuladores, comerciantes e consumidores acerca dos riscos à saúde decorrentes do consumo de alimentos impróprios e da necessidade de adequação às exigências legais.

Nas Promotorias de Justiça de tutela consumerista, a estratégia prioritariamente adotada para a regularização das inconformidades relacionadas ao POA é a auto-composição. Em 2025, foram celebrados 32 termos de ajustamento de conduta com responsáveis por estabelecimentos que estavam descumprindo a legislação sanitária. Estima-se que, desde o início do programa, mais de 2.300 termos de ajustamento de conduta tenham sido firmados.

Nas mais de duas décadas de atividade, o POA contribuiu para o aumento do número de estabelecimentos agroindustriais

regularizados perante os serviços de inspeção oficiais (SIF, SIE e SIM). Esse valor saltou de cerca de 50 para aproximadamente 1.340, refletindo uma importante mudança de paradigma na produção e comércio de alimentos em Santa Catarina.

Para o próximo ano, o propósito do MPSC é aprimorar as rotinas de atuação relacionadas ao programa, focando as ações fiscalizatórias em cadeias de produção que tenham maior potencial de causar danos à saúde do consumidor. Consequentemente, objetiva-se atuar de forma estruturante para a regularização dos problemas eventualmente identificados. Isso significa agir sobre a raiz dessas questões, reorganizando processos, políticas ou sistemas para gerar melhorias duradouras, em vez de apenas resolver sintomas pontuais.



Início da trajetória

Instituído em 1999 pelo Ministério Público de Santa Catarina, com o apoio dos órgãos de fiscalização sanitária e agropecuária das esferas federal, estadual e municipal, o POA já executou ações em todos os municípios do estado, que resultaram na retirada de circulação de mais de duas mil toneladas de alimentos impróprios ao consumo humano. Entre eles estão produtos de origem animal sem identificação de procedência, em grande parte oriundos de instalações clandestinas, e produtos com prazo de validade vencido ou armazenados em desacordo com as especificações indicadas pelo fabricante.

Além de promover a regularização dos estabelecimentos, o POA, ao retirar esses alimentos impróprios ao consumo de circulação (estragados, vencidos, fora da temperatura indicada de armazenagem ou sem indicação de procedência), obteve sucesso em proteger a saúde dos consumidores: cerca de dois milhões de pessoas, residentes nos 38 municípios fiscalizados, foram impactadas.

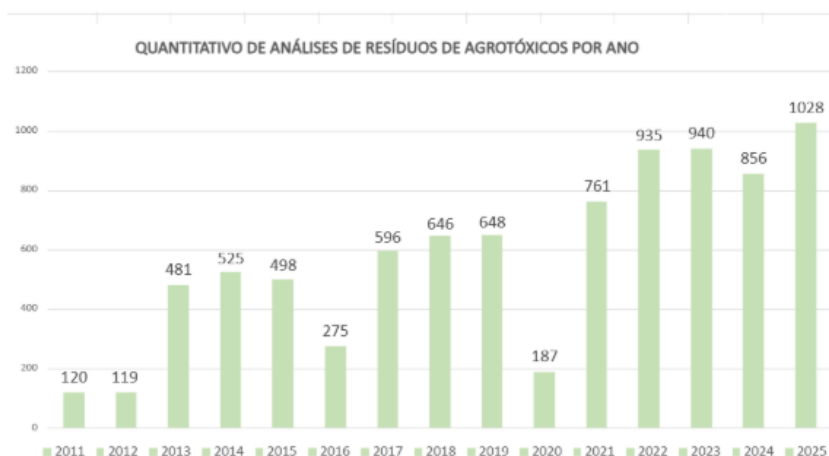
São parceiros atuais do programa o Ministério da Agricultura e Pecuária, a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Polícia Civil, a Polícia Militar de Santa Catarina, a Polícia Militar Ambiental, a Secretaria de Estado da Saúde, a Vigilância Sanitária Estadual, as Vigilâncias Sanitárias Municipais, o Conselho Regional de Medicina Veterinária, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e o Serviço e Instituto de Metrologia de Santa Catarina.



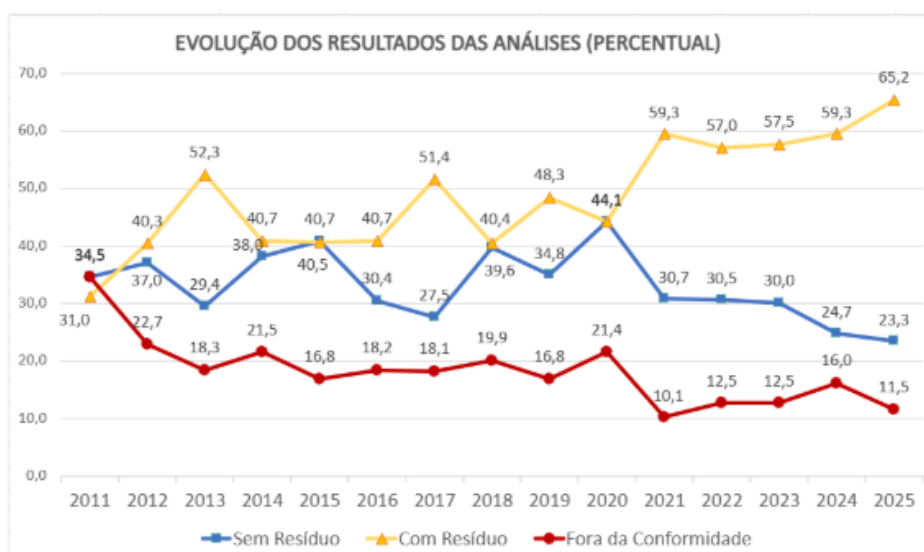
**DE FORMA INÉDITA, PROGRAMA ALIMENTO
SEM RISCO REALIZA 1.028 ANÁLISES DE
RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS EM ALIMENTOS
DE ORIGEM VEGETAL**

Esse é o maior número de análises da série histórica. Foram avaliados alimentos de origem vegetal coletados tanto no campo quanto em estabelecimentos varejistas e atacadistas.

Em 2025, o programa Alimento sem Risco (PASR) atingiu a marca de 1.028 análises de resíduos de agrotóxicos em alimentos de origem vegetal coletados no campo e em estabelecimentos varejistas e atacadistas de Santa Catarina. Esse é o maior volume da série histórica. O programa, capitaneado pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor do MPSC, tem como principal objetivo proteger a saúde dos consumidores contra a ingestão de resíduos tóxicos em desconformidade com a legislação provenientes do uso indiscriminado de agrotóxicos em alimentos de origem vegetal.



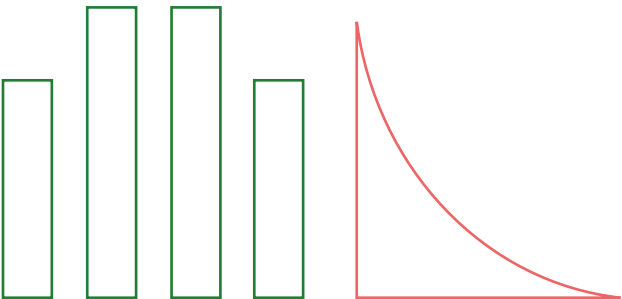
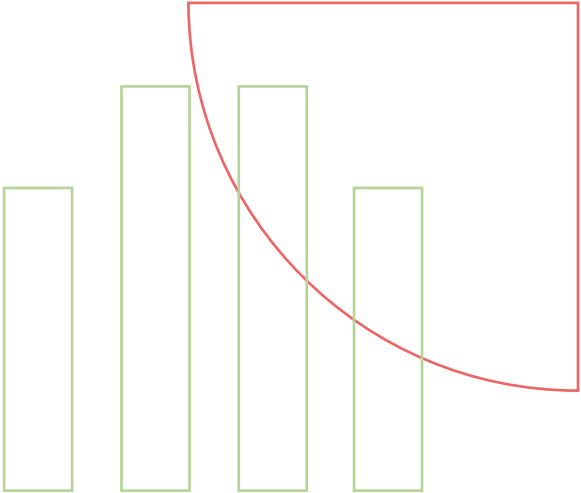
Os resultados demonstraram uma redução expressiva no índice de irregularidades detectadas desde o início das fiscalizações. No ano passado, o percentual apurado foi de 11,5%, ao passo que em 2011 era de 34,5%. Essa diminuição significativa está relacionada com as ações do programa, que contou com a atuação conjunta do MPSC e dos órgãos de fiscalização sanitária na orientação dos produtores sobre boas práticas de fabricação e sobre uso de agrotóxicos e na responsabilização dos infratores.

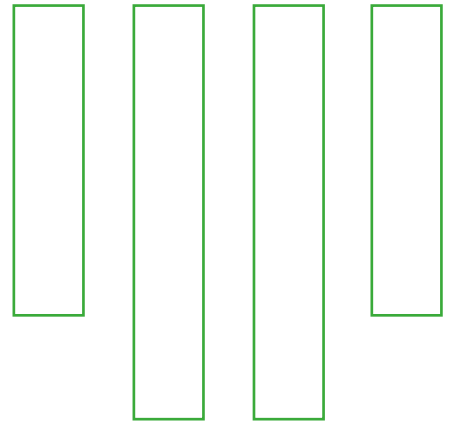


De forma geral, o programa também busca racionalizar a utilização de compostos químicos na produção agrícola, especialmente nas áreas de cultivo de alimentos. O intuito é promover a redução dos riscos de contaminação ambiental e o aprimoramento das técnicas empregadas nas atividades rurais, de modo a resguardar tanto os consumidores de produtos vegetais quanto os trabalhadores do campo. Nesse contexto, o PASR faz campanhas de monitoramento dos resíduos de agrotóxicos nos alimentos produzidos nas lavouras e comercializados nos mercados atacadista e varejista, com verificação de aspectos como a rastreabilidade, além da fiscalização do comércio e da aplicação de agrotóxicos.

Dessa forma, o programa Alimento sem Risco consolida-se como um importante instrumento de defesa da saúde do consumidor catarinense frente à exposição a ingredientes tóxicos provenientes da produção agrícola. A Secretaria de Estado da Agricultura, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina e o Ministério da Agricultura e Pecuária são instituições parceiras do PASR.

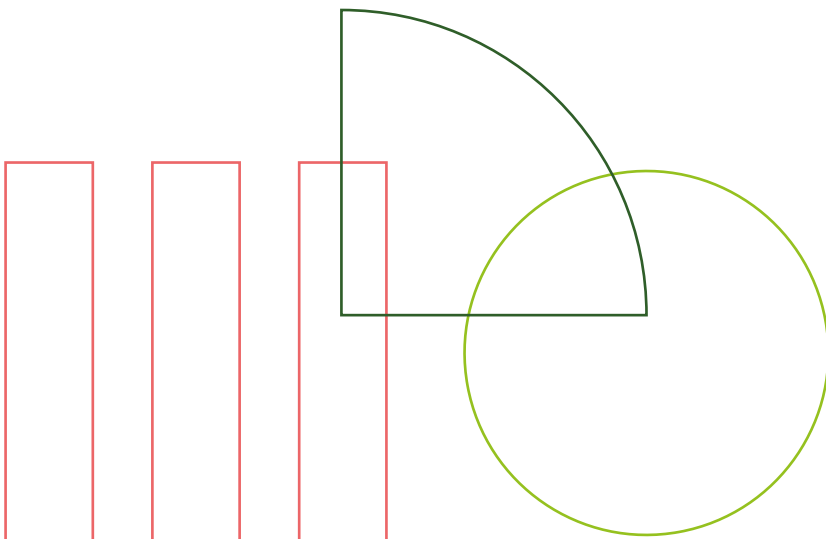






9. FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

O Ministério Público de Santa Catarina exerce papel fundamental na defesa da ordem jurídica e no controle da constitucionalidade das leis estaduais e municipais. Por meio de sua atuação, o MPSC analisa se normas e atos do poder público estão em conformidade com a Constituição Federal e com a Constituição do Estado de Santa Catarina, buscando garantir o respeito aos princípios e direitos constitucionais. Quando identificadas irregularidades ou incompatibilidades legais, o Ministério Público pode adotar medidas judiciais para corrigir as desconformidades e preservar a segurança jurídica.





CECCON INTENSIFICA CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E AJUIZA 37 AÇÕES NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM 2025

Unidade processou 218 solicitações de apoio técnico-jurídico e emitiu 135 pareceres para assegurar a supremacia da Constituição Estadual e a regularidade das leis em Santa Catarina.

O Centro de Apoio Operacional de Controle de Constitucionalidade (CECCON) consolidou, em 2025, sua atuação na defesa da supremacia da Constituição do Estado de Santa Catarina, por meio da análise técnica de leis e atos normativos estaduais e municipais. Ao todo, foram processadas 218 solicitações de apoio técnico-jurídico, com foco no exame abstrato de constitucionalidade e na prevenção de irregularidades no ordenamento jurídico.

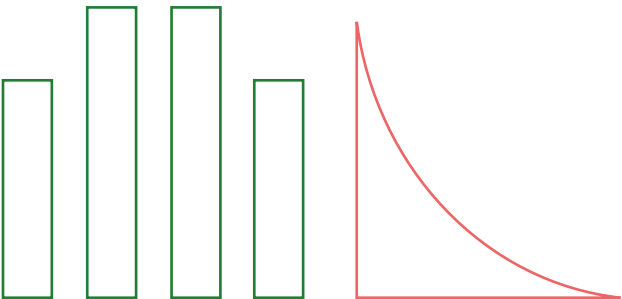
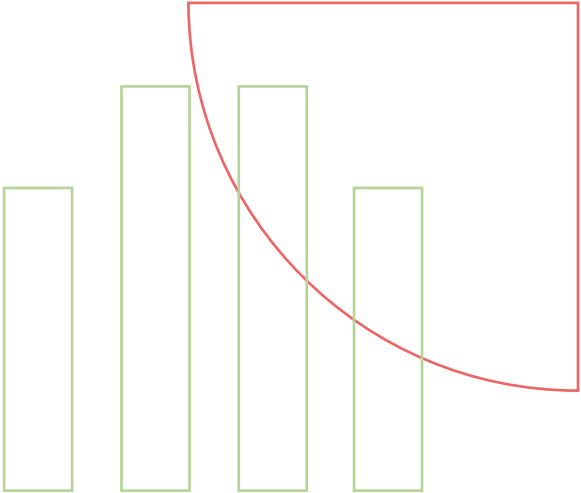
Como resultado desse trabalho, foram ajuizadas 37 ações diretas de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, com o objetivo de retirar do ordenamento normas consideradas incompatíveis com a Constituição Estadual. Além disso, a unidade emitiu 135 pareceres que subsidiaram o controle concentrado de constitucionalidade, contribuindo para a repressão de desvios

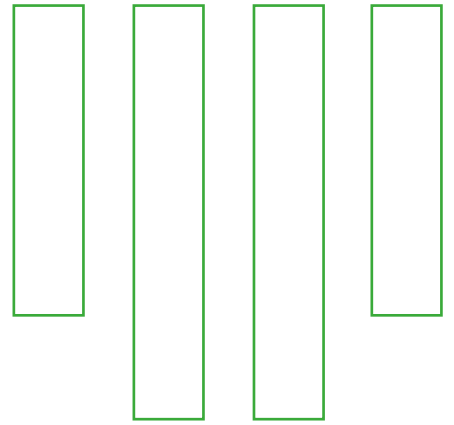
legislativos e para a manutenção da coerência do sistema normativo.

A atuação do CECCON também se estendeu ao acompanhamento de procedimentos administrativos voltados ao controle de efetividade de decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade, instrumento essencial para assegurar o cumprimento das decisões judiciais e evitar a inércia administrativa após a declaração de inconstitucionalidade de leis.

As intervenções ao longo do ano reforçaram a proteção dos direitos fundamentais da sociedade catarinense, garantindo segurança jurídica e impedindo que normas inconstitucionais ou decisões judiciais descumpridas produzissem efeitos lesivos à coletividade.



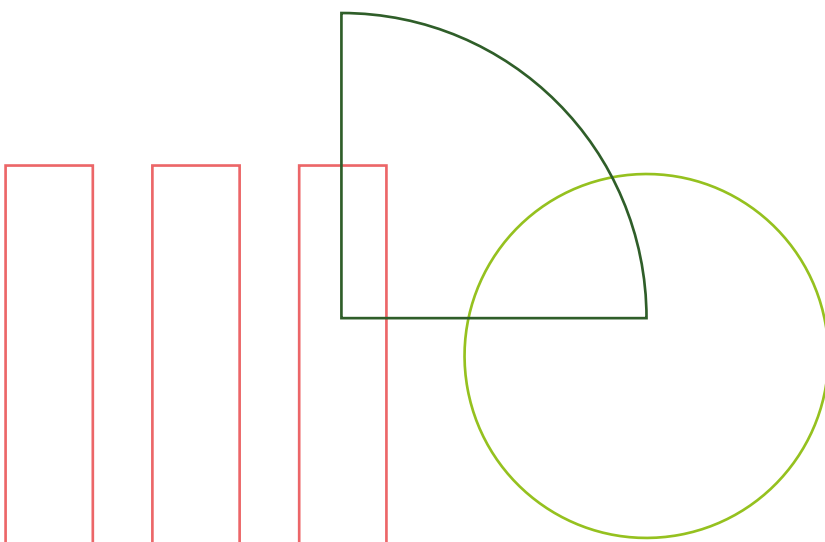


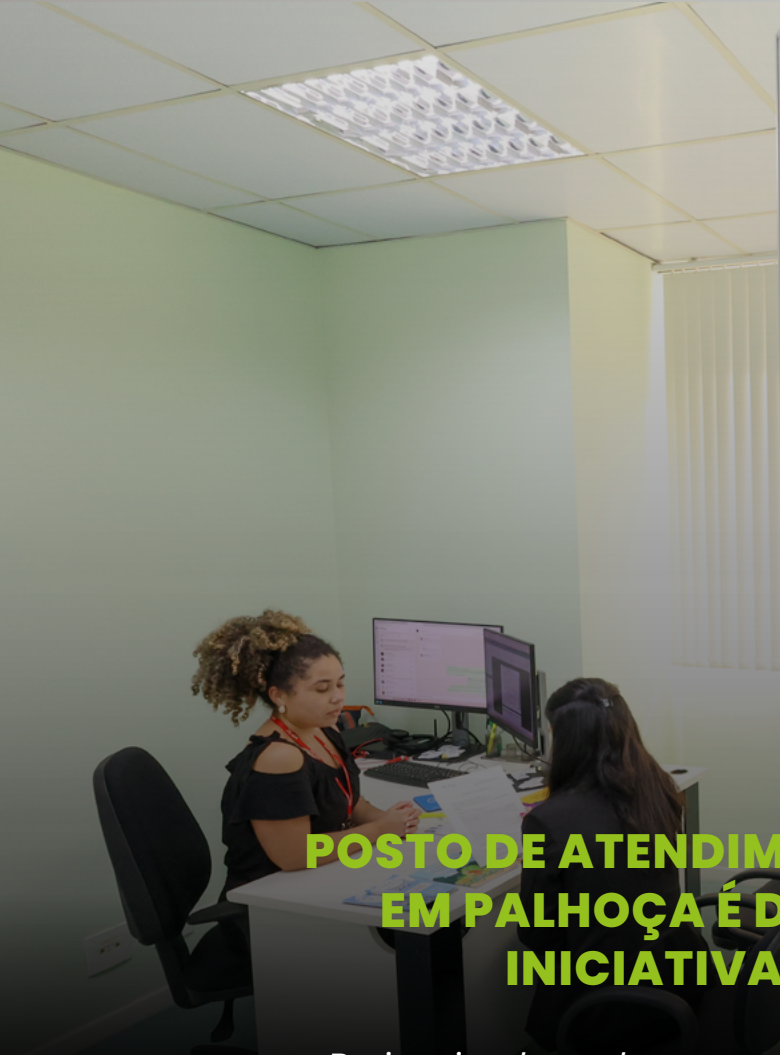


10. OUTRAS INICIATIVAS COM IMPACTO AO CIDADÃO

Além da atuação diretamente voltada à defesa dos direitos da sociedade, o Ministério Público de Santa Catarina desenvolve iniciativas institucionais que fortalecem sua capacidade de atendimento ao cidadão e aprimoram a prestação dos serviços públicos. Investimentos em capacitação contínua de membros e servidores, inovação tecnológica, modernização de sistemas e aperfeiçoamento da gestão contribuem para tornar a atuação do MPSC mais ágil, eficiente e transparente. Essas ações internas refletem diretamente na qualidade dos serviços oferecidos à população catarinense, fortalecendo o acesso à justiça, a transparência institucional e a efetividade das ações do Ministério Público.

A seguir, são apresentadas algumas dessas iniciativas.





**POSTO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO
EM PALHOÇA É DESTAQUE ENTRE
INICIATIVAS DO MPSC**

Projeto implantado nas novas instalações do Ministério Público busca qualificar o atendimento à população e otimizar a atuação das Promotorias de Justiça.

Entre as iniciativas concluídas pelo Ministério Público de Santa Catarina em 2025 está o projeto de implantação de Postos de Atendimento ao Cidadão nas novas instalações da Instituição, com destaque para o Posto de Atendimento ao Cidadão da Comarca de Palhoça.

A iniciativa teve como objetivo qualificar a comunicação com a sociedade e aprimorar o acolhimento da população que busca atendimento no Ministério Público. O projeto foi inspirado na experiência do Setor de Atendimento ao Cidadão (SEAC) do Edifício Campos Salles, em Florianópolis, cujo projeto-piloto demonstrou resultados relevantes.

No local, cerca de 70% dos atendimentos triados foram redirecionados para instituições externas, pois envolviam demandas que não eram de competência do MPSC.

Com a triagem qualificada, houve redução de atendimentos excedentes nas Promotorias de Justiça, permitindo que membros e servidores dedicassem mais tempo às demandas diretamente relacionadas à atuação do Ministério Público.

Além disso, uma pesquisa de satisfação apontou que 90% dos cidadãos avaliaram positivamente o atendimento recebido, destacando o acolhimento e o encaminhamento adequado das demandas.

O projeto foi concluído em 2025, com a estrutura do posto finalizada e uma residente capacitada. O início dos atendimentos ao público ocorreu após o recesso de fim de ano, em janeiro de 2026. A expectativa é que a iniciativa contribua para fortalecer a imagem, a credibilidade e a resolutividade do Ministério Público junto à sociedade.





Recursos fortalecem a proteção ao consumidor, ao meio ambiente e a outros interesses coletivos, com foco em governança, eficiência e impacto direto para a população catarinense.

O Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) é um instrumento destinado ao financiamento de projetos, estudos e ações voltados à reparação, prevenção e compensação de danos causados a bens e direitos de natureza difusa e coletiva. Os recursos do Fundo têm origem, principalmente, em condenações judiciais, acordos, termos de ajustamento de conduta (TACs), multas e indenizações decorrentes de danos causados a interesses difusos e coletivos. Esses valores são revertidos em iniciativas de interesse público relacionadas, entre outras áreas, à proteção do meio ambiente, à defesa do consumidor, ao patrimônio histórico, artístico, turístico e paisagístico, promovendo benefícios diretos à sociedade catarinense.

O FRBL é presidido pelo Ministério Público de Santa Catarina e conta com um conselho gestor composto por representantes de instituições públicas e entidades da sociedade civil, garantindo pluralidade, controle e transparência na definição das iniciativas apoiadas.

Em 2025, a gestão do Fundo alcançou a aprovação de R\$ 1.415.485,81 em projetos voltados à reparação, prevenção e minimização de danos à coletividade, além da autorização de 101 perícias destinadas à fiscalização de iniciativas em execução. Os resultados refletem uma atuação estratégica orientada pela boa governança, economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Entre os destaques aprovados no período está o projeto “Aquisição de armazéns modulares para armazenamento seguro de agrotóxicos ilegais apreendidos”, apresen-

tado pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), com investimento aprovado de R\$ 243.319,96. A iniciativa fortalece a destinação adequada de produtos irregulares, contribuindo para a proteção ambiental e para a segurança da população.

Outro projeto de grande relevância foi a “Modernização do Parque Tecnológico do PROCON/SC”, apresentado pela Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviço, com valor aprovado de R\$ 821.170,25. A proposta busca aprimorar a estrutura tecnológica do órgão, ampliando a capacidade de atendimento, fiscalização e proteção dos direitos dos consumidores catarinenses.

Além dos recursos destinados aos projetos, o FRBL autorizou 101 perícias para acompanhamento técnico das iniciativas financiadas, medida que reforça o controle sobre a correta execução dos investimentos e assegura maior efetividade na aplicação dos recursos em benefício da coletividade.

O conselho gestor do FRBL conta com representantes da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina, do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, da Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social, da Secretaria de Estado da Saúde (Diretoria de Vigilância Sanitária), da Polícia Científica, da Polícia Militar Ambiental, além de entidades da sociedade civil, como o Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas, a Associação FloripAmanhã, a Creche e Orfanato Vinde a Mim as Crianças e o Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Santa Catarina.



MPSC FIRMA 113 ACORDOS INSTITUCIONAIS E CRIA 11 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Atuação institucional fortaleceu políticas públicas, ampliou parcerias estratégicas e adaptou a estrutura do Ministério Público às demandas da sociedade catarinense.

Com a celebração de 113 instrumentos de cooperação e a criação de 11 Promotorias de Justiça, o Ministério Público de Santa Catarina consolidou uma atuação institucional intensa e estratégica. Os resultados refletem o fortalecimento do diálogo interinstitucional, a ampliação de políticas públicas essenciais e a modernização da estrutura orgânica da Instituição para atender às crescentes demandas da população.

As relações institucionais, conduzidas pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, tiveram como objetivo representar o MPSC, promover agendas e encontros estratégicos e articular acordos com diferentes instituições e esferas do poder público. Também são realizados diagnósticos técnicos que subsidiam decisões sobre a criação e redistribuição de Promotorias de Justiça.

Presença institucional e articulação estratégica

Em 2025, foram promovidas mais de 500 agendas oficiais, entre reuniões, audiências, recepções e atos públicos. Destacam-se encontros com órgãos estratégicos do sistema de Justiça e do governo catarinense, como o Tribunal de Justiça de Santa Catari-

na, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Santa Catarina, o Ministério Público do Rio Grande do Sul, a Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina, o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, a Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina, a Polícia Civil de Santa Catarina, a Associação Catarinense das Fundações Educacionais, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina.

O ano também foi marcado pela aproximação com o setor produtivo e econômico do estado, com encontros que reuniram representantes da Associação Empresarial de Florianópolis, da Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis, do Serviço Social do Comércio, da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina, além da própria FACISC e da FECAM.



Cooperação interinstitucional e políticas públicas

No campo representativo, foram firmados 113 instrumentos de cooperação, entre eles 48 acordos de cooperação técnica e 50 termos de adesão, ampliando o alcance das ações institucionais, especialmente nas áreas de educação, saúde, cidadania e segurança pública.

Entre os destaques estão dois protocolos celebrados com a Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público. Um deles é voltado ao fortalecimento da atuação na defesa e promoção da educação infantil, com foco no Grupo de Atuação Especial da Educação (GAEDUC). O outro formaliza ações integradas de enfrentamento à violência doméstica e intrafamiliar contra mulheres, com a criação do Núcleo Estadual de Atendimento às Vítimas de Violência e Trauma (NEAVIT).

Ampliação da estrutura para atender à população

Com base em diagnósticos sobre as necessidades de atendimento à população, foram criadas 11 Promotorias de Justiça em diferentes regiões do estado em 2025, acompanhadas da revisão e redistribuição de atribuições. A medida adapta a estrutura do Ministério Público de Santa Catarina às transformações do sistema de Justiça e às demandas crescentes da sociedade, reforçando o compromisso institucional com a entrega de resultados concretos à população catarinense.

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADO EM EDUCAÇÃO ELABORA DIAGNÓSTICO E FOMENTA POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com levantamento realizado pelo grupo, em 2024, 46% dos municípios catarinenses tinham fila de espera para vagas de educação infantil, e o Estado necessitava criar 29.132 vagas.



O Grupo de Atuação Especializado em Educação (GAEDUC) tem o objetivo de fortalecer a atuação do Ministério Público de Santa Catarina na defesa do direito à educação. Isso ocorre por meio do suporte técnico às Promotorias de Justiça, com o diagnóstico de problemas estruturais, e da promoção de soluções articuladas e indução de políti-

cas públicas que garantam vagas, infraestrutura adequada e melhoria da qualidade do ensino.

Em 2025, o GAEDUC consolidou sua atuação como indutor de políticas públicas educacionais em Santa Catarina, com foco nos eixos de educação infantil, infraestrut-

tura escolar e qualidade da educação. No eixo da educação infantil, o grupo elaborou um diagnóstico estadual sobre a oferta de vagas. Foi identificado que, em 2024, 46% dos municípios tinham fila de espera e que o Estado necessitava criar 29.132 vagas. Esse patamar é o menor avaliado desde a criação do grupo, em 2022, quando a demanda reprimida era de 53.350 vagas.

Também foi analisada a transparência das listas e dos métodos de registro, cujo resultado apontou desigualdades entre municípios e fragilidades na busca ativa. Além disso, também foi avaliada a situação dos municípios com maior demanda reprimida de espera de vagas em creche.

No eixo de infraestrutura, o GAEDUC apoiou os projetos “Sede de aprender” e “Proinfância”, mapeando escolas sem água potável e obras paralisadas. Além disso, o grupo atuou de forma conjunta com o Tribunal de Contas do Estado e a Secretaria de Estado da Educação, para mapear as condições estruturais das escolas. Com foco resolutivo, para atuação prioritária foram eleitas as duzentas instituições de educação em situação crítica. Por fim, foi deflagrado procedimento para atuação conjunta com o Tribunal de Contas de Santa Catarina no intuito de promover a fiscalização da infraestrutura das escolas estaduais. Essa fiscalização deve ser realizada por meio de aplicativo que será desenvolvido pelo MPSC.

Reestruturação

Ainda no ano passado, o GAEDUC passou por um processo de reestruturação. Com os Atos n. 665/2025/PGJ e n. 1427/2025, o grupo passou a ter 11 Coordenadores Regionais. Eles atuam nas macrorregiões catarinenses que comportam os municípios de Blumenau, Florianópolis, Chapecó, Criciúma, Itajaí,

Joaçaba, Joinville, Lages, Mafra, São Miguel do Oeste e Tubarão. O objetivo da reestruturação foi garantir representação em todas as macrorregiões e fortalecer o assessoramento técnico às Promotorias de Justiça.

São parceiros do GAEDUC os municípios catarinenses e o Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Apoio na atuação das Promotorias de Justiça

Em 2025, o grupo prestou apoio direto a dois procedimentos administrativos nos municípios de Brusque e Imbituba, ambos referentes ao cumprimento de sentença por falta de vagas em creches. Em Brusque, após um ano de negociações e 14 reuniões técnicas, viabilizou-se a assinatura de um termo de ajustamento de conduta com cronogramas detalhados de obras, reformas e contratações, convertendo uma sentença de difícil execução em um plano de metas concretas.

A nível estadual, a valorização do magistério foi eleita como prioridade. Essa meta deve ser atingida por meio do combate a precarização dos vínculos e da articulação da ampliação do quadro efetivo para garantir continuidade do ensino. Nesse âmbito o GAEDUC instaurou um procedimento administrativo conjunto com a 25ª Promotoria de Justiça da Capital.

Em Imbituba, o GAEDUC conduziu sete reuniões em cinco meses, impulsionando a adequação da infraestrutura escolar às normas vigentes. A atuação do GAEDUC refletiu-se nos indicadores estaduais: a taxa de atendimento em creches passou de 47,67% (2022) para 55,43% (2024), bem como com a redução da demanda reprimida por vagas em creche de 53.350 (2022) para 29.132 vagas (2024).





COM FOCO NA RESOLUTIVIDADE E NO PROTAGONISMO REGIONAL, MPSC CRIA PROGRAMA PRIORIZA

Iniciativa focou na identificação de prioridades para atuação do Ministério Público de Santa Catarina nas 11 macrorregiões do estado. A partir da identificação, a instituição define estratégias e projetos para solucionar os desafios elencados. A inovação do Prioriza é, justamente, reconhecer que cada região tem sua própria realidade e, portanto, precisa de soluções sob medida.



Em busca da inovação contínua e reconhecendo as particularidades de cada região catarinense, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) desenvolveu o Programa Prioriza. A iniciativa foi baseada na identificação dos desafios enfrentados por cada uma das 11 macrorregiões do estado, em diversas áreas. Com base nessa primeira etapa, realizada em 2025, o Prioriza propõe a criação de projetos específicos voltados ao enfrentamento das prioridades identificadas. O diagnóstico, construído com base nas particularidades de cada região do estado, será o fundamento da atuação institucional nos próximos dois anos.

Entre julho e novembro, o MPSC promoveu 11 encontros nas macrorregiões de Itajaí, Joaçaba, São Miguel do Oeste, Chapecó, Tubarão, Criciúma, Joinville, Capital, Lages, Mafra e Blumenau. Em cada encontro, os Promotores de Justiça participaram de salas temáticas, escolhendo uma entre sete áreas de atuação: consumidor; criminal; direitos humanos; infância, juventude e educação; moralidade administrativa; meio ambiente; saúde pública. Nelas, tiveram contato com exposições de dados e relataram suas experiências. Após intensos debates, que consideraram os maiores desafios locais, os Promotores e Promotoras de Justiça definiram as prioridades regionais. Além desses encontros, houve uma reunião específica

com as Promotorias de Justiça da ordem tributária, garantindo que todas as áreas estratégicas do MPSC fossem contempladas.

Esse diagnóstico, construído com base nas particularidades de cada região do estado, será o fundamento da atuação institucional nos próximos dois anos. As prioridades definidas servirão de base para a criação de projetos estratégicos pelos Centros de Apoio Operacional do MPSC. Cada projeto será desenvolvido a partir dos desafios identificados, com um olhar regionalizado, para apoiar diretamente o trabalho dos Promotores de Justiça que atuam na ponta, em contato direto com a população.

Dentre os desafios identificados, a saúde mental apareceu como prioridade em todas as regiões, evidenciando a urgência de ações nessa área. Já problemas relacionados ao saneamento básico, como a falta de abastecimento de água potável e o esgotamento sanitário, foram apontados em ao menos cinco regiões, sendo considerados desafios tanto na área do meio ambiente quanto na da defesa do consumidor. A população em situação de rua também surgiu como uma preocupação recorrente, exigindo atenção integrada de diferentes políticas públicas. Confira todos os desafios identificados [neste link](#).

MPSC CRIA COMISSÃO PERMANENTE DE DESBUROCRATIZAÇÃO E EFICIÊNCIA

Objetivo da iniciativa é promover a simplificação, a racionalização e a modernização dos atos do Ministério Público catarinense, aumentando a eficiência das áreas que atendem diretamente o cidadão.

A Comissão Permanente de Desburocratização e Eficiência do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) foi criada em 2025 com o objetivo de fortalecer a modernização institucional, simplificar procedimentos e aprimorar a eficiência administrativa. A iniciativa está alinhada às práticas contemporâneas de inovação e desburocratização no serviço público, buscando tornar os processos internos mais ágeis, racionais e efetivos, especialmente nas áreas que impactam diretamente o atendimento à população.

Com atuação contínua e permanente, a Comissão conta com a participação

de Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça e servidores, promovendo a integração entre diferentes áreas da Instituição na construção de soluções voltadas ao aperfeiçoamento da gestão administrativa.

A Comissão atua na revisão, simplificação e atualização de atos administrativos, sempre orientada pelos princípios da eficiência, economicidade, legalidade, razoabilidade, simplificação e inovação. Ao longo de 2025, foram realizadas reuniões de trabalho e aprovados estudos destinados à modernização de fluxos internos e ao aprimoramento de rotinas institucionais.



5 de jun. de 2025 08:09:4



GOVERNANÇA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DO MPSC AVANÇOU COM EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E ECONOMIA DE RECURSOS

Atuação estratégica da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos coordenou, em 2025, decisões sobre reformas, novas sedes e reorganização de espaços em parceria com a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura (COENG).

Em 2025, o Ministério Público de Santa Catarina, por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos (SubAdm) e da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura (COENG), investiu na expansão da estrutura física da Instituição. Enquanto a SubAdm exerceu papel estratégico na governança e na tomada de decisões relacionadas à expansão, modernização e requalificação da infraestrutura física da instituição, a COENG atuou na execução e no acompanhamento de obras, reformas, ocupações e tratativas para aquisição ou locação de imóveis, alinhadas ao crescimento das demandas ministeriais. O objetivo das iniciativas foi ampliar e modernizar a infraestrutura institucional, garantindo melhores condições de trabalho às Promotorias de Justiça e, dessa forma, aprimorar a prestação de serviços à sociedade catarinense.

Durante o período, a SubAdm coordenou, autorizou e acompanhou estrategicamente ações de expansão, reforma, locação e modernização de espaços físicos da Instituição. O intuito foi garantir eficiência no uso de recursos públicos e melhores condições de atendimento à sociedade. As iniciativas conduzidas pela COENG foram analisadas, autorizadas e acompanhadas pela SubAdm, assegurando alinhamento com o planejamento institucional e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

Entre as medidas adotadas, destaca-se a devolução do Edifício Vintage, na Capital, que era alugado desde 2013. Como consequência foi gerada uma economia anual aproximada de R\$ 1,4 milhão aos cofres públicos. A decisão foi autorizada no contexto da reorganização de espaços nos andares ático e décimo do Edifício Campos Salles, que passaram a ser ocupados por Promotorias de Justiça.

Resultados concretos

As atividades foram realizadas em conformidade com o planejamento institucional de expansão. No âmbito das sedes próprias, houve a entrega da reforma do Edifício Casa do Barão, que modernizou a edificação

de acordo com os mais altos padrões de acabamento e conforto. Após a inauguração em abril de 2025, iniciaram-se os procedimentos para definição dos layouts de ocupação, obtenção das documentações e ajustes necessários para o efetivo uso do prédio ainda no primeiro semestre de 2025.

Outro imóvel entregue no ano passado foi o novo espaço da Gerência de Arquivo e Documentação na Comarca de São José, situado no mesmo imóvel onde estão instaladas as Promotorias de Justiça da cidade. O ambiente foi preparado para o armazenamento dos arquivos e documentos da Instituição, atendendo a rigorosas especificações técnicas, com controle de temperatura e umidade para preservação adequada dos acervos.

Expansão nas comarcas

Reforçando o crescimento institucional em todo o estado, especialmente no Extremo Oeste, houve a aquisição de um terreno na Comarca de São Miguel do Oeste visando à futura construção da sede do MPSC na comarca. Também avançaram as aprovações e encaminhamentos para a nova sede institucional na Comarca de Tubarão, atualmente em fase pré-contratual para elaboração do edital de licitação, com expectativa de início dos projetos também em 2026.

Quanto ao planejamento de novas sedes, a COENG concluiu o processo de retificação da escritura do terreno do MPSC em Itajaí, permitindo a elaboração dos estudos preliminares da futura sede. A expectativa é que, ao longo de 2026, seja realizado o processo de contratação integrada, com início dos projetos executivos ainda neste ano.

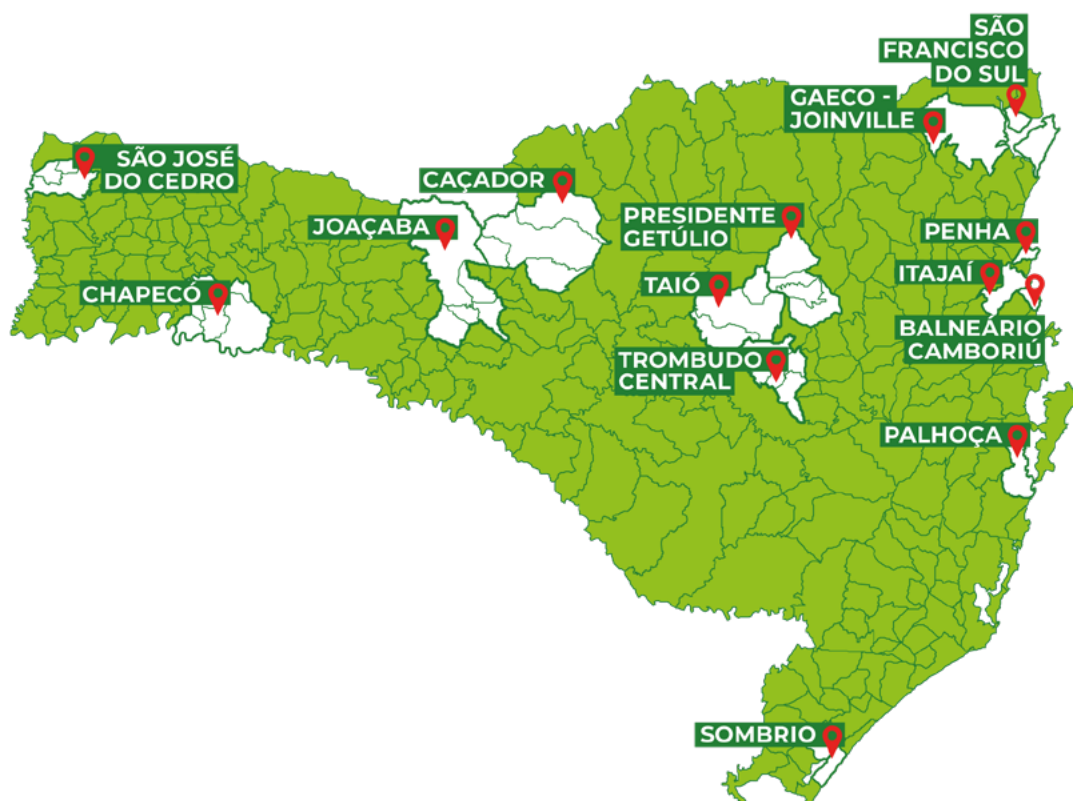
No Litoral Norte, a Instituição avançou na negociação junto ao Tribunal de Justiça para a doação de parte do terreno do atual Fórum de Itapema, onde futuramente será edificada a sede do MP catarinense na comarca. Ao longo de 2025, foi concluído o desmembramento do terreno, possibilitando agora as tratativas para se efetivar a doação.



Novas locações

No eixo das novas locações, foram executadas reformas para ocupação e tratativas para assinatura contratual de novos espaços em um total de 14 comarcas: Palhoça, Trombudo Central, Balneário Camboriú, Chapecó, Joaçaba, Presidente Getúlio, São Francisco do Sul, São José do Cedro, Taió, Sombrio, Penha, Itajaí, Caçador e sede do GAECO de Joinville. As atividades referentes à locação envolvem várias áreas da Instituição, como Gerência de Compras, Coordenadoria de Operações Administrativas, Coordenadoria de Logística, Coordenadoria de Tecnologia da Informação, Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional e Casa Militar.

Nas Comarcas de Joaçaba e Palhoça, o MPSC passou a ocupar um andar exclusivo em um prédio comercial nas proximidades dos Fóruns, trazendo uma grande melhoria nas atividades das promotorias locais. Essas ações reforçam o compromisso com a busca por ambientes mais qualificados e com a crescente demanda por espaços físicos.



Outro ponto de destaque é a ocupação de novos espaços em Fóruns recém-construídos ou reformados pelo estado. Em 2025, ocorreram as ocupações do novo Fórum de Imbituba e do Fórum de São Lourenço do Oeste, aprimorando significativamente as condições de trabalho das Promotorias de Justiça locais. Houve, ainda, tratativas com a Prefeitura de Guabiruba para a cessão não onerosa de uma sala comercial no mesmo imóvel em que foi instalada a nova Vara do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, já tendo sido inaugurada e com a Promotoria de Justiça em pleno funcionamento.

MPSC AVANÇOU EM RACIONALIZAÇÃO E MELHOR APROVEITAMENTO DOS ESPAÇOS FÍSICOS

Atuação da SubAdm e da COENG fortaleceu política de gestão de imóveis, com foco na ocupação de sedes próprias, redução de locações e uso eficiente de recursos públicos.

Em 2025, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos (SubAdm) reforçou a política de racionalização e otimização dos espaços físicos do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). O objetivo foi aprimorar a gestão dos imóveis da Instituição e promover o uso mais eficiente dos recursos públicos. Nesse contexto, a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura (COENG) avançou no programa contínuo de revitalização dos espaços já ocupados pelo MPSC nos Fóruns do estado.

Ao longo do ano, foram adotadas decisões estratégicas voltadas ao melhor aproveitamento de imóveis próprios, à redução de despesas com locações e à adequação estrutural das unidades às necessidades atuais do Ministério Público. Os focos foram a modernização estrutural, a melhoria das condições de trabalho e a qualificação do ambiente para atendimento ao cidadão. O intuito foi promover melhorias por meio de reformas estruturais e funcionais que elevem o padrão de conforto, acessibilidade, eficiência energética, isolamento acústico e segurança.

Essas ações envolveram, de acordo com a situação de cada comarca, troca de revestimentos, aperfeiçoamento da iluminação, climatização, isolamento acústico, além

de atualizações em instalações elétricas e adaptações. Dessa forma, pretende-se consolidar um padrão mais moderno e eficiente para as unidades ministeriais.

Entre as iniciativas de maior destaque está a reforma global do Fórum de Laguna, que renovou integralmente o ambiente físico utilizado pelo MPSC. Os serviços incluíam troca de portas, substituição de forros, pintura completa, melhorias na iluminação e revisão geral das instalações, entregando um novo padrão de acabamento, conforto e funcionalidade aos usuários.

No Oeste, a COENG organizou a reforma do espaço utilizado pelo MPSC no Fórum de Chapecó. Os trabalhos começaram no final de 2025 e têm previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2026. As intervenções focaram especialmente na melhoria acústica e na modernização das instalações elétricas, solucionando problemas históricos e qualificando significativamente o ambiente de trabalho.

Além dessas grandes intervenções, a COENG executou reformas pontuais e melhorias funcionais em diversos Fóruns do estado, mantendo o compromisso com a manutenção contínua dos espaços ocupados



pelo MP catarinense. Desde 2022, vem sendo conduzido um programa sistemático de vistorias técnicas, que avalia periodicamente as condições físicas dos imóveis e orienta ações de manutenção e revitalização.

Em 2025, essas melhorias alcançaram os Fóruns, espaços locados e sedes nas Comarcas de Trombudo Central, Itá, Santa Cecília, Ipumirim, Orleans, Abelardo Luz, Rio do Campo, Itapoá, Tijucas, Porto Belo, Araquari, Campos Novos, Imaruí, Rio Negrinho, Ascurra, Mondaí, São Miguel do Oeste, Camboriú, Pomerode, Guaramirim, Blumenau, Cunha Porã, Urussanga, Indaial,

Concórdia, Armazém, Lages, Itapiranga, Balneário Piçarras, Ponte Serrada, Ibirama, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Canoinhas, Papanduva e Joinville.

O grande número de locais com melhorias da estrutura reforça o cuidado com a infraestrutura e a busca constante por ambientes adequados, seguros e alinhados às necessidades institucionais. Essas iniciativas consolidam a política de preservar e qualificar os espaços já existentes, garantindo eficiência operacional, valorização do patrimônio público e melhores condições de trabalho às equipes do Ministério Público.

PROGRAMA DE
**DIFUSÃO
DO USO DE
INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL**



**COM FOCO NA INOVAÇÃO, MPSC
CRIA PROGRAMA DE DIFUSÃO DE
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

*Ao longo de 14 encontros, participantes conheceram
soluções para automatizar procedimentos e tornar
atuação mais eficiente.*

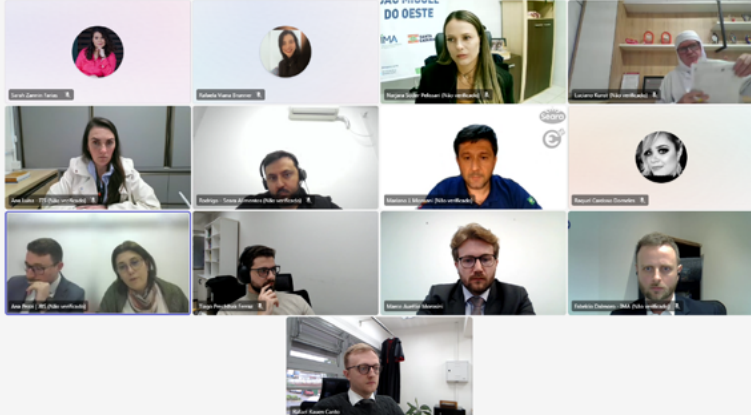
Entre julho e dezembro de 2025, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e o Núcleo de Inovação do MPSC promoveram 14 encontros on-line sobre a aplicação da inteligência artificial na otimização de atividades do Ministério Público. Com o nome “Programa de Difusão de IA”, as aulas foram disponibilizadas para todos os Ministérios Públicos brasileiros e contaram com pessoas especializadas na aplicação dessa tecnologia no âmbito jurídico. O objetivo da capacitação foi promover a adoção responsável e estratégica da inteligência artificial no MPSC, por meio de capacitação prática, disseminação de conhecimento e estímulo à inovação, ampliando a eficiência institucional e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

O programa do MPSC alcançou expressiva adesão nacional, registrando mais de 1.500 participantes na aula inaugural e mantendo público superior a 900 pessoas em diversos encontros subsequentes, abrangendo membros e servidores de diversos ramos do Ministério Público e de outras instituições do sistema de Justiça. As capacitações abordaram desde fundamentos de IA generativa e engenharia de prompts até o uso de ferramentas como Copilot, ChatGPT, Gemini e NotebookLM. O conteúdo foi distribuído em módulos focados em aplicações na prática jurídica, fluxos de trabalho, automação de tarefas repetitivas e uso estratégico no Tribunal do Júri.

A iniciativa teve por objetivo impulsionar o uso da IA no cotidiano institucional para que resulte em ganhos de produtividade em triagens preliminares, organização de informações processuais e sínteses de autos volumosos. Busca-se, com isso, a redução de tempo em atividades operacionais, favorecendo o foco em análises estratégicas e na atuação qualificada dos integrantes da Instituição. Todas as ações foram conduzidas em estrito alinhamento à Política de Inteligência Artificial do MPSC, assegurando princípios como supervisão humana, uso ético, transparência e mitigação de riscos.

Foram parceiros do programa Ministérios Públicos de outros estados e instituições do sistema de Justiça, por meio da participação de membros como palestrantes e da cooperação nacional entre os respectivos Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. O Ministério Público Federal, Defensorias Públicas estaduais e o Conselho Nacional do Ministério Público colaboraram no compartilhamento de conhecimento e boas práticas.





NUPIA APOIA PROMOTORIAS DE JUSTIÇA EM NEGOCIAÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE

Em 2025, Núcleo de Incentivo Permanente à Autocomposição participou da celebração de acordos que viabilizaram a movimentação de R\$ 5,2 milhões em ativos e obrigações.

O Núcleo de Incentivo Permanente à Autocomposição (NUPIA) do Ministério Público de Santa Catarina tem por finalidade promover, estruturar e aperfeiçoar o uso de ferramentas autocompositivas como negociação, mediação, conciliação, convenções processuais e práticas restaurativas no âmbito da Instituição. Dessa forma, o núcleo busca potencializar a resolutividade do MPSC por meio do suporte estratégico às Promotorias de Justiça. O objetivo é assegurar soluções céleres, eficazes e menos onerosas, reduzindo a judicialização e entregando benefícios sociais diretos por meio de acordos sustentáveis.

Em 2025, o NUIA consolidou sua atuação como catalisador de soluções consensuais, prestando suporte estratégico às Promotorias de Justiça em negociações de alta complexidade. O balanço do período reflete a eficiência da via autocompositiva: a celebração de seis acordos (quatro integrais e dois parciais) viabilizou a movimentação de R\$ 5,2 milhões em ativos e obrigações, demonstrando a resolutividade do Ministério Público na tutela de interesses difusos e coletivos. Para além do aspecto financeiro, a atuação do NUIA priorizou a entrega de direitos fundamentais e a pacificação social.

São parceiros do núcleo a Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina, a Secretaria de Estado da Educação, o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, o Ministério Público Federal e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Confira a seguir as principais áreas em que o NUIA atuou no ano passado.

Saneamento básico

Em outubro de 2025, a Promotoria de Justiça de Imaruí, com apoio do NUIA, articulou a assinatura de um contrato emergencial entre a Prefeitura e a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN).

O documento busca garantir o acesso a água potável na cidade. A partir da assinatura, a CASAN assumiu a gestão do sistema de abastecimento local, que antes era responsabilidade do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMA).

O problema de falta de abastecimento afetava há décadas os mais de 11 mil habitantes da cidade. Conforme apurado pelo MPSC, praticamente não havia tratamento da água captada em rios locais e distribuída diretamente à população, uma situação que comprometia direitos básicos à saúde. Um relatório do Instituto Água e Saneamento apontou que apenas 26,93% dos moradores de Imaruí contavam com serviço público de abastecimento, percentual muito abaixo da média estadual, de 90%.

Educação

Também no mês de outubro, o NUIA, junto da 9ª Promotoria de Justiça, participou da assinatura de um ato com a Prefeitura de Palhoça. Tratava-se de um termo de acordo envolvendo uma negociação em andamento desde 2022 sobre a disponibilização de vagas no ensino infantil local. O Município se comprometeu a executar uma série de ações em prol da educação. Entre as principais obrigações estão a construção de cinco novos Centros de Educação Infantil e a abertura de, no mínimo, 830 novas vagas, com metas estruturadas até 2033, além da realização de diagnósticos periódicos com base na plataforma Educar Web e da busca ativa por crianças em idade de creche e pré-escola.

No âmbito da educação, o NUIA também atuou na cooperação interinstitucional na parceria com a Câmara Administrativa de Gestão e Solução de Conflitos da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina. Foi alcançado êxito na repactuação de cronogramas de obras escolares. A articulação permitiu retomar o fluxo de investimentos

em infraestrutura escolar, com entregas previstas para 2026, evitando a paralisia de serviços públicos essenciais.

Conflitos fundiários

Em outra frente de alta sensibilidade, a interlocução estratégica do NUPIA viabilizou a resolução de um conflito fundiário complexo envolvendo comunidades indígenas

e áreas públicas. Com uma articulação que uniu diferentes esferas governamentais e órgãos de proteção, o núcleo facilitou a construção de consenso para a desocupação voluntária da área, preservando direitos fundamentais sem a necessidade de intervenções coercitivas. Esses resultados reafirmam a autocomposição como instrumento de pacificação social e resolutividade, permitindo que o Ministério Público de Santa Catarina entregue respostas rápidas e estruturantes aos anseios da sociedade catarinense.



PROJETO ESCOLA RESTAURATIVA PROMOVE VIVÊNCIAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NO AMBIENTE ESCOLAR

Iniciativa visa promover a prevenção, resolução e transformação de conflitos e situações de violência nas comunidades escolares de Santa Catarina por meio da metodologia dos círculos de construção de paz.

Coordenado pelo Núcleo de Incentivo Permanente à Autocomposição (NUPIA), o projeto Escola Restaurativa visa promover a prevenção, resolução e transformação de conflitos e situações de violência nas comunidades escolares de Santa Catarina, por meio da sensibilização em práticas da Justiça Restaurativa, utilizando a metodologia dos círculos de construção de paz.

Em 2025, o projeto consolidou a expansão da Justiça Restaurativa e da metodologia de círculos de construção de paz no contexto educacional catarinense. A etapa de sensibilização contemplou oito comarcas, abrangendo 11 municípios e 14 unidades escolares. Essa intervenção direta impactou positivamente 1.016 crianças e envolveu 412 profissionais da rede de educação, ampliando significativamente o engajamento de estudantes, professores e equipes gestoras que passaram a incorporar a cultura de paz no cotidiano escolar.

Paralelamente, o projeto investiu na sustentabilidade da metodologia por meio da formação de multiplicadores. Na fase de

capacitação, foram formados 78 facilitadores de círculos de construção de paz para situações menos complexas. Essa iniciativa assegura que as comunidades escolares desenvolvam autonomia para replicar práticas restaurativas, prevenindo o agravamento de litígios e combatendo a violência escolar de forma estruturante.

Como marco da sustentabilidade do projeto, destacam-se os avanços normativos alcançados no âmbito municipal. Em Camboriú, a Lei Ordinária n. 3.698/2025 instituiu o Programa de Práticas Restaurativas e de Construção de Paz nas Unidades de Ensino Municipais. Já em Navegantes, a Lei Complementar n. 458/2024 dispõe sobre a implementação do Programa Municipal de Práticas de Construção de Paz nas unidades escolares da rede pública municipal. Ambas as normativas evidenciam a consolidação e a institucionalização das práticas restaurativas no contexto educacional.

O Grupo Gestor de Justiça Restaurativa do Estado de Santa Catarina, instituído pelo Convênio n. 117/2024, é parceiro do projeto.



COM FOCO NA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, GRUPO DE APOIO E REFLEXÃO IMPACTA 117 PESSOAS EM 2025

Projeto visa estimular a corresponsabilidade parental e reduzir a judicialização excessiva em conflitos familiares.

O Grupo de Apoio e Reflexão (GAR) é o primeiro programa de autocomposição instituído pelo Ministério Público de Santa Catarina. Coordenado pelo Núcleo de Incentivo Permanente à Autocomposição (NUPIA), o GAR objetiva a resolução de conflitos familiares, com recorte naqueles relacionados a processos de separação ou divórcio, como questões de guarda, pensão alimentícia e regulamentação de visitas.

Em 2025, o grupo contou com a participação de 135 pessoas, das quais 117 concluíram as atividades, representando uma taxa de conclusão de aproximadamente 86,67%. Os encontros começaram em fevereiro do ano passado e atenderam às demandas de nove Promotorias de Justiça.

Órgão solicitante	Participantes
3ª Promotoria de Justiça de Laguna	9
3ª Promotoria de Justiça de São José	5
6ª Promotoria de Justiça de Palhoça	59
8ª Promotoria de Justiça da Capital	14
9ª Promotoria de Justiça da Capital	3
13ª Promotoria de Justiça da Capital	25
21ª Promotoria de Justiça da Capital	4
38ª Promotoria de Justiça da Capital	18
Promotoria de Justiça de Santa Rosa do Sul	9



CURSO DE INGRESSO DE PROMOTORES DE JUSTIÇA É REFORMULADO COM FOCO EM ATUAÇÃO FINALÍSTICA

Iniciativa capacita os novos membros do Ministério Público de Santa Catarina para o exercício funcional por meio de formação prática e integrada, alinhada às demandas institucionais.



Em 2025, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público de Santa Catarina promoveu o Curso de Ingresso da Turma II do 44º Concurso. As atividades ocorreram de 9 de junho a 4 de julho, com carga horária total de 160 horas-aula e participação de 10 novos Promotores de Justiça. O curso contou com a colaboração de 56 docentes, a maioria membros do próprio MPSC, reforçando a integração institucional e a valorização da experiência prática.

Houve uma significativa reformulação pedagógica, priorizando conteúdos práticos e diretamente ligados à atuação funcional. A elaboração de um manual impresso permitiu reduzir o tempo destinado à apresentação administrativa de 38% para 15%, ampliando o espaço para atividades aplicadas. Como resultado, a carga horária dedicada a práticas profissionais passou de 6% para 19%.

Destacam-se as simulações processuais, a participação em audiências reais e sessões do Tribunal do Júri, bem como a incorporação do Encontro Estadual do Júri à programação, elevando a carga horária temática de 5% para 15%. Também foram realizados cursos de tiro defensivo, direção defensiva e autoproteção, além de ações externas voltadas à acessibilidade urbana, comunicação com a imprensa e fiscalização sanitária, reforçando a formação multidisciplinar.

Os resultados alcançados demonstram o fortalecimento de uma formação mais dinâmica, prática e alinhada às demandas contemporâneas da atuação ministerial, consolidando avanços relevantes na qualificação dos novos membros do Ministério Público catarinense.



CEAF PROMOVE 60 CAPACITAÇÕES VOLTADAS AO APRIMORAMENTO DA ATIVIDADE FINALÍSTICA

No total 1.324 membros do Ministério Público catarinense participaram das atividades.

Em 2025, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) ofereceu capacitações voltadas à atuação finalística dos membros do Ministério Público de Santa Catarina. As atividades propostas estavam em consonância com as prioridades institucionais, os desafios contemporâneos da atividade ministerial e as diretrizes nacionais do Ministério Público. Ao longo do ano, houve 60 cursos internos relacionados à área finalística, totalizando 1.324 participações de membros do MPSC.

Entre as iniciativas de maior destaque se sobressaiu o curso “Política de inteligência artificial no Ministério Público: capacitação em engenharia de prompts”, realizado na modalidade on-line, com aproximadamente seis meses de duração. A capacitação proporcionou aprofundamento teórico e prático na utilização de ferramentas de inteligência artificial aplicadas à área-fim, fomentando reflexões estratégicas sobre inovação, eficiência e responsabilidade no uso dessas tecnologias. O curso registrou 129 membros concluintes do MPSC e mais de

1.200 participações síncronas em um único encontro, contando com a participação de membros e equipes de Ministérios Públicos de diversas unidades da Federação.

Destacou-se, ainda, o 1º Encontro das Promotorias e Procuradorias de Justiça com atribuição na Violência contra as Mulheres, realizado conjuntamente com o 4º Ciclo de Diálogos sobre a Lei Maria da Penha, em formato híbrido. A iniciativa promoveu o intercâmbio de experiências, o alinhamento de estratégias e o fortalecimento da atuação ministerial na temática, contribuindo de forma relevante para a obtenção do Selo Ouro do Conselho Nacional do Ministério Público no Combate ao Feminicídio.

Por fim, ocorreu o lançamento, no final de 2025, do curso à distância “IPED na prática: desafios e soluções na análise de dispositivos telemáticos”. A iniciativa visou ao aprimoramento da atuação investigativa, com foco em situações concretas enfrentadas na atividade-fim, e foi produzida integralmente pelo MPSC.

MPSC DESENVOLVE PLANO DE OCUPAÇÃO DA CASA BOCAIUVA E DA CASA DO BARÃO

Intuito é criar nos espaços um centro cultural, bem como difundir e preservar a memória institucional e o patrimônio histórico-cultural catarinense.

Com base em pesquisas do Setor do Memorial, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do MPSC propôs a ocupação da Casa Bocaiuva e da Casa do Barão. O intuito é transformar os imóveis, que já foram previamente tombados de valor histórico, em um centro cultural aberto à população.

A proposta prevê a abertura dos espaços com exposições e atividades voltadas à preservação da memória das edificações, de seus moradores e do MPSC, além de contar com a abertura de uma cafeteria e áreas de convivência acessíveis. A partir da aprovação do plano de ocupação, foi instituído um grupo de trabalho para planejar e acompanhar a criação do centro cultural. A iniciativa reafirma o compromisso do MPSC com a valorização da história, reforçando seu papel na defesa do patrimônio histórico-cultural e estreitando os laços com a sociedade.



APÓS MODERNIZAÇÃO, BIBLIOTECA RUY OLYMPIO DE OLIVEIRA É REINAUGURADA EM 2025

A Biblioteca foi transferida para o edifício Casa do Barão. Espaço passou a contar com layout reformulado, salas de estudo, mobiliário ergonômico e tecnologia para automação de empréstimos e devoluções. Entre setembro e dezembro, foram registrados 8.132 acessos presenciais.



Com um acervo de mais de 30 mil títulos, alta tecnologia, salas acessíveis, espaço para estudo em grupo e individual, a Biblioteca Ruy Olympio de Oliveira foi reinaugurada em novembro de 2025. Localizada no segundo andar do Edifício Paço da Bocaiuva, anexo à Casa do Barão, o espaço é aberto a toda a comunidade. Fundada em março de 1971, a Biblioteca completou 54 anos no ano passado.

Três meses antes da reinauguração, a Biblioteca foi transferida para o novo endereço e passou a contar com o espaço físico de 422 metros quadrados. A partir de então, a Biblioteca passou por várias melhorias, como reformulação do layout, criação de salas de estudo, aquisição de mobiliário ergonômico e implantação de tecnologia para automação de empréstimos e devoluções. Entre setembro e dezembro, foram registrados 8.132 acessos presenciais. O número evidencia o aumento no padrão de uso e maior permanência dos usuários.

Entre as obras disponíveis estão livros e periódicos especializados em Direito, nas principais áreas de atuação do MPSC: constitucional, criminal, cível, meio ambiente, infância e juventude, idoso, família, consu-

midor, moralidade administrativa, terceiro setor, entre outras. Os exemplares estão disponíveis para pesquisa aos membros, servidores e colaboradores da Instituição, bem como ao público externo.

No ano passado, duas novas normativas que impactaram o funcionamento da biblioteca foram publicadas. O Ato n. 286/2025/PGJ regulamentou a aquisição de obras e reclassificação do acervo como bens de consumo e o Ato n. 718/2025/PGJ definiu critérios para o descarte de materiais.



PROJETO “EXPRESSÕES NA BIBLIOTECA”

Intuito é criar nos espaços um centro cultural, bem como difundir e preservar a memória institucional e o patrimônio histórico-cultural catarinense.



A Biblioteca Ruy Olympio de Oliveira também investiu na construção de um espaço multifuncional de aprendizagem, acolhedor e de convivência, integrando cultura, arte e conhecimento. Em 2025, foi dada largada ao projeto “Expressões na Biblioteca”, que promove exposições artísticas mensais gratuitas, abertas aos públicos interno e externo, durante o horário de funcionamento (das 8h às 19h).

A primeira exposição, intitulada “Tra-

mas e formas”, abrigou peças e esculturas que traduzem em diferentes linguagens a riqueza estética e identitária da Ilha de Santa Catarina. As obras foram elaboradas pelos artistas India Brazil e Kiko Cervi. Ela apresentou peças que unem a delicadeza da renda de bilro à rusticidade do barro, resultando em cerâmicas de beleza singular, e ele expôs trabalhos que evidenciam a habilidade em transformar materiais brutos, como pedra e madeira, em esculturas que mesclam técnica e emoção.

MPSC INSTITUCIONALIZA PROGRAMA EDUCANDO CIDADÃOS E REFORÇA COMPROMISSO COM A ÉTICA DESDE A INFÂNCIA

A institucionalização e a adesão ao programa pelo MPSC ampliam o alcance junto à sociedade em prol da educação para a ética e a responsabilidade com o controle social, preparando cidadãos e plantando sementes desde a infância.



Com o propósito de fomentar o enfrentamento a todas as formas de corrupção, preparando cidadãos desde a infância para entender a importância da ética, da responsabilidade e dos mecanismos de proteção do bem público, o Ministério Público de Santa Catarina oficializou o programa Educando Cidadãos. Ao aderir à iniciativa, o MPSC se tornou o 58º integrante do programa no estado.

Os atos de institucionalização e adesão foram assinados em uma solenidade na sede do MPSC, em Florianópolis, pela Procuradora-Geral de Justiça, Vanessa Wendhausen Cavallazzi. A cerimônia, realizada em

maio de 2025, também celebrou o aniversário de um ano do Educando Cidadãos e da sua ampliação no estado.

Além do MPSC, oficializaram a adesão ao programa a Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e a Prefeitura Municipal de Tubarão. Agora já são 60 apoiadores essenciais engajados, entre órgãos e entidades parceiras em Santa Catarina. O evento contou com a presença de representantes das instituições integrantes, membros e servidores do MPSC, além de autoridades.

Atualmente, o Educando Cidadãos conta com 73 parceiros

Como funciona o programa

A proposta é disseminar o projeto pedagógico do programa a fim de estruturar uma rede estadual de cultura cívica e de controle social. Para isso, será realizada a capacitação de educadores voluntários e cidadãos sobre o papel da educação como instrumento de transformação social, promovendo a reflexão sobre as condutas e comportamentos sociais, a consciência ecológica e de sustentabilidade ambiental e atuando em conjunto com a comunidade para construir os valores desejados.

O programa também formula ações que podem ser adotadas pelas Promotorias de Justiça do estado, replicando as boas ações que vierem a ser desenvolvidas pelas Promotorias e adaptando-as às peculiaridades de cada região.

Início do programa

Evolução da campanha "O que você tem a ver com a corrupção?", o programa Educando Cidadãos foi criado pelo Promotor de Justiça Affonso Ghizzo Neto visando enfrentar a cultura do "jeitinho" e a falta de informação sobre mecanismos de controle social, preparando cidadãos desde a infância para entender a importância da ética e da proteção dos bens públicos.

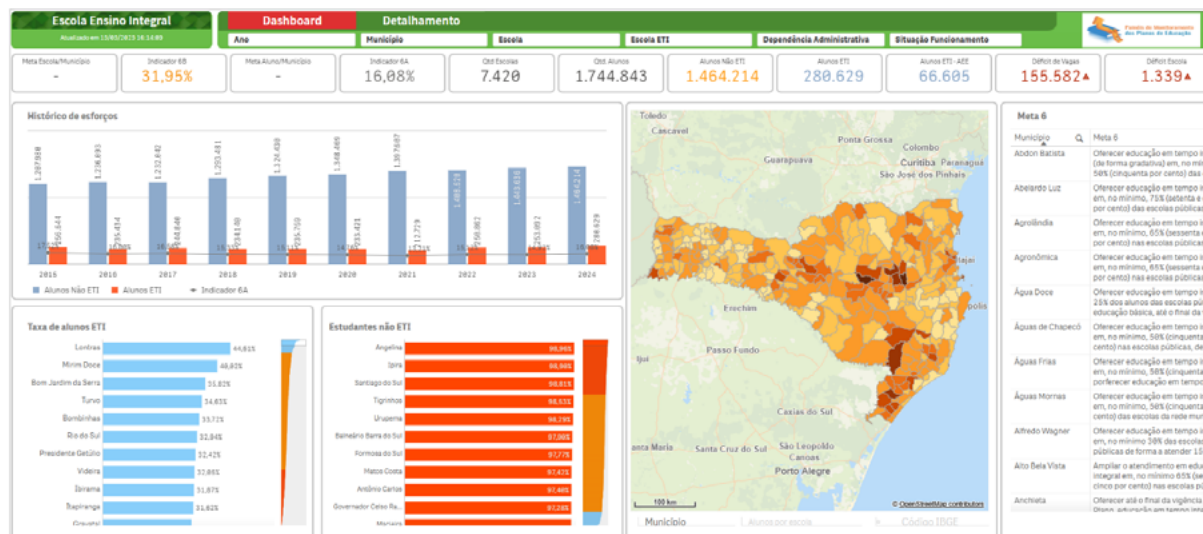
Reconhecimento

Em maio de 2025, na comemoração de um ano do programa Educando Cidadãos, houve o lançamento do selo de reconhecimento que é compartilhado com parceiros e voluntários. Em março de 2026, pessoas físicas e entidades receberam o selo "Amigo do Programa Educando Cidadãos": a ALESC, o Colégio Dehon, a Fundação InoversaSul, o estudante Pedro Antonio Idalino Espindola, a UNIVALI e representantes da coordenação externa do programa Educando Cidadãos.



MPSC DESENVOLVE PAINEL DE MONITORAMENTO PARA AVALIAR ATIVIDADES RELACIONADAS AO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Os resultados obtidos no período reforçam a importância da ampliação da educação integral como instrumento estratégico para a melhoria da qualidade da educação básica, para o desenvolvimento social e para o aperfeiçoamento do controle e da fiscalização das políticas públicas educacionais.



A meta 6 do Plano Municipal de Educação (PME) amplia a educação integral, qualificando a aprendizagem e reduzindo desigualdades sociais. Para a sociedade, fortalece a formação cidadã e a proteção de crianças e adolescentes. Para o Ministério Público de Santa Catarina, a disponibilização de painéis de monitoramento sobre a meta subsidia a fiscalização e a efetivação do direito à educação.

O painel de monitoramento para avaliar atividades relacionadas ao Plano Municipal de Educação foi desenvolvido pela Coordenadoria de Tecnologia de Informação (COTEC). Em 2025, as ações relacionadas à meta 6 do PME concentraram-se no acompanhamento e no fortalecimento da política de educação integral em tempo integral, com ênfase na articulação institucional, no monitoramento das iniciativas municipais e na observância das diretrizes do Plano Nacional de Educação. Nesse cenário, houve avanço na integração entre os atores responsáveis pela política educacional, bem como no estímulo à ampliação de práticas

voltadas à jornada escolar ampliada e à formação integral dos estudantes.

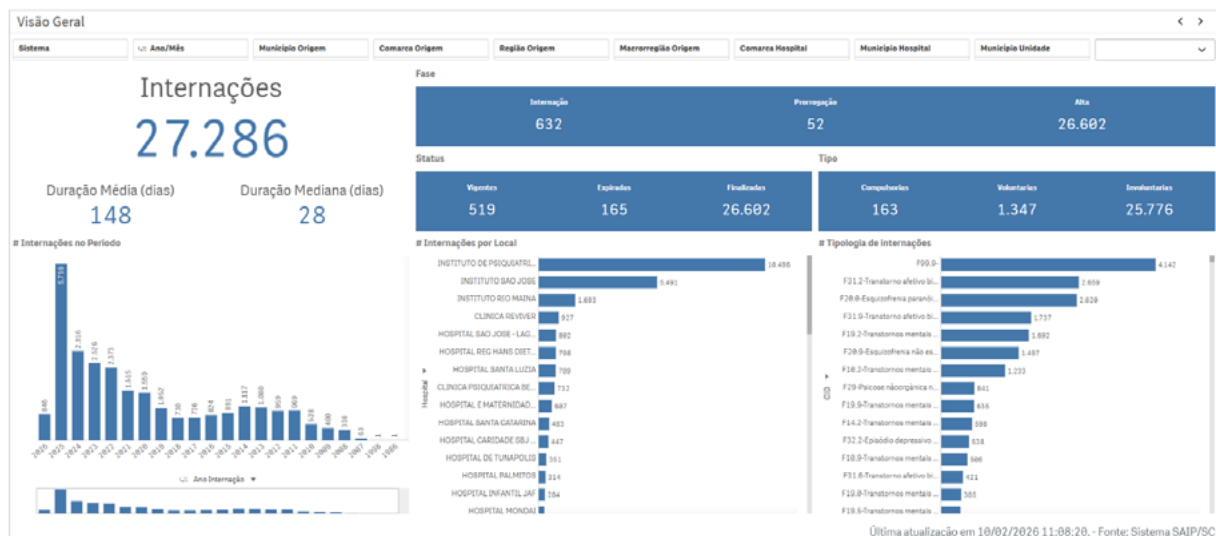
A existência do painel contribuiu para qualificar o debate técnico sobre a educação integral, reforçando a centralidade do direito à educação e a necessidade de políticas públicas estruturantes para a redução das desigualdades educacionais e sociais. No âmbito institucional, os resultados de 2025 fortaleceram a atuação preventiva e indutora do MPSC, ao subsidiar o acompanhamento das metas do PME, promover maior alinhamento entre planejamento e execução das ações educacionais e apoiar a proteção integral de crianças e adolescentes.

De modo geral, os resultados obtidos no período reforçam a importância da meta 6 como instrumento estratégico para a melhoria da qualidade da educação básica, para o desenvolvimento social e para o aperfeiçoamento do controle e da fiscalização das políticas públicas educacionais. O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina é parceiro da iniciativa.



MPSC CRIA SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS

Iniciativa viabiliza o acompanhamento e a fiscalização das internações psiquiátricas em Santa Catarina e contribui para assegurar a proteção dos direitos das pessoas internadas.



A Coordenadoria de Tecnologia de Informação (COTEC) do Ministério Público de Santa Catarina foi responsável por desenvolver o Sistema de Acompanhamento de Internações Psiquiátricas (SAIP-SC). A plataforma permite o acompanhamento e a fiscalização das internações psiquiátricas do estado. Dessa forma, a coordenadoria colabora com a proteção dos direitos das pessoas internadas. No âmbito institucional, a iniciativa qualifica a atuação e fomenta o controle da política pública de saúde mental.

Em 2025, o SAIP-SC avançou como ferramenta institucional de apoio à fiscalização das internações psiquiátricas comunicadas ao Ministério Público. O sistema atual permite o registro e o acompanhamento das internações voluntárias, involuntárias e compulsórias, ampliando a capacidade de análise e controle por parte das Promotorias de Justiça.

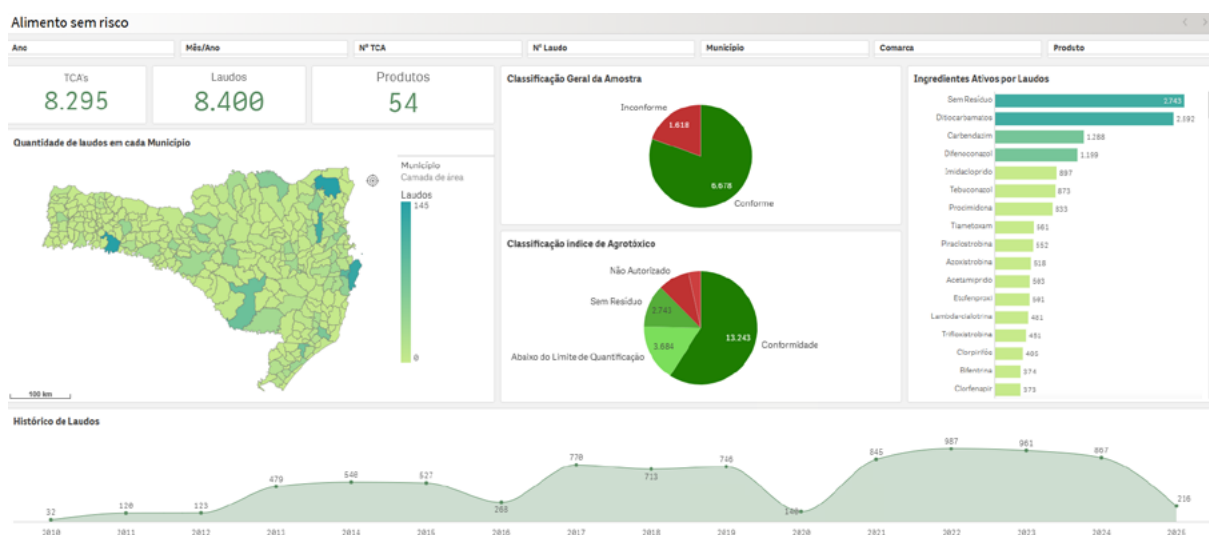
No ano passado, foram realizadas ações de capacitação e disseminação do

uso do sistema, promovidas pelo Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública, com o objetivo de qualificar membros e servidores para a correta utilização da ferramenta e para o acompanhamento das informações registradas. O SAIP-SC passou a concentrar dados relevantes para a fiscalização das internações, contribuindo para maior transparência, rastreabilidade e padronização das comunicações feitas pelos estabelecimentos de saúde.

Os resultados de 2025 reforçaram o papel do SAIP-SC como instrumento estratégico do MPSC para o acompanhamento da política pública de saúde mental, permitindo uma atuação mais preventiva e qualificada na proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais, bem como no controle da legalidade das internações psiquiátricas, em consonância com a legislação vigente e com as diretrizes institucionais do MPSC. A Secretaria de Estado da Saúde é parceira da iniciativa.

PAINÉIS DE ACOMPANHAMENTO VIABILIZAM MONITORAMENTO DO PROGRAMA ALIMENTO SEM RISCO

Iniciativa da COTEC permite o acompanhamento de índices relacionados aos resíduos de agrotóxicos. Intuito é colaborar na proteção do consumidor, garantindo segurança e transparência no tratamento de dados.



No ano passado, a Coordenadoria de Tecnologia de Informação (COTEC) do Ministério Público de Santa Catarina aprimorou os painéis de monitoramento utilizados pelo Programa Alimento sem Risco. No período, houve a qualificação da análise de dados, que contribuiu para a ampliação da transparência de informações fornecidas para as Promotorias de Justiça.

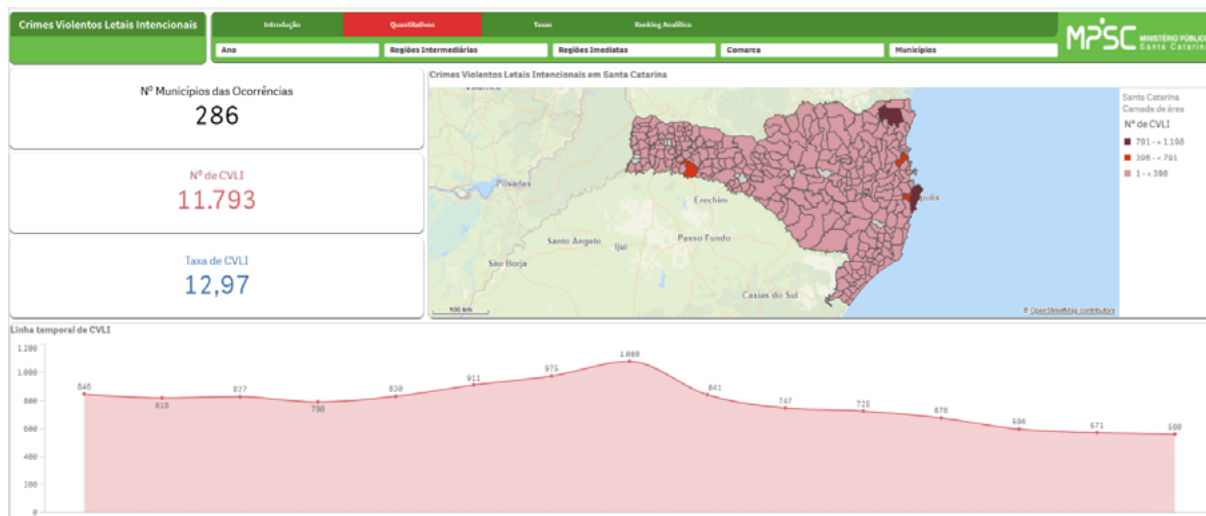
De forma mais específica, ocorreram a modernização do painel analítico, a integração de dados institucionais e de órgãos parceiros e a melhoria na gestão das informações sobre fiscalização de resíduos de

agrotóxicos em alimentos vegetais. As ações ampliaram a capacidade do MPSC de acompanhar resultados laboratoriais, identificar padrões e subsidiar medidas preventivas e corretivas.

O aprimoramento das ferramentas de visualização e da documentação técnica fortaleceu o uso do sistema e a articulação com instituições parceiras. Os avanços reforçaram o caráter estratégico do programa na proteção da saúde pública e no suporte técnico à atuação do MPSC. A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina é parceira da iniciativa.

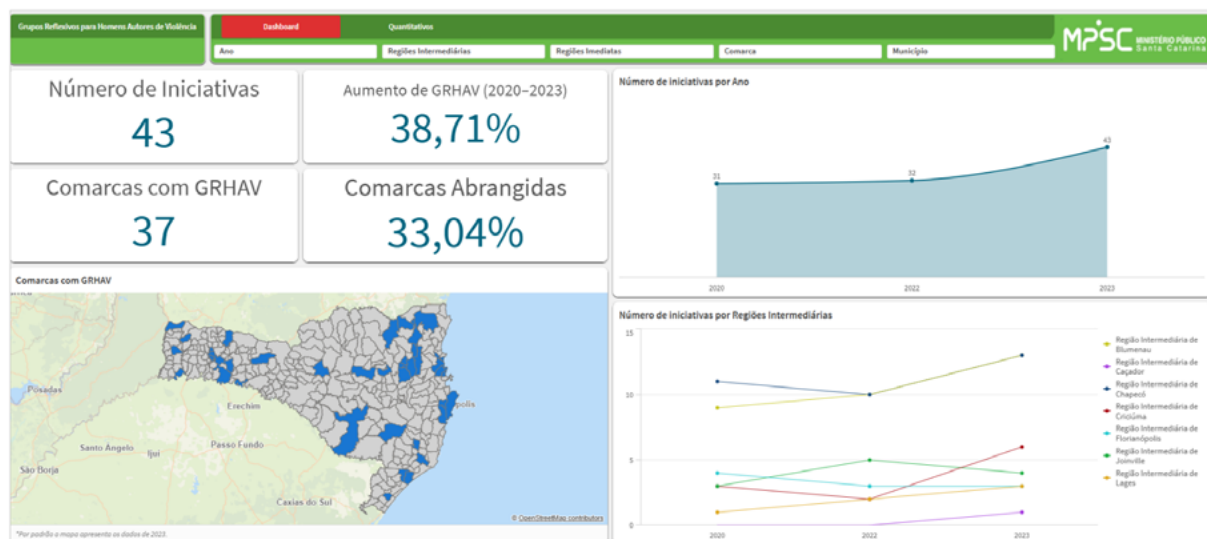
MPSC CRIA PAINÉIS DE ACOMPANHAMENTO PARA CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS

Ação foi desenvolvida pela Coordenadoria de Tecnologia de Informação.



MPSC CRIA PAINÉIS DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DOS GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

Grupos têm o intuito de promover a responsabilização e a reflexão de autores de violência doméstica, prevenindo a reincidência.



A Coordenadoria de Tecnologia de Informação (COTEC) contribuiu com as atividades desenvolvidas pelos Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência por meio da criação de painéis de monitoramento. Dessa forma, a coordenadoria cola-

borou com a redução da violência contra a mulher e fortaleceu a atuação preventiva e integrada do Ministério Público de Santa Catarina. Os painéis articulam dados e contribuem com a indução de políticas públicas.



COMSO REORIENTA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E FORTALECE PRESENÇA INSTITUCIONAL EM 2025

Foram publicadas ao longo do ano 1.780 notícias no site da Instituição, que resultaram em uma média mensal de 2.440 menções na imprensa catarinense, em rádios, programas de televisão e sites. Caso o MPSC tivesse de patrocinar a divulgação de conteúdo nas empresas de comunicação, seria necessário investir mais de R\$ 26 milhões por mês, em média, para conquistar o mesmo alcance.

Em 2025, a Coordenadora de Comunicação Social (COMSO) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) avançou em sua estratégia de comunicação institucional com foco em modernização, integração de linguagens e aproximação com a sociedade. Houve uma reorientação discursiva nas postagens, valorizando a complementaridade entre vídeos, textos e legendas, o que ampliou a clareza e o alcance das mensagens. A atuação passou também a incorporar uma abordagem mais pedagógica e orientada a resultados.

Foi possível perceber também, um crescimento expressivo na produção textual, audiovisual, fotográfica e de design, tudo alinhado à missão institucional de divulgação estratégica das ações do MPSC e à postura transparente em relação aos trabalhos desenvolvidos pela Instituição. Além disso, a Coordenadoria busca fortalecer a independência institucional e ampliar a informação à sociedade sobre seus direitos.

Confira abaixo os resultados de 2025 da COMSO.

Jornalismo

Com foco na produção textual, a equipe da Gerência de Jornalismo e Assessoria de Imprensa (GEJOR) apurou e escreveu 1.780 notícias que foram publicadas no site da Instituição. Segundo informações de cli-pagem, o MPSC foi citado em média 2.440 vezes por mês em veículos de comunicação impressos, na rádio, televisão e sites jornalísticos. Caso a Instituição tivesse de patrocinar a divulgação de conteúdo nas empresas de comunicação, seria necessário investir R\$ 26.612.402,83, em média, por mês para conquistar o mesmo alcance. Entre as notícias que mais se destacaram no período estão aquelas relacionadas a operações do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO).

A GEJOR também é responsável pelo relacionamento com a imprensa. No pe-

ríodo, os assessores em comunicação do MPSC realizaram uma média de 150 atendimentos de imprensa por mês, referentes à apuração de informações e ao agendamento de entrevistas.

A condução do programa Prioriza foi acompanhada de perto pela GEJOR. A iniciativa mapeou as adversidades específicas de 11 macrorregiões catarinenses e definiu as prioridades que servirão de base para a atuação da Instituição. O mapeamento ocorreu em reuniões realizadas em cada uma das regiões. Na COMSO, essa atividade resultou na produção de 44 matérias e 14 vídeos, publicados tanto no portal interno quanto no externo. Além disso, a GEJOR organizou uma coletiva de imprensa que divulgou os resultados do programa.

Alinhada com a missão da COMSO de promover a comunicação interna, a GEJOR também produziu 1.055 notícias para a intranet, o portal voltado a membros e servidores da Instituição. Como exemplo, há posses de membros e servidores, o evento do Outubro Rosa e diversas palestras e capacitações. A coordenadoria também desenvolveu, em parceria com a Gerência de Atenção à Saúde (GESAU), a campanha “Saúde mental é saúde integral”, com foco na conscientização acerca da importância do autocuidado em saúde entre os integrantes do MPSC.

Ao longo do ano passado, a equipe de jornalistas também fez a cobertura de diversos eventos, como o Encontro Catarinense de Justiça Restaurativa, o Prêmio José Daura, o Natal Solidário, a reinauguração da Biblioteca Ruy Olympio de Oliveira, além de diversas edições do “Por dentro do MPSC”.

Redes sociais

O maior desafio da Gerência de Publicidade, Produção e Veiculação de Mídia (GE-PROM) é adaptar diariamente o conteúdo de notícias para o formato das redes sociais. A equipe também investe na produção de



materiais próprios. Em 2025, foram produzidas 1.616 publicações no Instagram, sendo 619 reels (vídeos), e 3.449 stories. Com esse conteúdo, a COMSO chegou à marca de 13,9 milhões de visualizações.

Em dezembro de 2025, o MPSC esteve muito perto de conquistar a segunda posição de Ministério Público estadual com maior número de seguidores do Brasil. Na ocasião, o MPSC acumulava 109 mil seguidores e ocupava a terceira posição, atrás apenas do Ceará (MPCE), que tinha 147 mil seguidores, e de Minas Gerais (MPMG), com 110 mil. Ainda no cenário nacional, o MP catarinense era, na época, o quinto Ministério Público estadual no ranking do Social Media Gov de envolvimento no Instagram.

Também foram registrados resultados expressivos na campanha que reforçou a importância do combate à violência de gênero. A COMSO acumulou 69 publicações no Instagram e no Facebook, além de 15 postagens no TikTok. Ainda no cenário de conscientização sobre o tema, houve mais de 62 mil visualizações na postagem sobre os 19 anos da Lei Maria da Penha, mais de 40 mil na publicação que abordava sinais de relacionamentos abusivos e mais de 35 mil no conteúdo sobre medidas protetivas de urgência.

A GEPROM ainda promoveu campanhas sobre diversos temas, como a adoção de animais, elaborada em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e da Economia Verde estadual, que contou com sete vídeos e obteve mais de 50 mil visualizações no Instagram. Houve também a campanha “Acolher em família faz a diferença”, que buscou combater a desinformação e incentivar a adesão ao serviço de acolhimento familiar. No total foram três vídeos publicados no YouTube (que tiveram 932 visualizações), três postagens nas redes sociais e dois posts estáticos que somaram mais de 39 mil visualizações nas redes.

Além disso, foram produzidos três vídeos para a campanha “Adoção: um gesto de amor muda tudo”, com o intuito de

promover a conscientização sobre o tema. O material foi publicado nas redes sociais da Instituição e no YouTube, onde o conteúdo teve 878 visualizações. Por fim, fomos responsáveis pela campanha “Nossa torcida é pela paz”, que teve quatro vídeos no YouTube – com 370 visualizações – e dez postagens nas redes sociais. Juntos, os conteúdos tiveram mais de 85 mil visualizações. A campanha foi criada, planejada e executada totalmente pela equipe da COMSO e contou com o apoio da Federação Catarinense de Futebol e de todos os clubes que participaram da Copa Santa Catarina. Criciúma, Joinville, Avaí, Figueirense, Chapecoense, Marcílio Dias, Brusque e Barra Cederam imagens para os vídeos. Torcedores gravaram depoimentos de forma voluntária. O narrador esportivo Sérgio Murilo e o apresentador Silvio Lodi (que fez a locução da campanha) também contribuíram de forma voluntária. No dia do lançamento, todos os times fizeram uma publicação nas redes sociais sobre a campanha.

Audiovisual

A COMSO também se dedicou à elaboração de matérias especiais em vídeo, em diferentes regiões catarinenses. Na região Sul, foi produzido material sobre a mudança provocada pelo MPSC em relação à garantia de banheiros com acessibilidade para pessoas ostomizadas em Criciúma. Já no Litoral, foi abordada a criação do Centro de Bem-Estar Animal em Porto Belo, também realizado por meio do trabalho desenvolvido pelo MP catarinense. Em Videira, no Meio-Oeste, a GEPROM criou conteúdo sobre a união do MPSC, empresas, moradores e outros órgãos que buscou despoluir o Rio das Pedras. Juntas, as três produções alcançaram 252 visualizações.

No Youtube, a COMSO publicou 96 vídeos, realizou 157 transmissões ao vivo e produziu 15 shorts. Dessa forma, a Coordenadoria atingiu a marca de 247 mil visualizações, mais de 14 mil horas de exibição e teve a



inscrição de mais 2.240 pessoas no canal do MPSC ao longo do ano.

Outro produto foi o podcast “Momento MP”, que recebeu convidados para tratar de assuntos relevantes que foram destaque na mídia. As seis edições de 2025 trataram de temas variados, como a primeira mulher a ocupar o cargo de Procuradora-Geral de Justiça na Instituição, violência obstétrica e violência doméstica e familiar. O conteúdo também é compartilhado no Spotify.

O MPSC marcou presença em 248 rádios e 10 emissoras de televisão catarinense, por meio de uma parceria com a Associação Catarinense de Rádios e TVs (ACAERT), com onze programetes em áudio e vídeo que mostraram a atuação institucional nos intervalos da programação.

Criação

A equipe de criação desenvolveu os materiais de design da Instituição no período. O maior desafio cumprido pela equipe foi a criação da identidade visual, infográficos e artes para o site do projeto Prioriza, iniciativa que busca tornar a atuação do MPSC mais próxima da realidade das pessoas em cada região do estado. Para conferir as peças gráficas, [clique aqui](#).

Em um trabalho próximo e colaborativo com a GEPROM, a equipe desenvolveu cerca de 4.260 artes para redes sociais. Na área de vídeo foram produzidas mais de 15 animações. Além disso, foram criadas cerca de 1.170 placas de sinalização e comunicação visual e mais de 265 peças gráficas, como folders, cartazes, banners e convites. Também foram diagramadas mais de 35 cartilhas, livros e manuais e criadas mais de 65 identidades visuais e logotipos relacionados a projetos, campanhas e eventos.

A equipe também se dedicou à criação do logotipo identidade visual e reformulação dos materiais de divulgação do

Núcleo de Enfrentamento a Violências e Apoio às Vítimas (NEAVIT) e à diagramação da cartilha “20 questões essenciais que toda mulher em situação de violência precisa saber”. Com linguagem simples e direta e design atrativo, o conteúdo oferece informações seguras e acessíveis para mulheres em situação de violência.

Fotografia

Composta por três profissionais, a equipe de fotografia da COMSO esteve presente em 763 pautas no ano passado. O maior pico foi registrado em outubro, com 86 coberturas. Os 202 álbuns de fotos do período estão disponíveis na conta do MPSC no Flickr. Juntos, eles acumulam milhares de imagens e vídeos que atingiram mais de 30.900 visualizações. É importante destacar que os álbuns no Flickr, que ficam disponíveis para o público, representam apenas um quarto das pautas acompanhadas pela equipe de fotografia. Os outros três terços referem-se a material interno.

Novo comitê

Em dezembro de 2025, a Procuradoria-Geral de Justiça instituiu o Comitê Estratégico de Comunicação Social do MPSC. A iniciativa marcou um novo passo na consolidação de uma política de comunicação moderna, integrada e alinhada aos desafios contemporâneos. O comitê nasceu com a missão de revisar, atualizar e acompanhar a política de comunicação institucional do MPSC, vigente desde 2011, incorporando diretrizes voltadas às mídias sociais, às plataformas digitais e aos novos formatos de interação com a sociedade. A proposta é fortalecer a comunicação como instrumento de transparência, aproximação social e afirmação da credibilidade e da independência institucional.





**DESDE O ANO PASSADO, SALA EXCLUSIVA
DE AMAMENTAÇÃO ESTÁ DISPONÍVEL NA
SEDE DO MPSC**

Espaço conta com certificação do Ministério da Saúde, que reconhece instituições com locais adequados e condições favoráveis ao apoio à amamentação no ambiente de trabalho.

O Ministério Público de Santa Catarina inaugurou em agosto de 2025 uma sala de amamentação em sua sede, na rua Bocaiuva, no Centro de Florianópolis. A sala conta com uma certificação do Ministério da Saúde que reconhece instituições as quais disponibilizam espaços adequados e condições favoráveis ao apoio à amamentação no ambiente de trabalho.

A iniciativa contribui para a manutenção do aleitamento materno após o retorno da mulher às atividades laborais, bem como para a promoção da saúde da mulher e da criança. Destinada a mães que amamentam, sejam colaboradoras ou visitantes, a sala foi cuidadosamente preparada para proporcionar um ambiente silencioso, confortável e acolhedor.

O espaço, no décimo andar do Edifício Paço da Bocaiuva, conta com poltrona de

amamentação e geladeira para armazenamento de leite materno, podendo ser utilizado tanto para amamentar quanto para fazer a coleta e conservação do leite durante o expediente ou visitas ao prédio. Além disso, a sala tem fraldário, quadrinhos e tapume para crianças.

A sala de amamentação está disponível para uso livre e opcional, oferecendo uma alternativa para quem prefere mais privacidade. É importante destacar que não há qualquer restrição ao aleitamento em outros ambientes da sede do MPSC. A inauguração ocorreu durante a I Jornada de Aleitamento Materno de Santa Catarina.

Foram parceiros da implementação do espaço o Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, a Superintendência de Atenção à Saúde e a Diretoria de Atenção Primária à Saúde.





MP LIDERA PROMOVE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E BEM-ESTAR NO TRABALHO DAS LIDERANÇAS DO MPSC

*Iniciativa integra o Programa de Redefinição do Modelo de
Gestão de Pessoas do Ministério Público de Santa Catarina.*



Em 2025, o Ministério Público de Santa Catarina, por meio da Coordenadoria de Recursos Humanos (CORH), intensificou as atividades do programa MP Lidera. A iniciativa busca promover o desenvolvimento profissional e o bem-estar no trabalho das lideranças da Instituição. Além disso, objetiva favorecer a condução das equipes no alcance dos resultados institucionais e, por consequência, beneficiar a sociedade catarinense. O MP Lidera integra o Programa de Redefinição do Modelo de Gestão de Pessoas do Ministério Público de Santa Catarina (PLANEJARH).

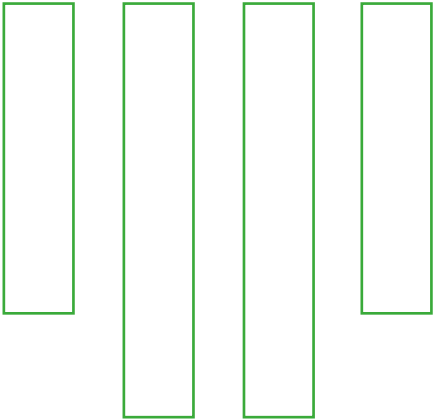
No ano passado, as Analistas em Psicologia da Gerência de Desenvolvimento de Pessoas da CORH fizeram mais de 100 atendimentos e contatos com gestores e gestoras. O foco da atividade foi incentivar o bem-estar desses líderes por meio do estímulo ao autoconhecimento, do suporte e da orientação individualizada. Durante os atendimentos foram abordados aspectos relevantes para a gestão de pessoas e a promoção de um ambiente de trabalho saudável, provendo apoio e orientação para enfrentar os desafios e as responsabilidades do cargo.

Durante o ano também foi feita a reestruturação da Biblioteca da Liderança do

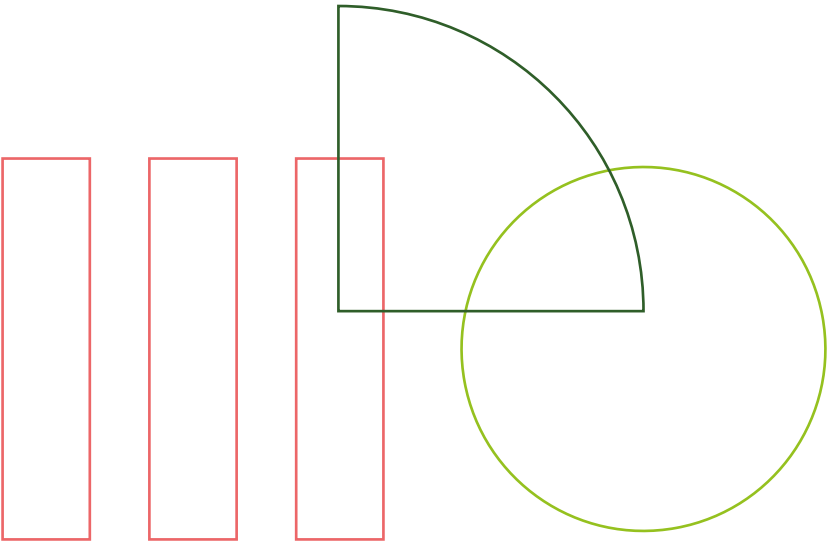
MPSC. O espaço virtual reúne uma curadoria de materiais em diversas mídias para trazer informações de qualidade àqueles que desejam aprender e refletir sobre o tema. O usuário seleciona o assunto e adquire o conhecimento quando e onde quiser. Há podcasts, TED Talks, e-books e muito mais.

Outro destaque foi a realização, em novembro, do evento do Liderança em Foco, com o tema “Liderança anticapacitista: garantia de direitos, ambientes de trabalho inclusivos e gestão da diversidade”. As palestras foram voltadas à inclusão de pessoas com deficiência no trabalho, acessibilidade e práticas anticapacitistas. Embora tenha foco nos(as) líderes, o evento híbrido foi aberto e indicado a todos – membros, servidores, residentes e estagiários. O propósito foi promover um clima saudável, respeitoso e de não discriminação, além de uma cultura organizacional que acolha a diversidade humana.

Por fim, ao longo de 2025, todas as lideranças do MPSC também receberam mensalmente o Informativo MP Lidera. O material contém pequenos textos, questionamentos e informações para reflexão e atualização sobre o assunto.



PESSOAS DO MPSC





ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Data de referência: 31/12/2025

Procuradora-Geral de Justiça

Vanessa Wendhausen Cavallazzi

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

Andreas Eisele

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais

Andrey Cunha Amorim

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Rafael de Moraes Lima

Secretária-Geral do Ministério Público

Caroline Sartori Velloso Martinelli

Assessores do Procurador-Geral de Justiça

Alexandre Piazza

Aurélio Giacomelli da Silva

Barbara Elisa Heise

João Carlos Linhares Silveira

Luiz Fernando Góes Ulysséa

Marcela Pereira Geller

Márcio Conti Junior

Marcio Gai Veiga

Maria Fernanda Steffen da Luz Fontes

Mauro Canto da Silva

Osvaldo Juvencio Cioffi Junior

Pablo Inglês Sinhori

Vinícius Secco Zoponi

Colégio de Procuradores de Justiça

Vanessa Wendhausen Cavallazzi –
Presidente

Marcelo Brito de Araújo – Secretário

Pedro Sérgio Steil

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Humberto Francisco Scharf Vieira

Gilberto Callado de Oliveira

Antenor Chinato Ribeiro

Narcísio Geraldino Rodrigues

Basílio Elias De Caro

Tycho Brahe Fernandes

Paulo Ricardo da Silva

Lenir Roslindo Piffer

Paulo Cezar Ramos de Oliveira

Paulo de Tarso Brandão

Gercino Gerson Gomes Neto

Francisco Bissoli Filho

Newton Henrique Trennepohl

Heloísa Crescenti Abdalla Freire

Fábio de Souza Trajano

Ivens José Thives de Carvalho

Alexandre Herculano Abreu

Durval da Silva Amorim

Américo Bigaton

Eliana Volcato Nunes

Mário Luiz de Melo

Rogério Antônio da Luz Bertoncini

Genivaldo da Silva

Rui Arno Richter

Cristiane Rosália Maestri Böell

Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti

Murilo Casemiro Mattos

Fábio Strecker Schmitt

Sonia Maria Demeda Groisman Piardi

Marcílio de Novaes Costa

Monika Pabst

Jorge Orofino da Luz Fontes

Onofre José Carvalho Agostini

Carlos Alberto de Carvalho Rosa

Rogê Macedo Neves
Jayne Abdala Bandeira
Ernani Dutra
Abel Antunes de Mello
Leonardo Felipe Cavalcanti Lucchese
Carlos Henrique Fernandes
Davi do Espírito Santo
César Augusto Grubba
Rui Carlos Kolb Schiefler
Henrique Limongi
Ary Capella Neto
Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol
André Fernandes Indalêncio
Paulo Antonio Locatelli
Alex Sandro Teixeira da Cruz
Cid Luiz Ribeiro Schmitz
Protásio Campos Neto
Rosemary Machado Silva
Marcelo Truppel Coutinho
Margaret Gayer Gubert Rotta

Ângela Valença Bordini
Marcelo Wegner
Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin
Andreas Eisele
Leonardo Henrique Marques Lehmann
Fernando Linhares da Silva Júnior
Thais Cristina Scheffer
Maury Roberto Viviani
Eduardo Paladino
Júlio César Mafra
Isaac Newton Belota Sabbá Guimarães
Felipe Martins de Azevedo
Daniel Paladino
Francisco de Paula Fernandes Neto
Vânia Augusta Cella Piazza
Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto
Assis Marciel Kretzer
Joubert Odebrecht
Andrey Cunha Amorim
Julio André Locatelli

Conselho Superior do Ministério Público

Membros natos

Presidente: Vanessa Wendhausen Cavallazzi
– Procuradora-Geral de Justiça
Fábio Strecker Schmitt – Corregedor-Geral
do Ministério Público

Representantes do Colégio de Procuradores

Sonia Maria Demeda Groisman Piard
Onofre José Carvalho Agostini
Eliana Volcato Nunes

Representantes da Primeira Instância

Rui Arno Richter
Abel Antunes de Mello
Carlos Henrique Fernandes
Ary Capella Neto
Paulo Antonio Locatelli
Marcelo Truppel Coutinho
Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin
Isaac Newton Belota Sabbá Guimarães

Secretária

Caroline Sartori Velloso Martinelli

Corregedoria-Geral do MPSC

Corregedor-Geral do MPSC

Fábio Strecker Schmitt

Subcorregedora-Geral

Cristiane Rosália Maestri Böell

Secretária

Mônica Lerch Lunardi

Promotores de Justiça Assessores do

Corregedor-Geral

Aline Dalle Laste
Ana Paula Cardoso Teixeira
Cristine Angulski da Luz
Laudares Capella Filho
Roberta Magioli Meirelles
Rogério Ponzi Seligman

Coordenadoria de Recursos Cíveis

Leonardo Henrique Marques Lehmann – Coordenador

Promotores de Justiça Assessores

Juliana Padrão Serra

Marcela Hülse Oliveira

Maury Roberto Viviani

Coordenadoria de Recursos Criminais

Fernando Linhares da Silva Júnior – Coordenador

Promotores de Justiça Assessores

Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin

Daniel Paladino

Dimitri Fernandes

Eduardo Paladino

Jorge Orofino da Luz Fontes

Joubert Odebrecht

Mateus Erdtmann

Ouvidoria do MPSC

Ouvidor

Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti

Centros de Apoio Operacional e órgãos auxiliares

Coordenador-Geral dos Centros de Apoio Operacional

Andrey Cunha Amorim

Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública

Geovani Werner Tramontin – Coordenador
Bruno Poerschke Vieira – Coordenador Adjunto

Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação

Mateus Minuzzi Freire da Fontoura Gomes – Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa

Marcio Vieira – Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária

Guilherme Luiz Dutra – Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública

Eduardo Sens dos Santos – Coordenador

Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Aline Restel Trennepohl – Coordenadora

Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade

Isaac Newton Belota Sabbá Guimarães – Coordenador

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente

Stephani Gaeta Sanches – Coordenadora

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor

Eduardo Sens dos Santos – Coordenador

Centro de Apoio Operacional Técnico

Otávio Augusto Bennech Aranha Alves – Coordenador
Simão Baran Junior – Coordenador Adjunto

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Stefano Garcia da Silveira – Diretor

Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional

João Carlos Linhares Silveira – Coordenador

GAECO – Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas

Andreas Eisele – Coordenador-Geral do GAECO

Wilson Paulo Mendonça Neto – Coordenador Estadual do GAECO

Diego Roberto Barbiero – Coordenador Estadual Adjunto do GAECO

GAECO da Capital

Daniel da Costa Rabello – Coordenador

GAECO de Blumenau

Daniel Granzotto Nunes – Coordenador

GAECO de Chapecó

Marcela de Jesus Boldori Fernandes – Coordenadora

GAECO de Criciúma

Marcelo Francisco da Silva – Coordenador

GAECO de Itajaí

Bianca Andrighetti Coelho – Coordenadora

GAECO de Joinville

Diogo Luiz Deschamps – Coordenador

GAECO de Lages

Renato Maia de Faria – Coordenador

GAECO de São Miguel do Oeste

Edisson de Melo Menezes – Coordenador

Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais

Ex-Procuradores-Gerais de Justiça

Pedro Sérgio Steil
Gercino Gerson Gomes Neto
Fábio de Souza Trajano

Representante do Segundo Grau

Onofre José Carvalho Agostini (titular)
Lenir Roslindo Piffer (suplente)

Representantes do Primeiro Grau

Região Extremo-Oeste: Fernanda Silva Villela Vasconcellos (titular) e Jessica de Souza Rangel Fernandes (suplente);

Região Oeste: Joaquim Torquato Luiz (titular) e Cristiane Weimer (suplente);

Região Meio-Oeste: José da Silva Junior (titular) e Francieli Fiorin (suplente);

Região do Planalto Serrano: Luciana Uller Marin, (titular) e Vinícius Silva Peixoto (suplente);

Região do Alto Vale do Itajaí: Rafaela Denise da Silveira Beal (titular) e Renata Bezerra Marinho de Oliveira (suplente);

Região do Médio Vale do Itajaí: Alexandre Daura Serratine, (titular) e Cristina Nakos, (suplente);

Região do Vale do Rio Itajaí e do Tijucas: Analú Librelato Longo (titular) e Mirela Dutra Alberton (suplente);

Região da Grande Florianópolis: Benhur Poti Betiolo (titular) e Henrique Laus Aieta, (suplente);

Região do Planalto Norte: Gabriela Arenhart (titular) e Fernanda Priorelli Soares Togni (suplente);

Região Norte: Lanna Gabriela Bruning Simoni (titular) e Wagner Pires Kuroda (suplente);

Região Sul: Anderson Adilson de Souza (titular) e Paulo Henrique Lorenzetti da Silva (suplente);

Região do Extremo-Sul: Flávio Fonseca Hoff (titular) e Jadson Javel Teixeira (suplente).

Órgãos administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça

Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão

Paulo Cesar Allebrandt

Coordenador de Auditoria e Controle

Fernando Fabro Tomazine

Coordenadora de Comunicação Social

Silvia Pinter Pereira

Gerente de Jornalismo e Assessoria de Imprensa

Luciane do Valle

Gerente de Publicidade, Produção e Veiculação de Mídia

Camila Collato

Coordenador de Engenharia e Arquitetura

Hélio Coutinho Júnior

Gerente de Fiscalização de Obras

Jordao Alexandre Craveiro Curado

Gerente de Manutenção Predial

Valmir Righetto Junior

Gerente de Projetos de Edificações

Fabício Almeida Coral

Coordenador de Finanças e Contabilidade

Sérgio Luiz Kraeski

Gerente de Contabilidade

Luana Henrique Nunes

Gerente de Finanças

Giovani Carlos André

Coordenador de Logística

Ricardo Alexandre Oliveira

Gerente de Almoxarifado

Luís Antônio Buss

Gerência de Apoio Logístico

Marcelo Maria do Vale

Gerente de Arquivo e Documentação

Elis Regina Biazin

Gerente de Patrimônio

Ângelo Vitor Oliveira

Gerente de Transportes

Robson Nicoleit Stipp

**Coordenador de Operações
Administrativas**

Luciano Flores da Rosa

**Gerente de Acompanhamento dos Fundos
Especiais**

Marcelo Diederichs Wentz

Gerente de Compras

Gerson da Silva Júnior

Gerente de Contratos

André Venturi Pereira

**Gerente de Apoio à Realização da
Estratégia**

Marina Guterro da Silva

Gerente de Orçamento Institucional

Paloma Valeria da Costa

Gerente de Processos de Negócio

Vanessa do Amaral

**Coordenador de Processos e Informações
Jurídicas**

Denis Moreira Cunha

Coordenador de Recursos Humanos

Andreas Jumes

**Gerente de Admissão e Movimentação
Funcional**

Silvia Fatima da Luz

Gerente de Atenção à Saúde

Juliana Martins Barreto Abreu

Gerente de Desenvolvimento de Pessoas

Danielle Durieux Reitz

Gerente de Estágio e Residência

André Luiz Grams

Gerente de Legislação de Pessoal

Maria Luiza Silva Valério

Gerente de Remuneração Funcional

Renato Kraus

Coordenador de Tecnologia da Informação

Orlando da Silva Baptista

Gerente de Atendimento ao Usuário

Leandro Zanella Marcon

Gerente de Ciência de Dados e Inovação

Patrick de Macedo Varela

Gerente de Governança e Qualidade em TI

Giorgio Santos Costa Merize

Gerente de Infraestrutura Tecnológica

Júlio Cesar Moriguti

**Gerente de Segurança da Informação e
Gestão de Riscos**

Sérgio Luiz Heinzen

Gerente de Sistemas de Informação

Ricardo Araujo Palhares

Gerente de Transformação Digital

Rodrigo de Souza Zeferino

Corregedoria-Geral do MPSC
Gerente de Acompanhamento Funcional
Carlos Andrigo Paes

Gerente de Serviços Administrativos e
Controle Disciplinar
Berenice Chaves Gomes

Centro de Apoio Operacional
Técnico
Gerente de Análise Contábil
Douglas da Silveira

Gerente de Análise Multidisciplinar
Fábio Rogério Matiuizzi Rodrigues

Centro de Estudos e
Aperfeiçoamento Funcional
Coordenadora do CEAF
Letícia Maria Führ Napoleão

Gerente de Biblioteca
Andrea Aparecida Silva

Gerente de Capacitação e
Aperfeiçoamento
Bianca Nosol

Gerente de Eventos
Giovana Pereira Rocha

Gerente de Pesquisa, Extensão e Revisão
Lucia Anilda Miguel

Promotores de Justiça de Entrância Especial

Donaldo Reiner	Benhur Poti Betiolo
Moacir José Dal Magro	Fernando da Silva Comin
James Faraco Amorim	Ana Paula Cardoso Teixeira
Paulo Roberto Luz Gottardi	Alexandre Piazza
Neori Rafael Krah	Ricardo Paladino
Ricardo Marcondes de Azevedo	Hélio Sell Júnior
Sérgio Ricardo Joesting	Jackson Goldoni
Gustavo Mereles Ruiz Diaz	Luciana Rosa
Fabiano David Baldissarelli	André Otávio Vieira de Mello
Juliana Padrão Serra	Mauricio de Oliveira Medina
Rafael de Moraes Lima	Jádel da Silva Júnior
Luiz Augusto Farias Nagel	Márcia Aguiar Arend
Joel Rogério Furtado Júnior	Raul de Araujo Santos Neto
Rogério Ponzi Seligman	Vera Lúcia Butzke
Helen Crystine Corrêa Sanches	Cláudia Mara Noll
Geovani Werner Tramontin	Debora Wanderley Medeiros Santos
George André Franzoni Gil	Ricardo Luis Dell Agnolo
Kátia Rosana Pretti Armange	Andréa da Silva Duarte
Luciano Trierweiller Naschenweng	Alexandre Wiethorn Lemos
Rosangela Zanatta	Sandro Ricardo Souza
Cristina Balceiro da Motta	Sandro de Araujo
Fabício Nunes	Jonnathan Augustus Kuhnen
Nazareno Bez Batti	Maria Amélia Borges Moreira
Affonso Ghizzo Neto	Gilberto Polli
Celso Antonio Ballista Junior	João Carlos Teixeira Joaquim
Fabício José Cavalcanti	Ricardo Figueiredo Coelho Leal
Marcelo Gomes Silva	José de Jesus Wagner
Diana Spalding Lessa Garcia	Jean Michel Forest
Fabiano Henrique Garcia	Osvaldo Juvencio Cioffi Junior
Wilson Paulo Mendonça Neto	Rodrigo Silveira de Souza

Amélia Regina da Silva
Milani Maurilio Bento
Gustavo Wiggers
Alvaro Pereira Oliveira Melo
Marcelo Mengarda
Simone Cristina Schultz Corrêa
Luiz Fernando Góes Ulysséa
Rafael Alberto da Silva Moser
Fábio Fernandes de Oliveira Lyrio
Alan Boettger
Max Zuffo
Mauro Canto da Silva
Marcus Vinícius Ribeiro de Camillo
Havah Emília Piccinini de Araújo
Vânia Lúcia Sangalli
Adalberto Exterkötter
Cléber Augusto Hanisch
Giovanni Andrei Franzoni Gil
Renee Cardoso Braga
Roberta Mesquita e Oliveira Tauscheck
Deize Mari Oechsler
Leonardo Todeschini
Luis Suzin Marini Júnior
Wagner Pires Kuroda
Cristian Richard Stahelin Oliveira
Jadson Javel Teixeira
Marcelo de Tarso Zanellato
Caroline Moreira Suzin
Guilherme Luis Lutz Morelli
Luciana Uller Marin
Jean Pierre Campos
Rodrigo Cunha Amorim

Aristeu Xenofontes Lenzi
José Eduardo Cardoso
Alexandre Schmitt dos Santos
Rodrigo Millen Carlin
Gustavo Viviani de Souza
Márcio Conti Junior
Aurélio Giacomelli da Silva
Alexandre Carrinho Muniz
Ricardo Viviani de Souza
Susana Perin Carnaúba
Andrea Machado Speck
Daniel Westphal Taylor
Murilo Adaghinari
Marcio André Zattar Cota
Cristiano José Gomes
Rafael Meira Luz
Fabrício Franke da Silva
Eduardo Chinato Ribeiro
André Teixeira Milioli
Fernanda Crevanzi Vailati
Tatiana Rodrigues Borges Agostini
Samuel Dal Farra Napolini
Belmiro Hanisch Júnior
Carlos Eduardo Cunha
Carlos Renato Silvy Teive
Cristine Angulski da Luz
Eduardo Sens dos Santos
Germano Krause de Freitas
Júlio Fumo Fernandes
Diógenes Viana Alves
Henrique da Rosa Ziesemer
Diego Rodrigo Pinheiro

Mônica Lerch Lunardi	Chimelly Louise de Resenes Marcon
Alexandre Estefani	Eder Cristiano Viana
Henrique Laus Aieta	Graziele dos Prazeres Cunha
Arthur Koerich Inacio	Átila Guastalla Lopes
Marcio Rio Branco Nabuco de Gouvêa	Claudine Vidal de Negreiros da Silva
Cesar Augusto Engel	Viviane Soares
André Braga de Araújo	Simão Baran Junior
Alessandro Rodrigo Argenta	Marcio Gai Veiga
Felipe Prazeres Salum Müller	Douglas Roberto Martins
Elaine Rita Auerbach	Andrea Gevaerd
Marcelo Sebastião Netto de Campos	Andreza Borinelli
Aline Dalle Laste	Marcionei Mendes
Roberta Magioli Meirelles	Fred Anderson Vicente
Anderson Adilson de Souza	Gilberto Assink de Souza
Caroline Cristine Eller	Marcelo Francisco da Silva
Fernanda Broering Dutra	Marcela Hülse Oliveira
Patricia Dagostin	Guilherme Schmitt
Débora Pereira Nicolazzi	Joaquim Torquato Luiz
Carlos Eduardo Tremel de Faria	Maria Claudia Tremel de Faria
Barbara Elisa Heise	Rodrigo Andrade Viviani
Caroline Sartori Velloso Martinelli	Maria Cristina Pereira Cavalcanti
Ariadne Clarissa Klein Sartori	Laudares Capella Filho
Candida Antunes Ferreira	Fernando Wiggers
Marina Modesto Rebelo	Guilherme André Pacheco Zattar
Cyro Luiz Guerreiro Júnior	Diana da Costa Chierighini
Diego Roberto Barbiero	Marcus Vinicius de Faria Ribeiro
Felipe Schmidt	Carlos Alberto da Silva Galdino
Giselli Dutra	Cristiane Weimer
Giancarlo Rosa Oliveira	Ana Elisa Goulart Lorenzetti
Júlia Wendhausen Cavallazzi	Fernando Rodrigues de Menezes Júnior
Glauco José Riffel	Marcos Batista De Martino
Cássio Antonio Ribas Gomes	Daniel Granzotto Nunes



Gláucio José Souza Alberton

Pablo Inglês Sinhor

Rafael Pedri Sampaio

Camila Vanzin Pavan

Lara Zappellini Souza

Luciana Cardoso Pilati Polli

Luis Otávio Tonial

Jaisson José da Silva

João Luiz de Carvalho Botega

José Orlando Lara Dias

Raul Gustavo Juttel

Julia Trevisan de Toledo Barros

Daniele Garcia Moritz

Felipe Nery Alberti de Almeida

Rafaela Denise da Silveira Beal

Marcela de Jesus Boldori Fernandes

Rachel Urquiza Rodrigues de Medeiros

Roberta Trentini Machado Gonçalves

João Paulo de Andrade

Alan Rafael Warsch

Bruna Gonçalves Gomes

Diogo Luiz Deschamps

Filipe Costa Brenner

Renato Maia de Faria

Mariana Pagnan Silva de Faria

Vinicius Secco Zoponi

Elias Albino de Medeiros Sobrinho

Marcela Pereira Geller

Michel Eduardo Stechinski

Ana Paula Destri Pavan

José Geraldo Rossi da Silva Cecchini

Bruno Bolognini Tridapalli

Andréia Soares Pinto Favero

Djônata Winter

Fabício Pinto Weiblen

Mirela Dutra Alberton

Alexandre Volpatto

Guilherme Brodbeck

Maria Fernanda Steffen da Luz Fontes

Fabiana Mara Silva Wagner

Gabriel Ricardo Zanon Meyer

Leandro Garcia Machado

Rafael Fernandes Medeiros

Naiana Benetti

João Carlos Linhares Silveira

Chrystopher Augusto Danielski

Fernando Guilherme de Brito Ramos

Pedro Lucas de Vargas

Juliana Degraf Mendes

Diogo André Matsuoka Azevedo dos Santos

Promotores de Justiça de Entrância Final

Alexandre Daura Serratine	Tiago Davi Schmitt
Pedro Roberto Decomain	Francieli Fiorin
Karla Bárdio Meirelles	Juliana Ramthun Frasson
Sandra Goulart Giesta da Silva	Ana Laura Peronio Omizzolo
José Renato Côrte	Raquel Betina Blank
Rodrigo Kurth Quadro	Joel Zanelato
Marco Antonio Schütz de Medeiros	Matheus Azevedo Ferreira
Alicio Henrique Hirt	Thiago Madoenho Bernardes da Silva
Ana Cristina Boni	Danielle Diamante
Jorge Eduardo Hoffmann	Marciano Villa
João Alexandre Massulini Acosta	Bianca Andrighetti Coelho
Carla Mara Pinheiro	Thiago Alceu Nart
Luiz Mauro Franzoni Cordeiro	Leonardo Fagotti Mori
Maycon Robert Hammes	João Paulo Bianchi Beal
Caroline Cabral Zonta	Leonardo Cazonatti Marcinko
Greicia Malheiros da Rosa	Thiago Napolini Berenhauser
Luis Felipe de Oliveira Czesnat	Marcos Schlickmann Alberton
Nilton Exterkoetter	Francisco Ribeiro Soares
Fabiano Francisco Medeiros	Dimitri Fernandes
Cristina Elaine Thomé	Eliatar Silva Junior
Lara Peplau	Rafaela Vieira Bergmann
Lenice Born da Silva	Flávio Fonseca Hoff
Kariny Zanette Vitoria	Sandra Faitlowicz Sachs
Márcia Denise Kandler Bittencourt Massaro	Rodrigo Dezengrini
Cristhiane Michelle Tambosi Fiamoncini Ferrari	Luísa Niencheski Calviera
Rodrigo Cesar Barbosa	André Barbutto Vitorino
Roberta Ceolla Gaudêncio de Moraes	Lia Nara Dalmutt
Tehane Tavares Fenner	Augusto Zanelato Júnior
Rejane Gularte Queiroz Beilner	Marcio Vieira
Marcos Augusto Brandalise	Lucas dos Santos Machado

Paulo Henrique Lorenzetti da Silva

Rene José Anderle

Ana Carolina Ceriotti

Saulo Henrique Aléssio Cesa

Alexandre Penzo Betti Neto

Renata de Souza Lima

Douglas Dellazari

Aline Boschi Moreira

Luan de Moraes Melo

Mateus Erdtmann

Fernanda Morales Justino

Guilherme Luiz Dutra

Rafaela Mozzaquattro Machado

Guilherme Back Locks

Karen Damian Pacheco Pinto

Daianny Cristine Silva Azevedo Pereira

Luciana Leal Musa

Marco Antonio Frassetto

Antonio Junior Brigatti Nascimento

Otávio Augusto Bennech Aranha Alves

Roberta Seitenfuss

Fernanda Priorelli Soares Togni

Gabriela Cavalheiro Locks

Aline Restel Trennepohl

Mariana Mocelin

Vanessa Wendhausen Cavallazzi

Ana Luisa de Miranda Bender Schlichting

Andréia Tonin

Luis Felipe Fonseca Católico

Juliano Bitencourt Pinter

Silvana do Prado Brouwers

Victor Abras Siqueira

Thiago Ferla

Giovanna Wolf Davelli

Renata Bezerra Marinho de Oliveira

Gabriela Arenhart

Ana Maria Horn Vieira Carvalho

Stephani Gaeta Sanches

Vinícius Silva Peixoto

Raíza Alves Rezende

Felipe Brüggemann

Fernanda Silva Villela Vasconcellos

Willian Valer

André Ghiggi Caetano da Silva

Bruno Poerschke Vieira

Caio Rothsahl Botelho

Rafael Dutra Silveira Martins

Albert Medeiros Karl

Lanna Gabriela Bruning Simoni

José da Silva Junior

Cláudio Everson Gesser Guedes da Fonseca

Tiago Prechlhak Ferraz

Stefano Garcia da Silveira

Liliana Schuelter Vandresen

Marco Aurélio Morosini

Marcos José Ferreira da Cruz

Bruna Vieira Pratts

Cleber Lodetti de Oliveira

Symone Leite

Fernanda de Ávila Moukarzel

Laura Ayub Salvatori

Alceu Rocha

Gustavo Moretti Staut Nunes

Leonardo Lorenzton

Thiago Moura Furtado

Juliana Goulart Ferreira

Elizandra Sampaio Porto

Edileusa Demarchi

Lucas Broering Correa

Ana Carolina Schmitt

Felipe de Oliveira Neiva

Marco Antônio da Gama Luz Junior

Promotores de Justiça de Entrância Inicial

Edisson de Melo Menezes

Larissa Zomer Loli

Raísa Carvalho Simões Rollin

Guilherme Brito Laus Simas

Caroline Regina Maresch Conte

Marta Fernanda Tumelero

Mateus Minuzzi Freire da Fontoura Gomes

Juliana Eid Piva Bertoletti

Cristina Nakos

Iara Klock Campos

Marcelo José Zattar Cota

Letícia Vinotti da Silva

Gabriel Cavalett

Analú Librelato Longo

Vanessa Rodrigues Ferreira

Pedro Francisco Mosimann da Silva

Raquel Marramon da Silveira

Gustavo Carlos Roman

Vanessa Cristine da Silva de Oliveira

Susane Ramos

Jessica de Souza Rangel Fernandes

Cassilda Maria De Carvalho Santiago
Dallagnolo

Marcus Vinicius dos Santos

Juliana da Costa Lima Cangussu

Daniela Böck Bandeira

Felipe Lambert de Faria

Wesley da Silva Muller

Murilo Rodrigues da Rosa

Nicole Lange de Almeida Pires

Estevão Vieira Diniz Pinto

Thayse Göedert Pauli

Daniela Carvalho Alencar

Ana Paula Rodrigues Steimbach

Rafael Rauen Canto

João Augusto Pinto Lima

Jaqueline Dal Magro

Dirceu Alves Rodrigues Filho

Felipe Luz

Greice Chiamulera Cristianetti

Priscila Rosário Franco

Larissa Zimmermann

Rafaela Póvoas Cardozo Lehmann

Larissa Moreno Costa

Juliano Antonio Vieira

Renata Lima da Silva

Kelly Vanessa De Marco Deparis

Wallace França de Melo

Victor Ribeiro Debastiani

Guinte de França Nast

Camila da Silva Tognon

Thiago Ruano Toassi Costa

Rafael Baltazar Gomes dos Santos

Promotores de Justiça Substitutos

Raul Rogério Rabello

Thiago Carriço de Oliveira

Luiz Fernando Fernandes Pacheco

Letícia Baumgarten Filomeno

Daniel da Costa Rabello

Isabela Ramos Philippi

Geruza Isoton

Bartira Soldera Dias

Ariane Bulla Jaquier

Priscila Teixeira Colombo

Adriane Nicoli Graciano

Leonardo Silveira de Souza

Marina Saade Laux

Barbara Machado Moura Fonseca

Fernanda Golin Luiggi

Louise Schneider Lersch

Diego Bertoldi

Caio Henrique Sanfelice Sena

Bruna Amanda Ascher Razera

Micaela Cristina Villain

Rafael Scur do Nascimento

Patrícia Castellem Strebe

Juliana Jandt

Vanderley José Bolfe

Paulo Roberto Colombo Junior

Luana Pereira Neco da Silva

Márcio Ribeiro Borges

Vinicius Barreto Pinho

Patricia Zanotto

Simone Rodrigues da Rosa

Laura Emelianne Noronha Pin

Felipe Rodrigues da Silva Sanches

João Gonçalves de Souza Neto

Gabriela Basso Alpini

Saraah Seben Fiamoncini

Alexandre Wanka

Lucas Carvalho Mattiola

Mayara Loebmann Perez

Isis Pereira Mendes

Rayane Santana Freitas

Júlia Ferreira Santos

Gustavo Burtet Couto Vieira